

PRESIDENTE
Ruben Ilgenfritz da Silva



VICE/PIONEIRA
Oswaldo Meotti



VICE/MS
Nedy Borges



VICE/D. PEDRITO
Tânio Bandeira

O ANO DAS REFORMAS

Representantes aprovam as mudanças e indicam nomes às eleições de março

Páginas 10 e 11

Baculovírus

Ganhando a confiança do produtor

Experiências bem sucedidas mostram que o controle da lagarta pode ser feito sem a utilização maciça de produtos químicos

Página 9



MILHO

Preços ao produtor cresceram apenas 100 por cento em 1984, com sensível queda na área de plantio. E de ano a ano o anunciado ciclo do milho vai sendo adiado.

Páginas 5 a 7

Seca

Não passou de mais um susto

A estiagem do início do ano foi interrompida pelas boas chuvas de fevereiro. Quebra na soja pode ficar em 10 por cento.

Última página

Caderno de Balanço

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513
Caixa Postal 111 - Ijuí, RS
Fone: PABX - (055) 332-2400
Telex: 0552199

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N.º 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva
Presidente:
Ruben Ilgenfritz da Silva
Vice-presidente:
Arnaldo Oscar Dreus
Superintendente:
Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues Borges, Oswaldo Olmiro Meotti, Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto, Bruno Eisele, Renato Borges de Medeiros, Vilmar Hendges, Lurdes Froemming, Lotário Beckert, Tânio Bandeira, Abu Souto Bicca e Rui Razzoni.

Conselheiros (Efetivos)

Waldemar Michael, Walter Luiz Driemeyer, Arnaldo Hermann, Telmo Rovero Roos, Joaquim Libretotto Stefanello, Reinhold Luiz Kommers.

Conselheiros (Suplentes)

Rodolfo Gonçalves Terra, Euclides Marino Gabbi, Constantino José Goi, Vicente Casarin, Ido Marx Weiller, Erni Schünemann.

Conselho Fiscal (Efetivos)

Leonides Dallabrida, Aquilino Bavaresco, João Alberto Blanco.

Conselho Fiscal (Suplentes)

Paulino Angelo Rosa, Delarmando Portolan, Luiz Neri Beschorner.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbú	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracajú - Sede	65.000 t
Maracajú - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brihante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradinha	17.000 t
Casapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Gualba	42.500 t
Ponta Porã	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t



Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da



Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob número 9.
Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 número 022.775 de 13.11.73 e figurativa M/C11 número 022.776, de 13.11.73.

REDAÇÃO

Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Moisés Mendes

Composto no Jornal da Manhã, em Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

Ao leitor

A Cotrijuí terá novos dirigentes, a partir do próximo mês de março. É a renovação do Conselho de Administração, que acontece de três em três anos, e que desta vez terá eleições diretas, com a participação de todos os associados. O voto secreto já foi praticado, como experiência, há três anos, mas agora ele está oficializado no estatuto social da Cooperativa. É mais um passo para consolidação da Estrutura do Poder, que foi decisiva também para a definição das reformas administrativas aprovadas na assembléia do dia 22 de fevereiro. Estas reformas são válidas já para as eleições que devem acontecer no mês de março, quando os associados estarão elegendo o presidente da Cotrijuí, um vice para cada regional e os demais 17 integrantes efetivos e 17 suplentes do Conselho de Administração, além dos três efetivos e três suplentes do Conselho Fiscal. Páginas 10 e 11.

O milho ainda não conseguiu se transformar num concorrente que ameace os espaços ocupados pela soja nas lavouras de verão. No ano passado, os preços do produto cresceram somente 100 por cento, e isto fez com que o produtor, bastante desestimulado, voltasse a reduzir a área de plantio. Só na Região Pioneira a redução ficou em torno de 35 por cento. Para complicar, nessa safra as lavouras de milho foram as mais prejudicadas pela estiagem de janeiro. Mas quem tiver excedentes para vender, verá que os preços este ano não serão os desejados, mas também não deverão ser tão ruins, como se esperava. Páginas 5 a 7.

O baculovírus passa no teste da lavoura e ganha a confiança do produtor, que nesta safra deixou meio de lado a lida com venenos e saiu apostando na

nova arma biológica contra a lagarta da soja. O trabalho em cima do novo vírus — da própria lagarta e é também conhecido por doença preta — iniciou no ano passado, mas ganhou força mesmo nesta safra, quando a Cotrijuí montou um laboratório para multiplicação de lagartas e distribuição de doses do baculovírus aos produtores interessados. De acordo com o levantamento do Departamento Técnico, calcula-se que em torno de 10 mil produtores da Região Pioneira, desde Tenente Portela até Jóia, tenham se envolvido direta e indiretamente com o novo controle biológico. Os produtores que fizeram a experiência estão satisfeitos não apenas com os resultados a nível de campo, mas também com a economia que puderam fazer, ao deixar de comprar venenos para combater as lagartas. Um balanço de todo o trabalho de multiplicação do baculovírus e a experiência dos produtores está sendo contada nas páginas 9 e 10.

Será que a estiagem que castigou as lavouras de soja, milho, feijão, em meados do mês de janeiro não passou mesmo de mais um susto? Muitos produtores garantem que os prejuízos não foram grandes e que as chuvas que caíram no início de fevereiro salvaram as lavouras. Mas alguma coisa sobrou da estiagem. O milho, principalmente o plantado mais no tarde, foi a cultura que mais sofreu. A estimativa de quebra anda por volta de 25 por cento. A soja vem se recuperando muito bem com as chuvas que têm caído nos últimos dias e a quebra talvez nem chegue a 10 por cento. Uma avaliação da situação nas lavouras na Região Pioneira está na última página.

Controle de qualidade

Carlos Alberto Saft Hehn

Existem duas forças básicas que movimentam a apicultura no Brasil: o trabalho das abelhas e o idealismo do apicultor. O mercado consumidor dos produtos apícolas está hoje se ampliando por causa do surgimento de uma consciência voltada para a alimentação natural. Esta "onda" de alimentação natural tem proporcionado espaço para a atuação de comerciante inescrupulosos, que vendem mel adulterado e, agindo assim, invalidam o esforço dos verdadeiros apicultores que zelam pela qualidade dos produtos de seus apiários.

Uma grande preocupação dos consumidores diz respeito com a crescente adulteração do produto e uma das frases mais ouvidas é: "Quero consumir mais mel, pagando o preço de mercado, mas gostaria que houvesse alguma garantia quanto a pureza do produto". Para consumir misturas com açúcar comercial ou mel superaquecido, não tem sentido pagar o preço do mel exclusivo de abelhas, sem considerar a questão principal, que é a da saúde.

A grande verdade é que consumidores tem restringido a utilização do produto em vista da constante dúvida quanto à sua pureza, principalmente os que querem garantir a sua boa alimentação.

O mel de abelhas, sem aditivos artificiais e sem ser aquecido, tem alto valor nutritivo, gera energia, produz compensações dietéticas de elevada importância e tem múltiplas aplicações de valor medicinal. No Brasil a maior incidência de fraude no mercado de mel ocorreu logo após o período de significativa baixa na produção, ocasionada pela introdução no país das abelhas africanas. Durante o período de adaptação a esse

novo fator e mesmo de recuperação da apicultura nacional, que levou cerca de oito anos, foi fácil para os falsificadores suprirem as deficiências de produção com a introdução no mercado de composições que substituíram o produto das abelhas.

Hoje, a indústria de falsificadores de mel encontra estímulo no crescimento do mercado e na mesma falta de controle de pureza e qualidade que sempre caracterizou a comercialização do produto. Há quem diga que em muito mel vendido abertamente por aí, as abelhas só aparecem no rótulo das embalagens, e quando aparecem. E a verdade é que não é fácil distinguir entre o mel de abelhas puro e o adulterado, sem que se recorra a um exame de laboratório.

Para tentar eliminar, se não em definitivo, pelo menos em sua grande maioria, o comércio do mel adulterado, protegendo os interesses dos apicultores e dos consumidores, estamos realizando uma análise, idêntica ao LARA, laboratório vinculado ao Ministério da Agricultura do RS e ao Instituto de Apicultura de S.C. órgão da secretaria da Agricultura e do abastecimento do estado. Esta análise, denominada Reação de Fiehe, está sendo realizada em cada lote de mel entregue do apicultor à Cotrijuí, em Dom Pedrito, e os resultados são conhecidos dez dias após a entrega do produto.

A idéia básica ao realizarmos este controle de qualidade do produto é de garantir uma compensação justa ao esforço do verdadeiro apicultor e ao nosso consumidor uma qualidade de produto comprovada.

Carlos Alberto Saft Hehn é engenheiro químico da Cotrijuí em Dom Pedrito

ASSINATURAS

A assinatura do Cotrijornal tem o custo anual de Cr\$ 7.000. Este valor deve ser enviado em cheque nominal para a Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. - Cotrijuí - Rua das Chácaras, número 1513 (Caixa Postal 111), Ijuí - RS - CEP 98.700.

AOS LEITORES E ANUNCIANTES

Esta edição do Cotrijornal está circulando com certo atraso, e por isso é bimensal (janeiro/fevereiro). A edição, que deveria circular no início de fevereiro, foi retardada para que pudesse divulgar o caderno de balanço e as decisões da assembléia extraordinária sobre as reformas administrativas. A partir de março o Cotrijornal volta a circular normalmente, com edições mensais.

ESCÂNDALOS

Várzeas em gabinetes

A enxurrada de escândalos descobertos no país, principalmente a partir do ano passado, ainda não parou. Na Previdência, grandes redes de hospitais desviaram muito dinheiro com a falsificação de fichas de atendimento. Na área naval, fabricantes de navios lograram o governo (e o povo), superfaturando suas mercadorias e tomando empréstimos que não podem pagar. No setor de abastecimento, teve gente que comprou produtos do governo e vendeu ao governo graças ao descontrole dos estoques reguladores. E por aí vai, envolvendo trilhões de cruzeiros, com estouros também na área bancária. No meio dessas fraudes, a agricultura também se viu envolvida por pessoas que querem colher sem plantar. A Polícia Federal descobriu que gente grávida, de São Borja, pegou empréstimos do Pro-Várzeas, a juros subsidiados, e não aplicou coisa alguma

nas obras previstas para aproveitamento de banhados. Onde foi parar o dinheiro? No bolso de políticos, que assim obtiveram um dinheiro barato, quase de graça, para fazer suas campanhas em 1982. Só em São Borja foram desviados Cr\$ 218 milhões, em 1982. Corrigido hoje, este valor passa dos três bilhões de cruzeiros. O agricultor honesto, que enfrenta dificuldades até para conseguir verbas para custeio da lavoura, constata agora que os recursos muitas vezes existem. Mas vão parar na conta de quem nunca chegou perto de um arado. E o pior de tudo isso é que esses políticos foram eleitos com a ajuda dos votos dos próprios agricultores. O que se espera agora é que não aconteça como em outras ocasiões, quando a fraude foi descoberta e os seus autores identificados, mas poucos foram parar na cadeia.

A carteira que não foi usada

Agricultura e inflação

Um levantamento da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, mostra como a indústria pode tirar de uma situação de crise o proveito que o setor primário não consegue tirar. A indústria simplesmente reajusta os preços de suas mercadorias, repassando custos a quem compra. O produtor já não consegue fazer isso, pois as especulações do mercado é que ditam o quanto ele deve ganhar. Pois a Fundação, que lida com números da inflação e outras estatísticas, descobriu que no ano passado 182 produtos tiveram preços reajustados acima da inflação, de 203,8 por cento. Deste total, apenas 12 produtos são agrícolas e não-industrializados, o que confirma que os alimentos — apesar do peso que têm no custo de vida — não sobem tanto como as mercadorias que passam pela indústria. O ácido nítrico, por exemplo, usado na fabricação de adubo, teve preço aumentado em 585 por cento em 1984. Entre os produtos agrícolas, no atacado, os que mais tiveram aumentos foram o tomate, com 481 por cento, a laranja com 477, e pera com 435 por cento. Dos 36 produtos agrícolas pesquisados, 24 ficaram com preços inferiores ao índice da inflação.

Além dos agricultores e dos hospitais, muita gente saiu perdendo com o fim do Plano Paraná para os rurais. Em algumas regiões, os produtores já vinham providenciando na confecção das carteirinhas do INAMPS, iguais as utilizadas pelos segurados da cidade. Com isso, muitos fotógrafos, que pensavam em ganhar um bom dinheiro, acabaram frustrados. No interior de Santo Augusto, por exemplo, os retratistas aproveitavam os domingos e viajavam ao interior. Nunca as missas, em algumas localidades, tiveram tantos retratistas. No final dos cultos, eles reuniam a clientela e se paravam a tirar fotos para as carteirinhas. Era uma romaria de retratistas, todo o domingo, mas a função terminou em novembro, com o fim do Plano Paraná. Os fotógrafos ainda comparecem às missas, de vez em quando, mas só para retratar casamentos e batizados.



A tosquia australiana

Muita gente que mora na zona da soja nunca viu uma tosquia. Na verdade, por estes lados nem existem esquiladores. Tanto que no ano passado especialistas no ramo foram trazidos de Dom Pedrito para tossoar ovelhas no município de Jôia, por iniciativa da Cotrijui. Pois foi lá em Dom Pedrito, no dia 10 de janeiro, num intervalo da reunião dos representantes das três regionais da Cooperativa, que muitos associados puderam assistir pela primeira vez a

tosquia australiana. A tesoura manual, para a tosa a martelo, é substituída por uma automática, ligada a uma maquina elétrica, que pode também ser movida a diesel ou gasolina. Numa tosquia tradicional, a martelo, o esquilador consegue tossoar até 30 ovelhas por dia. Na tosquia australiana, cada esquilador pode lidar com até 180 animais. Na demonstração aos representantes, a ovelha que aparece na foto foi tosquiada em 4 minutos.

Vitória dos técnicos

Os técnicos agrícolas esperaram 16 anos por uma medida que o presidente João Figueiredo tomou no dia 7 de fevereiro, assinando o decreto que regulamenta a lei 5.524, engavetada desde 1968. A regulamentação da profissão de técnico agrícola vinha sendo adiada, em consequência de uma série de interesses que estavam em jogo, do lado dos técnicos e de outros profissionais. As divergências se concentravam nas atribuições dos profissionais de nível médio (técnicos) e de nível superior (agrônomos, veterinários, etc.). Mas o decreto está assinado, e cerca de 100 mil técnicos agrícolas do país poderão finalmente trabalhar com o reconhecimento oficial das tarefas que desempenham, e muito mais autonomia. Um reconhecimento, aliás, que só o governo não havia ainda manifestado, pois a assistência prestada hoje, especialmente a pequenos agricultores, certamente não existiria sem os técnicos agrícolas.

Não queriam o "Grito"

Quatro meses depois da realização do Grito do Campo, em outubro, em Porto Alegre, vão sendo conhecidos os fatos de bastidores que envolveram a maior manifestação de produtores já realizada no Estado. Um destes casos foi contado pelo presidente da Fecotrijo, no final de janeiro, em Santa Rosa. Jarbas Pires Machado relembrou que pouco antes do Grito recebeu um recado ameaçador: ou a manifestação era suspensa, ou no dia seguinte a Centralsul seria liquidada. A proposta foi feita por gente influente, que Jarbas não identificou. Mas o Grito foi mesmo assim realizado, e a Centralsul está aí, mesmo que tivesse também gente interessada em botar pano quente nas irregularidades com o BNCC. Segundo o presidente da Fecotrijo, na época apareceram sugestões "para que se liquidasse a Central e assim o escândalo fosse abafado". Mas não conseguiram abafar o Grito, e tampouco o escândalo.

Força à produção leiteira em Portela

Tenente Portela terá o terceiro posto de recebimento e resfriamento de leite da Cotrijui. A obra, que representa um investimento em torno de Cr\$ 300 milhões, atende reivindicação que os produtores vinham fazendo há bastante tempo, numa região onde a atividade não contava até agora com nenhuma estrutura na área de comercialização. O posto deve estar pronto até o final de fevereiro, e pode receber, inicialmente, de 4.500 a 5 mil litros de leite por dia, que serão destinados à indústria da CCGI (Cooperativa Central Gaúcha de Leite), em Ijuí. Os outros dois postos foram instalados, anos atrás, em Ajuricaba e Santo Augusto. O investimento em Tenente Portela

atenderá também aos associados de Miraguaí, e terá capacidade para recebimento de até 20 mil litros por dia. Segundo o técnico agrícola João Flores, que vai coordenar esta área, 220 produtores dos dois municípios estão inscritos para entrega do produto. Este número poderá crescer, após o início de funcionamento do posto, pois a maioria dos agricultores possui vacas leiteiras. Flores lembra que em Tenente Portela e Miraguaí o leite é vendido in natura, diretamente nas residências. Mas somente os produtores que têm propriedade perto da cidade conseguem isso. Os demais não teriam compensações levando o leite de longas distâncias, para entrega a domicílio. "Esta é uma iniciativa de

caráter fundamentalmente social", afirma ele, ressaltando que assim a produção leiteira será viabilizada para um grande número de agricultores, que possuem pequenas áreas de terra.

Atualmente, por não ter como vender o leite in natura, esses produtores se dedicam à fabricação de queijos, para que a produção, por menor que seja, não fique desperdiçada. Mas o preço do queijo é baixo, e a atividade não chega a ser compensadora. Flores observa ainda que com o posto a produção leiteira será estimulada, com muitos benefícios, que vão desde a melhor ocupação de terras dobradas com pastagens, até o aperfeiçoamento no manejo dos animais.

IDENTIDADE DE BENEFICIÁRIO	
Matrícula nº	
Beneficiário	João Domingos
D. N.	Grav dep.
Segurado	
CTPS	
Válida até	(Sem validade)
Unidade Médico-Assistencial	
NP do Prontuário	
Carimbo	
MSA-55	TRAZER SEMPRE ESTE CARTÃO



Cotrijuí na Amazônia

Marcando presença

Com quase todo o perímetro demarcado, a Cotrijuí continua preservando seu patrimônio em meio a selva Amazônica. A construção de escritórios e a manutenção de alguns funcionários servem de ponto de apoio da Cooperativa na região.

Embora ainda persista a interdição mantida pela Funai – Fundação Nacional do Índio – em torno de 60 por cento do total da área, estendendo-se do quilômetro 80 ao quilômetro 120, onde se nota a presença de indígenas da tribo Araras, a situação da Cotrijuí na Amazônia corre normal. E enquanto não acontece a liberação do restante da área, a Cotrijuí continua com seus trabalhos de demarcação das terras e construção de casas para escritórios.

Mesmo com grande parte das terras ainda interditadas, a Cotrijuí não desanimou e continuou seguindo à risca o contrato de posse de compra e venda da área de 400 mil hectares, firmado com o Incra – Instituto de Colonização e Reforma Agrária – em março de 1977. No início de fevereiro deste ano, segundo Oswaldo Meotti – ex-diretor Financeiro e Administrativo da Cotrijuí, e atualmente atuando como prestador de serviços – considerando o estabelecido no contrato de posse firmado entre as duas partes, a Cooperativa pagou ao Incra a quinta parcela de um total de 17. O pagamento pela posse da área, como recorda Meotti, começou a ser feito a partir de fevereiro de 1981.

PRESERVANDO O PATRIMÔNIO

Toda a área livre da interdição da Funai está com seu perímetro praticamente demarcado. Junto ao quilômetro 185 da Transamazônica, próximo ao distrito de Uruará, a Cotrijuí está construindo uma casa a ser utilizada como sede do escritório atual. O distrito de Uruará é uma comunidade já de avançado progresso, com uma população de aproximadamente 33 mil habitantes, 76 estabelecimentos comerciais e duas agências bancárias. Mais duas casas estão sendo construídas, uma na divisa da área da Cotrijuí com o Incra, há mais ou menos 20 quilômetros dentro da selva e a outra às margens do rio Iriri.

A construção de um escritório e algumas casas na região e a manutenção de um pequeno quadro funcional, inclusive contando com alguns elementos a nível de direção, servem como ponto de apoio e referência e são de vital importância, não só para marcar a presença da Cooperativa na área, como diz Meotti, como também para evitar a entrada de invasores.

– Além de cuidar da composição com alguns invasores e da recuperação de árvores abatidas na área da Cotrijuí, esse pessoal fixado nestes pontos de apoio – têm a função de manter um contato constante com as demais áreas envolvidas – Incra, Funai e IBDF. Eles significam a presença física da Cotrijuí na região, evitando desta forma a possível entrada de novos invasores.

Todos os pequenos investimentos que estão sendo realizados na região – construção de casas, manutenção de funcionários – que visam a preservação da

área, segundo Meotti, estão sendo feitos com receitas obtidas na própria área, "oriundas da comercialização das 2.000 árvores abatidas no final de 1983 e apreendidas dos invasores. É preciso ficar bem claro que não estamos colocando dinheiro das regionais na Amazônia". Meotti diz ainda que a Cotrijuí não vem abatendo árvores e nem mantém qualquer tipo de atividade exploratória na região:

– A Cotrijuí não tem nenhuma atividade extrativa ou exploratória na selva da região Amazônica. As serrarias que administramos por algum tempo foram entregues no início de 82 e a que existe no quilômetro 112 é de propriedade do Incra. A Cotrijuí se mantém na área apenas para salvaguardar o seu patrimônio.

NA DEPENDÊNCIA

Em compasso de espera, Meotti garante que toda e qualquer decisão oficial sobre os destinos da área está ainda na dependência da liberação total da área pela Funai, o que acreditamos que venha ocorrer em pouco tempo, dado ao fato de que os índios da tribo Araras que ainda permanecem na região já estão plenamente civilizados e em permanente contato com o branco. Só depois da liberação é que a Cotrijuí voltará a repensar nos seus projetos para a Amazônia, Meotti lembra ainda que os problemas que vinham ocorrendo com invasores tiveram soluções amigáveis, inclusive no que se refere ao abate de árvores. A própria Cotrijuí, através do Incra e IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – legalizou e negociou com os invasores as árvores que vinham sendo derrubadas.

Prevendo uma possível existência



Oswaldo Meotti: salvaguardando o patrimônio



A Cotrijuí administrou uma usina de açúcar e de álcool na região até 1981

de minério na área, o Conselho de Administração da Cooperativa encomendou, através de um escritório de Geologia, especializado no assunto, um projeto de lavras. Esse projeto deverá, futuramente, ser encaminhado ao Departamento de Produtos Minerais.

É pensamento da direção da Cotrijuí, ainda para este ano, uma viagem do Conselho de Administração até a Amazônia. "Desta forma, diz Meotti, o Conselho terá condições de conferir com seus próprios olhos a situação atual da Cotrijuí na Amazônia".

O projeto não saiu do papel

Em março de 1977, quando recebeu do Incra – Instituto de Colonização e Reforma Agrária – 400 mil hectares localizados próximo a Altamira, bem ao sul da rodovia Transamazônica, a Cotrijuí tinha nos seus planos criar toda uma infra-estrutura física que possibilitasse implantar na região um Projeto de Colonização. A revisão era de transferir 2.000 famílias, compostas por associados da Cooperativa e que dispunham de pouca terra na região para plantar.

A visão existente na época, quando se pensava apenas nas lavouras de trigo e soja, era de que a produção só poderia se tornar economicamente viável se realizada dentro de uma propriedade que tivesse no mínimo 30 hectares. Como a maioria das propriedades existentes possuía menos de 30 hectares, todos aqueles agricultores que tivessem pouca terra – poderiam vendê-la a seus vizinhos e se transferir para a

Amazônia, onde receberiam 200 hectares de terra, sendo metade formada de matas. É claro que essa visão da situação mudou e hoje a diversificação está mostrando a viabilidade econômica de uma pequena propriedade.

Passados quase oito anos desde a transferência da área para a Cotrijuí, muita coisa tomou novos rumos e o projeto de Colonização jamais saiu do papel. Nesse meio tempo, a área foi interditada pela Funai – Fundação Nacional do Índio – com a alegação que existiam indígenas pertencentes a tribos Araras. Esses indígenas teriam inclusive impedido a entrada de técnicos contratados pela própria Cooperativa para realizar estudos na área. A falta de recursos financeiros que possibilitasse a transferência dos agricultores para a Amazônia foi um outro aspecto que também contribuiu para que o projeto não fosse adiante.

A Cotrijuí chegou a participar, a convite do Incra, de um outro projeto de colonização já instalado na região. No período de março de 1979 até fins de 1981, a Cotrijuí administrou uma usina de açúcar e de álcool e uma serraria alugadas do Incra em regime de comodato – concessão de uso – e que pertencia à CIRA-Pacal – Cooperativa Integral de Reforma Agrária – Projeto Canavieiro Abrahão Lincoln, no Pará.

Mesmo que o projeto de Colonização não tenha dado certo, a Cotrijuí não desistiu de manter sua área de terras na Amazônia, uma região com um potencial muito grande de riquezas. Inclusive hoje já se pensa diferente em relação ao antigo projeto de Colonização, mas tudo ainda está na dependência da liberação da área pela Funai. Mas enquanto isso, a Cotrijuí continua demarcando sua área e preservando seu patrimônio naquela região.

Um concorrente instável

O milho não consegue concorrer com a soja, e volta a perder espaços na lavoura

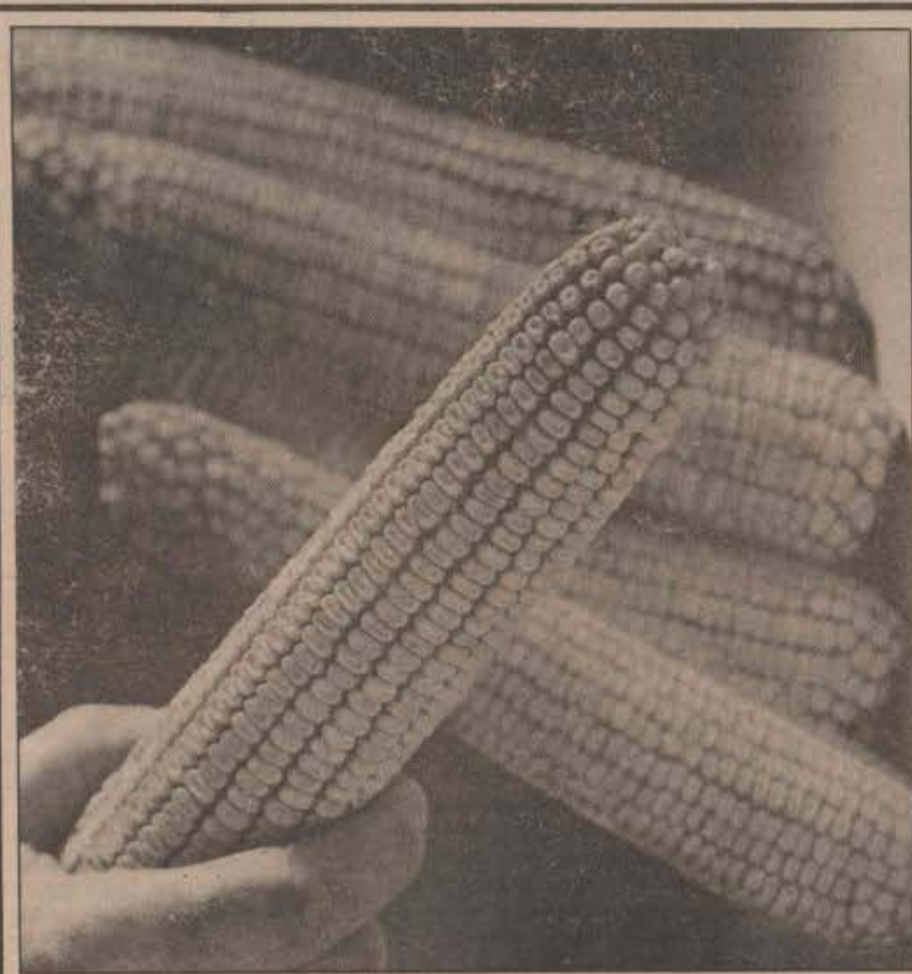
"A única praga do milho é a comercialização". Esta frase já pode ser considerada um dito popular, e define bem a situação desta cultura. Pois foi esta "praga" que provocou redução na área de plantio de milho no Estado nessa safra, que começa a ser colhida numa hora em que o país vai colocar no mercado 200 mil toneladas importadas dos Estados Unidos. No ano passado, o preço ao produtor teve um aumento de apenas 100 por cento, de janeiro a dezembro, e isso desestimulou muita gente. Este ano, ainda é cedo para se prever o que irá acontecer, mas quem tiver milho para vender talvez não enfrente preços tão achatados.

Pode até ser uma surpresa, mas a verdade é que o preço mínimo, corrigido de janeiro para fevereiro, não chega a ser tão ruim, se for levado em conta o custo de produção. O problema é que vai dar quebra na safra, e que a baixa produtividade afetará os ganhos do agricultor. Em janeiro, o preço mínimo da saca de 60 quilos estava em Cr\$ 21.724, e agora em fevereiro passou para Cr\$ 24.460, com reajuste de 12,6 por cento, com base na correção monetária do mês. Prevendo-se uma correção média de mais ou menos 11 por cento, a partir de agora, o valor de garantia chegaria ao redor de Cr\$ 32 mil em abril.

Em abril do ano passado, o preço ao produtor estava em Cr\$ 9 mil, e se este ano, na mesma época, estiver em Cr\$ 32 mil, o reajuste será de mais de 250 por cento, e deve ficar acima da inflação. É claro que em 84 o preço foi achatado (veja ao lado), mas mesmo assim o reajuste é significativo. Mas vale lembrar que o preço mínimo é corrigido somente até abril pelo governo, e depois disso ele pode ser achatado, com os compradores pagando valores de acordo com a tal de oferta e procura.

REAÇÃO TARDIA

Enio Weber, que coordena a área de comercialização na Cotrijuí, lembra que o pique na venda do produto, a nível de produtor, acontece entre março e abril. E é exatamente neste período que os preços se estabilizam, reagindo somente no momento em que a oferta de milho se reduz. A reação acontece então na hora em que o produto já está em outras mãos, e não beneficia quem produz. "No ano passado,



MILHO

teve produtor que esperou receber Cr\$ 14 mil pela saca, no pique da comercialização", conta Enio Weber, ressaltando que o preço de Cr\$ 9 mil ficou inalterado de março a agosto (veja gráfico na página 7).

Em 1983, os preços oscilaram bastante, favorecendo o produtor, mas isso não ocorreu em 84, quando o valor pago foi sempre o mínimo. Este ano, se o mercado estiver favorável, é provável até que o produtor receba além do valor de garan-

tia, mas nada pode ser antecipado com certeza, segundo Enio Weber. Paulo Roberto Porto, que também lida com comercialização na Cotrijuí, completa dizendo que o produtor precisa estar atento para o fato de que o preço mínimo é corrigido somente até abril, e que a partir de maio tudo pode acontecer.

VENDER LOGO

O importante, segundo eles, é que o milho seja vendido logo depois de colhi-

do, porque dificilmente valerá a pena ficar à espera de uma reação no mercado. A correção mensal, até abril, apenas atualiza estes preços, sem significar ganhos para o produtor. Enio lembra que esta preocupação, em comercializar logo o milho, é também da própria Cotrijuí, pois o produto parado provoca custos. Este procedimento é adotado porque o milho circula no mercado interno, sem muitas influências do exterior.

As influências de fora acontecem indiretamente, e são provocadas geralmente por interferência do governo. É o que se espera que vá ocorrer com a importação de 200 mil toneladas, no final do ano passado. O governo comprou milho dos Estados Unidos, explicando que precisava garantir o abastecimento interno, para que não faltasse ração aos criadores de aves e porcos. Os produtores, é claro, reclamaram da medida, e muita gente entende que a importação não seria necessária. A verdade é que o milho importado vai entrar no mercado junto com a safra brasileira.

CONTROLE DE PREÇOS

José Carlos Treiguer, operador de mercado da Cotriexport, em Porto Alegre, relembra que em 1983 o Brasil exportou milho, e depois teve que importar por preços superiores aos conseguidos quando das vendas para o exterior. Esta importação, no final de 83, entrou no Brasil no início de 1984, quando a safra foi razoável, e contribuiu para que os preços se mantivessem achatados na época de comercialização do produto nacional. Isso pode se repetir mais uma vez, pois das 200 mil toneladas, 75 mil devem ficar no Rio Grande do Sul.

"O produtor sempre estranha que as importações aconteçam pouco antes da época de comercializar sua safra", afirma José Carlos. Ele acredita que esta compra foi feita para controlar preços, e não para garantir abastecimento. Com a importação, o governo interfere no mercado, e espera manter os valores pagos ao produtor ao redor do preço mínimo. Com preços controlados ao produtor, o governo tenta evitar o encarecimento da ração, num benefício direto às indústrias, que pode ser transferido aos criadores de aves, gado de leite e suínos, e ao consumidor de carnes, ovos e leite.

Produto entregue à especulação interna

Por que, afinal, a comercialização do milho é uma "praga"? Basicamente, porque o milho é produto de mercado interno, e este tem sido precário no Brasil, em consequência de toda uma política econômica que não beneficia quem produz. Quando decide achar os preços do produto, através de baixos valores de garantia ou de importações, o governo prejudica o agricultor com o argumento de que as aves, os ovos, o leite e os suínos não podem ficar caros. Quem plantou, com altos custos e muitos riscos, vê seus ganhos minguarem, e se sente desestimulado.

Na Região Pioneira da Cotrijuí, em 1982 a área com milho ficou em 74 mil hectares, crescendo para 84 mil em 1983. Este aumento ocorreu em função dos preços razoáveis da comercialização da safra anterior. Mas no ano passado, com os preços estabilizados durante o período de comercialização, o produtor voltou a reduzir a lavoura, que caiu para os atuais 54.500 hectares, numa redução de 35 por

cento. No Estado, a lavoura de 1 milhão 883 mil hectares em 83, caiu para 1 milhão 759 mil nessa safra.

OS PERDEDORES

O país teve, na última safra, uma área de 12 milhões e 227 mil hectares, e não se sabe ainda em quanto a lavoura foi reduzida, pois as informações existentes são muito desencontradas. O certo é que em muitas regiões, como é o caso da Pioneira da Cotrijuí, a soja voltou a ocupar espaços que o milho havia tomado. E tudo porque esta cultura não recebeu ainda a atenção que merece, como lavoura típica da pequena propriedade e com tradição de várias décadas.

Quem mais perde com isso é o produtor. O outro perdedor é o consumidor, que sempre terá custos repassados. Acontece que o achatamento dos preços a nível de agricultor irá significar milho barato para a indústria de ração. Mesmo quando acontece reação no mercado, e os preços do milho sobem um pouco, a indús-

tria dificilmente sofre como quem produz e quem consome. As fábricas simplesmente repassam custos, e a ração chegará mais cara ao avicultor e ao suinocultor. No fim deste processo, na outra ponta, estará o consumidor, pagando mais caro pela carne de porco e de galinha, pelos ovos e pelo leite.

Esse quadro somente será alterado quando o país tiver um mercado interno

forte, como há muito tempo se reivindica. Hoje, o que se sabe é que não só o milho, mas também outras culturas incluídas em programas de diversificação, esbarram nos obstáculos da comercialização. A produção pode ser viável tecnicamente, mas tropeça na hora de ser vendida, pois o poder de compra deste mercado é muito fraco. Em resumo, a população, com sua renda achatada, não tem como comprar.

A lavoura de milho na Região Pioneira

ANOS	ÁREA PLANTADA	REND. MÉDIO	PRODUÇÃO
	Ha	Kg/ha	Toneladas
79/80	43.940	1.650	72.501
80/81	60.600	3.440	208.464
81/82	73.640	2.956	217.680
82/83	74.000	2.551	188.774
83/84	84.000	2.225	186.933
84/85	54.500	2.577	140.450

O rendimento de 2.577 quilos por hectare é estimativa feita quando da formação da atual lavoura. Com a estiagem, é claro que a produtividade deve ser mais baixa.



Lauri Freitag planta milho a bico de máquina, numa ladeira onde a mecanização não consegue chegar perto

Terra irrigada e terra dobrada

Olmir Copetti, proprietário de 78 hectares em Pedro Paiva (Santo Augusto), é o mais festejado plantador de milho do município. Este ano, ele colheu 4.800 quilos por hectare, numa área de 12 hectares de milho irrigado. É produtividade para ninguém botar defeito, mas que foi conseguida graças ao uso de tecnologia moderna, que tirou o máximo de quatro variedades de milho híbrido do cedo. Copetti, que planta milho para vender há três anos, colheu sua melhor safra, principalmente porque teve à disposição o que outros produtores não tiveram: a água.

Em maio do ano passado, ele comprou o equipamento para irrigação, por Cr\$ 23 milhões, fora o motor, que já possuía. Com duas irrigações na lavoura, despejando 60 mil litros de água por hora, ele evitou as consequências da estiagem, gastando muito mas também ganhando bem. Copetti lembra que sua lavoura teve problemas na fase de germinação, e ficou com uma média de 42 mil pés de planta por hectare, quando o ideal, para milho irrigado, seriam 60 mil pés. Mesmo assim, o rendimento, que poderia chegar a 6 mil quilos, se não tivesse ocorrido o problema, alcançou os 4.800 quilos.

DOIS POR UM

"Eu gastei, em média, o equivalente a três sacas de milho, para irrigar cada hectare, mas tirei bem mais", diz Copetti, para quem o milho, num caso assim, dá mais do que a soja. Foi no ano passado, após a frustração da safra, por causa da estiagem, que ele se decidiu pela irrigação, convencido de que ganharia dinheiro, apesar de gastar uns 30 litros de óleo por hectare. "Consegui tirar dois sacos de milho, de onde tiraria apenas um de soja", compara ele.

Olmir Copetti só foi meio apressado na hora de vender, pois entregou as 1.200 sacas colhidas, em fins de janeiro, por Cr\$ 23 mil. Se tivesse esperado um pouco mais, pegaria preço superior a Cr\$ 24 mil, mas não se arrepende. Para ele, o preço pago hoje pelo milho é compensador, desde que a produtividade corresponda. É por isso que este agricultor, que já produziu muito milho para semente, aposta tudo no uso da tecnologia disponível.

Ele pretende, na próxima safra, ampliar a lavoura para 35 hectares e comprar um equipamento mais potente para irrigação. Na atual safra, além dos 12 hectares de milho plantados para vender, outros três ficaram para consumo da propriedade, onde a lavoura de soja ocupa 55 hectares. Nas duas safras anteriores, a área de milho havia ficado ao redor de uns 20 hectares.

NA LADEIRA

Na localidade de Braço Forte, região de terra dobrada de Tenente Portela, Lauri Freitag não pode se dar ao luxo de contar com irrigação. Ele possui 13,5 hectares, e plantou 2 hectares e meio com milho nesta safra, em área consorciada com soja. Lauri espera colher uns 120 sacos por hectare do milho híbrido do cedo que plantou, e que no final de fevereiro já estava pronto. Mas a colheita só acontecerá em maio, depois da safra de soja.

Ele planta milho a bico de máquina, numa ladeira, e garante que no passado colheu 150 sacas, em três hectares também consorciados com soja. O rendimento é bom demais para as condições de sua lavoura, mesmo que Lauri se preocupe muito com a adubação e o uso de uréia. Em 84, foram vendidas 100 sacas das 150 colhidas, e o restante ficou para consumo da propriedade. O milho foi entregue a Cr\$ 12 mil, entre junho e julho, e com o dinheiro conseguido Lauri comprou adubo e uréia. Agora, ele pretende vender

Lavoura rudimentar

Nos municípios de terra dobrada, pedra e milho é o que não falta. Em Tenente Portela, onde a grande maioria dos produtores possui pequenas áreas, o milho sempre é plantado, e 75 a 80 por cento da safra ficam na propriedade, para consumo, ou não saem do município. Ali, a lavoura é bastante rudimentar, com pouca tecnologia moderna. Mas os produtores que vendem sobras se preocupam com preços. Tanto que a área de plantio, que ficou em 21 mil hectares este ano (em Portela e Miraguai), teve redução de uns 25 por cento.

Os técnicos agrícolas Nelson Raffaelli e João Flores lembram que a unidade de Portela, com uma previsão de colheita de 550 mil sacas até o início de fevereiro, é a que mais recebe milho na Região Pioneira da Cotrijui. É difícil de se encontrar uma lavoura de terra dobrada, em ladeira, que não tenha um pedaço da área com milho. E nesta safra, com o achatamento dos preços do produto no ano passado, o que se nota é que o milho deixou de ser plantado exatamente

nas terras planas, mecanizadas.

TECNOLOGIA

Nas terras planas, os produtores geralmente plantam milho comercialmente, pensando em vender, e nesta safra preferiram ocupar as áreas com soja. Sobraram para o milho as terras menos nobres, onde o plantio muitas vezes é feito por conta, sem custeio. Mesmo assim, Flores e Raffaelli advertem que é preciso melhorar a tecnologia nessas áreas, para que o produtor consiga retornos com a cultura. Essa tecnologia mínima, segundo eles, exige pelo menos a aplicação de 150 quilos de adubo por hectare, e 50 a 100 quilos de uréia.

Os técnicos observam que só assim a lavoura tem condições de resistir por mais tempo a uma estiagem e obter rendimentos que compensem a atividade. Eles recomendam também que, no caso do produtor não utilizar nenhuma das técnicas modernas, é preferível usar sementes de variedades comuns, pois o milho híbrido, em terra mal cuidada, é desperdício. Em Portela e Miraguai, alguns produtores já se preocupam com isso, e recorrem a outras práticas, implantando leguminosas de inverno (ervilhaca, trevos e outras), em áreas onde irão depois plantar milho. Essas leguminosas são fontes de nitrogênio, e os rendimentos alcançados demonstram o acerto da prática.



Nelson Raffaelli e João Flores: menos milho nas terras planas



Copetti: milho deixa mais que a soja



Avelino: soja deixa mais que o milho

apenas 50 sacas da atual safra.

No final de janeiro, ele achava que os Cr\$ 21.700 do preço mínimo para a saca de milho até que não representavam muito pouco, mas o que importa mesmo para o agricultor é ter o produto para consumo. Este ano, ele irá aumentar a área consorciada de milho e soja em mais cinco hectares, sempre plantando por conta, sem recorrer a financiamentos. "O milho — diz ele — é uma segurança contra a seca, principalmente quando falha a soja".

DESANIMADO

"Já cheguei a plantar toda a minha área de lavoura com o milho e a mandioca, na época em que a suinocultura dava algum dinheiro para o produtor", conta Avelino Balduino Hermann, proprietário de 64 hectares na localidade de São Miguel, em Augusto Pestana. Hoje, Avelino se dedica quase que exclusivamente à lavoura de soja.

A desilusão com a cultura do milho começou justamente com a crise na suinocultura. Avelino se orgulha de ter sido um dos maiores criadores de porcos da região. Nos primeiros tempos, mesmo meio descrente com a cultura que cada vez mais deixava menos retorno, ele insistia no plantio do milho. Diz ele:

— Até uns tempos atrás, quando ainda plantava milho com boi, pois depois é que comprei maquinário, o milho era a cultura mais importante da propriedade. O que me desanimou, depois que diminuiu a criação de porcos, foi o preço. De dois anos para cá, planto muito pouco milho, para o trato dos animais. Também não planto mais financiado, que não vale a pena. Faço a lavoura por conta, não tenho dívidas e nem me obrigo a vender a produção por pouco mais de nada.

REDUÇÃO

Na safra de 83 Avelino ainda fez uma lavoura de seis hectares. Fez uma boa colheita, pois sempre foi muito caprichoso com a lavoura e nunca se des-cuidou do adubo e nem da uréia em cobertura, mas o preço continuou ruim. O resultado foi que ele reduziu ainda mais a área de milho. Plantou pouco mais nesta safra, um hectare e meio, com as variedades Dekalb-566 e Pioneer-307. "A lavoura está muito linda. Acredito que mais uma vez vou fazer uma boa colheita".

Embora não lembre de ter enfrentado alguma frustração, Avelino admite que o milho é uma cultura meio danada e de risco, "pois depende muito do clima que corre". Outro problema que ele levanta é que o milho na região não tem alcançado o potencial de produção desejado. "Como o custo de produção é alto, que lucro o produtor vai tirar com esse preço que andam pagando?"

"Garante que por pouco mais de Cr\$ 20.000 não planta milho para vender, e acha que um saco de milho teria que estar valendo no mínimo Cr\$ 35.000. "Neste caso, prefiro plantar soja, que rende mais, e comprar o milho que faltar para o trato dos animais. Com a venda de um saco de soja o produtor quase compra dois de milho. É mais negócio".

Preços achatados

O produtor viu o ano de 1984 iniciar com o preço da saca de milho a Cr\$ 9 mil, e viu o ano ser fechado com um reajuste de apenas 100 por cento neste valor, pois em dezembro estava recebendo Cr\$ 18 mil. Nenhum produto teve aumento tão insignificante no ano passado como o milho, e isso foi o que alarmou muita gente, já que a inflação ficou em 223,8 por cento. De março a agosto o preço se manteve nos Cr\$ 9 mil, exatamente no período de comercialização da safra (veja o gráfico ao lado). Somente no final de agosto é que se iniciou uma reação, mas quando o produtor não tinha mais o que vender.

O gráfico com dados dos preços pagos ao produtor em 1983 e 1984 mostra bem como o mercado se comporta entre janeiro e junho, quando o produtor menos recebe pelo milho. Em 83 ainda houve uma elevação nos preços, no primeiro semestre, mas isso não aconteceu no ano passado, quando ocorreram apenas 20 variações nos valores, durante o ano todo. Também em 83 o preço era de Cr\$ 1.580 em janeiro, e fechou o ano com Cr\$ 9 mil, num aumento de 470 por cento, contra os 100 por cento do ano passado. Os dados são dos preços do dia pagos pela Cotrijuí, mas dão mais ou menos uma mostra da situação geral.

Há outro detalhe importante no gráfico. Considerando-se o preço pago no pique da safra, em 1983, ao redor de Cr\$ 2 mil, se percebe que em 1984 o milho estava recebendo mais de quatro vezes este valor, com Cr\$ 9 mil. É um aumento considerável, mas que não chegou a pesar na

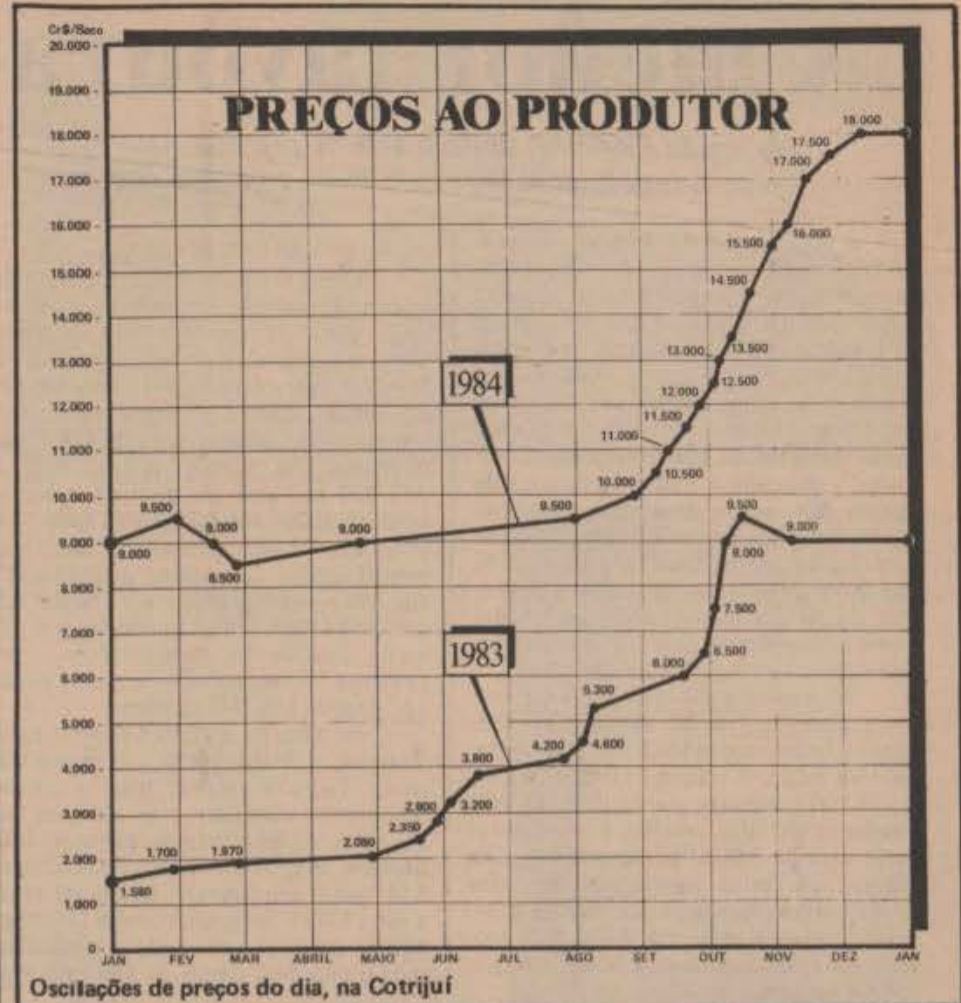
hora do produtor se decidir pela formação da lavoura da atual safra. Como o preço se manteve estável até o final do ano, foi isso o que mais pesou. Muita gente achou que o mercado continuaria desfavorável, e plantou menos.

MÍNIMO

O preço mínimo de fevereiro, agora em vigor, é de Cr\$ 24.460, e poderá ficar em torno de Cr\$ 27 mil em março, quando será o equivalente a três vezes o valor pago na mesma época no ano passado, e que era de Cr\$ 9 mil. Em abril o preço mínimo talvez esteja ao redor de Cr\$ 32 mil, levando-se em conta uma possível correção média mensal de 11 por cento. Este valor de Cr\$ 32 mil é o que o Departamento Agrotécnico da Cotrijuí considera o necessário para que o produtor consiga, no pique da comercialização, o mínimo de ganho com o milho.

O produtor deve se lembrar de que a correção do preço mínimo é apenas uma atualização do preço, e não um aumento. Por isso, os entendidos de mercado recomendam que se comercialize a safra logo depois de colhida, a não ser que aconteça uma reação inesperada, por causa da estiagem. Afinal, é bom lembrar também que a partir de maio o mínimo deixa de ter correção.

Aí é que entra em jogo o poder dos compradores, e certamente o produtor ficará outra vez em desvantagem. Em 1984, enquanto o preço ao produtor, de janeiro a dezembro, subiu apenas 100 por cento, no atacado o milho teve um aumento de 147 por cento, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro.



Os baixos rendimentos

A produtividade média do milho no Brasil, no ano passado, foi de 1.735 quilos por hectare, e está muito longe ainda dos rendimentos médios de países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde passa dos 5 mil quilos. No Estado, também em 1984, a produtividade ficou em 1.894 quilos. Esses rendimentos relativamente baixos são explicados pelo fato de que em extensas áreas, especialmente de minifúndios, a tecnologia utilizada ainda é rudimentar, apesar de existirem, em médias e grandes propriedades, lavouras modernizadas.

Em 1973, o Brasil plantou 9 milhões 908 mil hectares de milho, e a lavoura foi sendo aumentada ano a ano,

até chegar aos 12 milhões e 227 mil hectares do ano passado. O aumento foi pouco, considerando-se toda a área agricultável ainda disponível no país. A verdade é que em muitas regiões o milho ainda concorre com a soja na ocupação de espaços, como acontece na Região Pioneira da Cotrijuí, onde a lavoura da oleaginosa cresceu, com redução na área de milho.

No Rio Grande do Sul, a área plantada em 1973 foi de 1 milhão e 507 mil hectares, e a produtividade média naquele ano ficou em 1.394 hectares. Este ano, a safra sairá de uma lavoura de 1 milhão 759 mil hectares, ou seja, superior em apenas 252 mil hectares a de 11 anos atrás.

ÁREAS, PRODUÇÃO E RENDIMENTOS NO PAÍS

ANOS	ÁREA COLHIDA (HA)	PRODUÇÃO (T)	RENDIMENTO (KG/HA)
1973	9.908.036	14.109.340	1.436
1974	10.672.450	16.273.227	1.524
1975	10.854.687	16.334.516	1.504
1976	11.117.570	17.751.077	1.596
1977	11.797.411	19.255.936	1.632
1978	11.124.827	13.569.401	1.219
1979	11.318.886	16.306.380	1.440
1980	11.451.297	20.372.072	1.779
1981	11.520.336	21.116.908	1.833
1982	12.619.531	21.842.477	1.730
1983	10.741.956	18.743.761	1.744
1984	12.227.153	21.213.062	1.735

ÁREAS, PRODUÇÃO E RENDIMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL

ANOS	ÁREA COLHIDA (HA)	PRODUÇÃO (T)	RENDIMENTO (KG/HA)
1973	1.507.083	2.100.808	1.394
1974	1.525.000	2.236.000	1.466
1975	1.524.138	2.367.322	1.553
1976	1.580.000	2.443.000	1.546
1977	1.673.000	2.680.000	1.601
1978	1.630.400	2.150.800	1.319
1979	1.787.500	1.853.600	1.036
1980	1.861.298	3.162.033	1.699
1981	1.818.696	3.808.793	2.094
1982	1.851.740	3.147.246	1.700
1983	1.778.993	3.174.771	1.785
1984	1.883.224	3.567.360	1.894
1985	1.759.880	---	---

Fonte: Delegacia do IBGE - Porto Alegre

POUPANÇA ESPECIAL BANRISUL:

RDB e CDB com rendimento pré e pós-fixado, com pagamento mensal, trimestral ou no final do prazo. Letras de Câmbio. Open. Over. Ações. Mais uma vantagem Banrisul para você.

Fale com o Gerente de sua Agência.



O Banco do Nosso Estado.

A menor lavoura

Na região Pioneira, tanto a área de plantio como o rendimento vêm caindo de ano para ano

A Argentina é o principal país produtor de feijão da América do Sul, seguida pelo Brasil, que nesta safra, segundo dados fornecidos pela CFP - Companhia de Financiamento à Produção - plantou 1.983.000 de hectares. Acredita-se que esta seja uma das menores lavouras dos últimos cinco anos, embora ainda não estejam sendo computados dados referentes a "safrinha", plantada a partir de meados de janeiro. Mas apesar de ocupar uma posição de destaque na produção de feijão da América do Sul, o Brasil se vê na condição de importador do produto da Argentina, do México e do Canadá, para poder suprir as suas necessidades de consumo interno.

A maior produção dos últimos cinco anos aconteceu na safra 81/82, quando foram plantados 5.928.000 hectares com feijão. A produção final alcançou 2.906.300 toneladas, contra os 2.340.900 toneladas da safra anterior e produzidas numa área de 5.026.900 hectares. A área reduziu de forma significativa na safra 82/83, mas voltou a crescer na safra seguinte, quando alcançou 4.875.500 hectares e um rendimento médio de 518 quilos por hectare.

UM DOS MAIORES

O Rio Grande do Sul já foi um dos maiores produtores de feijão do país, condição reservada hoje ao estado do Paraná. Chegou a colher, numa área de 270.707 hectares, cerca de 236.900 toneladas. Mas a situação mudou bastante nesse meio tempo, tanto que na safra 83/84, foram plantados no Estado pouco mais de 187.400 hectares. A produção final - conferir dados nos quadros ao lado - fechou em 92.445 toneladas e um rendimento médio - bastante prejudicado - em 493 quilos por hectare. Nesta safra que ainda nem bem foi colhida, já se fala numa área de 155.776 hectares - sem computar a "safrinha" - e numa produção final de 109.043 toneladas.

Na área de ação da Cotrijui, região Pioneira, a situação não é lá muito diferente. Tanto a área de plantio como o rendimento vêm caindo de ano para ano. Na safra 83/84 ainda se plantou 2.556 hectares, mas o rendimento final ficou em 544 quilos por hectare. Dados referentes a safra 84/85, indicam, embora falem apenas da primeira safra, que o rendimento médio não deve passar de 456 quilos por

hectare, colhidos numa área de 1.447 hectares.

ALTO CUSTO DE PRODUÇÃO

Com um custo de produção cada vez mais elevado e preços que nem sempre agradam aos produtores e muito menos cobrem esses custos, o feijão, na verdade, vem sendo plantado na Região Pioneira mais para o consumo da família. "Só se vende as sobras, e isso quando sobra alguma coisa", costumam dizer os produtores. Mas mesmo contando com um alto custo de produção, que segundo a Fecotrigo andou por volta de Cr\$ 843.015 por hecta-

re e de Cr\$ 74.934 por saco de 60 quilos isso em dezembro/84, parece que é uma das poucas culturas que nesta safra, ainda está deixando alguma margem de lucro ao produtor. Como o preço mínimo atual é de Cr\$ 81.967, a própria Fecotrigo calculou, em cima desse preço, um lucro de 8,5 por cento para os produtores.

Considerando que o feijão é uma cultura exigente em condições de clima e de solo, e portanto de grande risco para o produtor, essa margem de lucro é praticamente insignificante e até já superada pela própria inflação.

A Lavoura de Feijão no Estado

ANOS	ÁREA PLANTADA	RENDIMENTO	PRODUÇÃO
	Ha	kg/ha	Ton.
80/81	205.546	391	80.378
81/82	212.608	600	127.623
82/83	213.451	688	146.763
83/84	187.437	493	92.445
84/85*	155.776	700	109.043

*Estimativa apenas da primeira safra. Fonte: IBGE

A Lavoura de Feijão na Região Pioneira

ANOS	ÁREA PLANTADA	REND. MÉDIO	PRODUÇÃO
	Ha	kg/ha	Ton.
81/82	2.690	920	2.476
82/83	3.270	470	1.538
83/84	2.556	544	1.391
84/85*	1.447	456	660

Informações apenas da primeira safra e com apenas 92 por cento das lavouras colhidas. Fonte: Boletim Informativo Semanal de Safras - Ditec

Quem plantou, colheu. E bem.

Dona Cleri Mantelli lida com feijão há bastante tempo, em Capoeira Grande, Tenente Portela, onde seu marido, Pedro Mantelli, possui 15 hectares. Os dois plantaram um pedaço de terra com seis quilos de feijão da variedade Rio Tibagi, e colheram como nunca: a safra rendeu três sacos e meio, o que equivale, para uma comparação, a 20 sacos por hectare. É um rendimento bem acima da média na região.

O feijão foi plantado em setembro e colhido no início de janeiro. A semente foi conseguida através do programa da Emater, com a colaboração da Cotrijui, em que o produtor pegava 50 quilos de produto e tinha que devolver 70 quilos. A saca de semente dos Mantelli foi repartida entre a vizinhança. Cada um ficou com um pouco e todos colheram bem. "Até hoje me arrependo de não ter plantado uma bolsa de feijão, pois nunca colhemos como desta vez", conta dona Cleri.

Quando a planta começou a crescer, o casal aplicou adubo e uréia na área, que foi lavrada a boi e onde o plantio foi feito a bico de máquina. Sem a incidência de pragas como o cascudinho, e sem inços, o feijão se desenvolveu bem. Deu para devolver a quantia que deveria ser entregue à Cooperativa, e até sobrou feijão para vender, mesmo que a preocupação do casal fosse mesmo ter o produto para consumo da família.

Depois da colheita, os vizinhos fizeram uma troca de sementes, para a safrinha, que os Mantelli plantaram no dia 17 de janeiro e esperam colher em abril. "Os antigos sempre dizem que não é bom pegar semente da mesma terra", conta dona Cleri, para explicar a troca entre a vizinhança. Ela acha que esta segunda safra deve dar menos que a primeira, por causa da estiagem, mas já guardou semente para plantar de novo este ano. Ela lembra que o importante é ter feijão em casa, e, se possível, vender as sobras. Além dos Mantelli, outros 17 produtores de Tenente

Portela e Miraguaí pegaram semente de feijão do convênio Emater-Cotrijui em 84, e a área nos dois municípios chegou a 500 hectares.

PARA O GASTO

A dona Olinda e o seu Valdomiro Cazarotto, proprietários de 25 hectares em Formigueiro, Augusto Pestana, nunca deixam de plantar um cantinho de feijão para o consumo da família. Eles plantaram cinco quilos de feijão, de uma variedade que nem a dona Olinda sabe direito o nome, mas que já vêm plantando há anos. A colheita rendeu um saco de feijão "Esse ano nós fizemos uma boa colheita, mas tem ano que não dá nada. O clima sempre judia demais da planta".

O feijão deu bem este ano porque a dona Olinda teve o trabalho de adubar toda a lavoura com esterco de gado e o clima também correu bem para a planta. Mas com a "safrinha", que ela fez com cinco quilos de feijão, não espera fazer uma boa colheita. "A estiagem está castigando demais a lavoura, que ainda nem nasceu direito. Se vê de longe que as plantas estão sofrendo com a falta de água.

Toda a produção de feijão colhida pela família Cazarotto é para o consumo da casa. "A gente reparte um pouco com os filhos, dá alguns quilos para os parentes e o resto fica para o gasto. Para vender não sobra nunca". A dona Olinda preferiu plantar pouco feijão do que arriscar numa lavoura maior. "pois é uma planta delicada e se faltar chuva ou der algum ataque de cascudinho ou fede-fede, lá se vai o lucro do produtor".

A dona Olinda também acha o feijão uma planta muito exigente. Em terra de campo ele não dá mesmo. "Tenho plantado sempre no mesmo cantinho. Um ano dá bem outro não. Mas prefiro não arriscar demais. E a vizinhança também faz assim, planta só para o gasto". Conta que plantar para vender ninguém quer saber, embora reconheça que o preço até



Cleri Mantelli

Olinda Cazarotto

Silda da Silva

Agenor Savariz

que compensa, "mas o risco da lavoura é muito grande".

PRODUZIU MAL

Quem não foi nada bem com o feijão foi a dona Silda Maria Rodrigues da Silva, proprietária de 37 hectares de terra em Sítio Bombardieri, em Redentora. Ela plantou oito quilos de um feijão "crioulo" e não colheu mais do que meio saco. A lavoura sofreu com a seca e depois para completar, deu um ataque de cascudinho e fede-fede. "Até pensei que nem ia colher tanto", diz conformada a dona Silda.

Dona Silda não gosta de usar adubo na lavoura de feijão. "A minha terra é boa, não precisa de adubo", diz ela. Conta que num ano até experimentou usar uréia em cobertura, mas a planta não vingou igual e a produção foi mal. Mas reconhece que o feijão é uma planta exigente. "Ele gosta mesmo é de terra de pedregulho, bem preta. Em terra de campo é bobagem plantar porque não dá mesmo". Outro segredo do feijão segundo a dona Silda, é que ele não gosta de vento forte. "O bom mesmo é fazer a lavoura numa baixada, perto de um mato. Num lugar onde não bata o vento.

Assim como a dona Olinda, a dona Silda não quer saber de arriscar com o feijão. "Alguns anos atrás cheguei a plantar meio saco e colhi oito. Mas além de arriscado, o feijão é uma planta trabalhosa. A colheita é muito difícil e quase não tenho quem me ajude". Conta que o feijão tem que ser colhido e guardado em casa no mesmo dia. "Se deixar na lavoura e molhar, ele não presta mais".

Na segunda safrinha, plantada a pouco mais de semana atrás, a dona Silda semeou mais 15 quilos de feijão e "se chover até o dia 10 deste mês, quero ver se planto mais uns oito quilos. Se não colher bem o feijão da "safrinha", ela já está

se preparando para comprar feijão para o gasto prò ano todo.

Proprietário de 75 hectares na localidade de Inhacorá em Catuípe, seu Agenor Antonio Savariz vem fazendo boas colheitas de feijão. Nesta safra ele plantou um saco do feijão conhecido na região como "Chumbinho" e colheu 18 sacos e meio. "Estou gostando muito desta variedade. Ela vem produzindo muito bem", diz seu Agenor.

A seca atrapalhou um pouco a lavoura. A primeira floração seguiu bem, mas a segunda não firmou. Se não fosse a seca o seu Agenor diz que ia fazer uma colheita igual a de 1982, quando plantou a mesma quantia, também o "chumbinho" e colheu 28 sacos e meio de produto. Antes do plantio ele corrigiu a terra utilizando três sacos de cal "Füller", e depois usou mais três sacos de adubo e quando a planta estava crescendo ele aplicou mais dois sacos de uréia em cobertura.

O plantio foi feito na base de 25 sementes por metro num espaço de 50 centímetros por linha. O feijão não pode ser plantado muito longe. Ele gosta de sombra. "Também já observei que o feijão não gosta de vento". Além de cuidar dos inços para que não tomem conta da lavoura, seu Agenor capricha na escolha da área. Sempre faz rotação de área. Um ano planta feijão naquela área. No outro planta milho. Só não aumenta a área de feijão porque não dispõe de terra apropriada, de pedregulho, "como o feijão gosta". Também não gosta de fazer "safrinha".

Seu Agenor aproveitou que a colheita foi boa e vendeu 12 sacos de feijão pelo preço de Cr\$ 95.000 o saco. O resto distribuiu entre os empregados e a família. "E ainda deixei um pouco para semente, que no ano que vem quero plantar uma área maior".



Controle biológico

A eficiência do baculovírus

Os produtores contam suas experiências

Assim como os demais produtores da região de Rosário, em Augusto Pestana, onde tem uma propriedade de 130 hectares, o seu João Hélio Tisott também não acreditava nem um pouquinho que o tal de baculovírus pudesse acabar com a lagarta de soja. Foi preciso muita conversa do técnico da Cotrijui naquela região, o Vanderley Juswiak, para que o seu João e mais os dois filhos, o João Carlos de 20 anos e o Roberto de 16, fizessem uma experiência com o baculovírus num foco de lagartas que estava atacando uma parte da lavoura. A experiência foi apenas num hectare, mas foi o suficiente, como conta o seu João:

— Nós ficamos de olho, meio cuidando a reação das lagartas. A partir do quarto dia, notamos que elas não estavam se alimentando tanto. O estrago nas plantas era bem menor. No sétimo dia, fomos para a lavoura, eu, meus filhos e a vizinhança para catar lagartas doentes.

Essa experiência bastou para que tanto o seu João como os seus vizinhos acreditassem na eficiência do baculovírus no combate a lagarta da soja. Com o material colhido, eles ainda aplicaram o vírus em mais 90 hectares de lavoura e têm ainda, guardado no congelador mais de 10 mil lagartas contaminadas, prontas para serem utilizadas, caso seja necessário. "O que a gente não aplicar este ano, vai ficar guardado para ser usado na próxima safra", justifica um de seus filhos, o João Carlos. É a vantagem da aplicação do baculovírus é que os novos focos vão sendo automaticamente controlados pelo vírus que fica instalado nas folhas e no solo", diz ainda.

NADA DE VENENO

Depois do sucesso da experiência, o seu João diz que está na hora de se ver livre de vez dos venenos. "Eu não posso mais lidar com veneno, que já me fez mal. Os guris andam com medo. Então o melhor mesmo é matar a lagarta com a própria lagarta". No ano passado os Tisott ainda aplicaram veneno em toda a lavoura, "mas esse ano nem cheguei a comprar o veneno. Preocupado com os estragos que os venenos têm feito na saúde do homem — "quanto agricultor tem morrido envenenado" —, que o seu João acha que é hora da fiscalização abrir mais os olhos e controlar a venda de muito produto químico, como os proibidos, "mas que continuam, sendo oferecidos e vendidos pelas colônias, com risco de vida para os produtores".

A economia com a aplicação do baculovírus para o controle da lagarta de soja foi grande. "Deixamos de gastar uns Cr\$ 15 mil por hectares ao utilizar o baculovírus, lembra o João Carlos, isso sem falar no aspecto da saúde que está sendo poupada e no equilíbrio ecológico que vem sendo mantido".

SEM VENCIMENTO

O seu Clarimundo Derlan, proprietário de 12 hectares e meio na localidade de Vicinal nº 4, em Chiapetta, andou guardando lagarta contaminada já na safra passada, quando apareceu, sem nenhuma aplicação, um surto de doença preta na lavoura. Em dezembro, quando a soja tinha mais ou menos umas três semanas, deu um surto grande de lagartas e o seu Agenor achou que era hora de comprovar o que tanto se falava a respeito do baculovírus. Aplicou as doses que tinha armazenado em três hectares e meio. "Valeu a

pena. Foi uma boa experiência".

Em janeiro quando voltou a aparecer outro surto na mesma área, seu Clarimundo nem pensou duas vezes e fez outra aplicação do baculovírus, só que não deu certo. "A doença pegou nas lagartas, mas não deu vencimento. Era bicho demais na lavoura". Com medo de perder toda a lavoura, tocou veneno em cima das lagartas. "Se esperasse quatro dias, até o vírus fazer efeito, o bicharedo ia terminar com a lavoura".

Seu Clarimundo atribui essa pequena "falha" a falta de massa verde no soja e ao excesso de calor do solo. "Acredito que a umidade é fundamental para o desenvolvimento do vírus nas plantas. Como estava dando uma estiagem e tudo estava muito seco, o vírus não teve condições de se desenvolver e morreu antes de contaminar as lagartas. Também tem que ver que o soja apresentava pouca massa verde e isso também me assustou um pouco". Apesar de não ter sido muito feliz com a segunda aplicação do baculovírus, seu Clarimundo diz que ainda dá um voto de confiança ao novo controle de pragas. "Eu tenho certeza que alguma coisa deve ter ocorrido, que atrapalhou o desenvolvimento do vírus. Senão ele não teria dado certo na primeira vez".

LIQUIDIFICADOR SÓ PARA AS LAGARTAS

Em Redentora, nas lavouras de dona Rosalina e do seu Napoleão Júlio de Moura, as lagartas não estão tendo vez mesmo. Até um liquidificador a família comprou só para poder moer os bichinhos bem como recomendam os técnicos. O seu Napoleão tinha guardado em casa, desde fevereiro de 84 uma dose de lagarta doente, que só não tinha aplicada porque não tinha sido necessário. "Mas guardei no congelador e este ano, quando me apareceu o primeiro surto, fiz a aplicação".

Seu Napoleão não esconde que de início, até as lagartas começarem a morrer, seu coração quase parava toda vez que ia até a lavoura ver os estragos dos bichos. "Até fiquei meio desconfiado de início, mas fui aguentando. Quando vi que elas começaram a amarelar, eu também já estava meio amarelo de susto, mas me recuperei logo".

No que foi possível, seu Napoleão e toda a família se foram para a lavoura colher mais lagartas. Tudo o que deu para colher ele reaplicou em 80 dos 200 hectares de soja que planta. "No restante da lavoura tive que aplicar veneno, que o surto estava grande e não tinha mais lagartas doentes para aplicar". Hoje toda a família se orgulha de ter guardado no congelador, para aplicar na lavoura assim que se fizer necessário, em torno de 12.600 lagartas contaminadas.

INCONVENIENTES

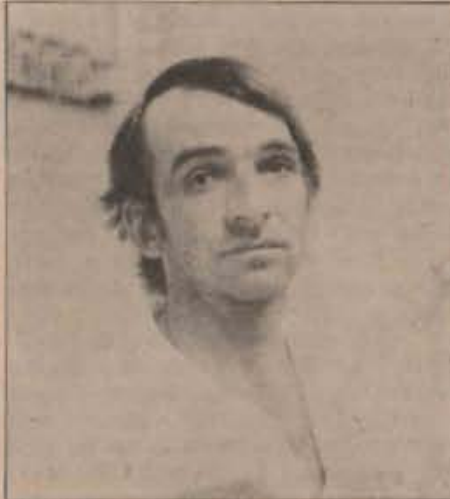
A lida com o baculovírus já valeu alguma experiência ao seu Napoleão, tanto que ele faz questão de lembrar que o produtor precisa ter muito cuidado e aplicar o vírus quando a lagarta ainda estiver pequena, medindo no máximo dois centímetros. "Essa é a hora certa. A lagarta continua comendo a planta por mais alguns dias, mas o estrago não é tão grande". Outro aspecto que ele levanta é o da limpeza do aparelho pulverizador. Conta que na primeira vez que aplicou, como o pulverizador não estava bem limpo, o pri-



João Hélio e João Carlos: medo dos venenos



Clarimundo Derlan: susto grande



Joceli Noronha: um dos primeiros

meiro pedaço atingido levou mais tempo para que o vírus se desenvolvesse. "A gente notou que o vírus não pegou bem. Mas isto são coisinhas que o produtor vai aprendendo e corrigindo aos poucos".

LAVOURA À DISPOSIÇÃO

O que a dona Rosalina lamenta é que a vizinhança não acredita muito na validade do baculovírus no combate da lagarta da soja. E tão logo o vírus começou a se espalhar pela soja e a matar as lagartas, os Moura colocaram a lavoura à disposição da vizinhança para que fossem visitá-la e "até coletar lagartas se quisessem", diz dona Rosalina. Mas ninguém quis saber. Não apareceu ninguém e ainda diziam que não acreditavam, que a lagarta ia comer toda a lavoura". O seu Napoleão vai mais adiante e diz que o produtor tem que andar mais informado, e acreditar mais na pesquisa, porque de venenos já andamos cheios".

O seu Napoleão diz que pro ano quer ver se não lida com veneno, pois com as doses que tem guardado ele pode garantir o controle de mais de 250 hectares de lavoura. "Que adianta usar um veneno que mata as lagartas, mas também mata as pessoas e os animais. Este ano perdi uma vaca, só porque ela lambeu o pulverizador sujo. E combatendo a lagarta com a própria lagarta, o trabalho do produtor, é o de esmagar o bichinho e aplicar. "Não tem cheiro forte e quem



Napoleão Moura: alguns cuidados

gosta de fumar não precisa se privar do seu vício. O cheirinho até é bom, parece de pasto verde".

O gasto que o seu Napoleão teve com a aplicação do baculovírus ficou apenas no combustível. Ele calcula que deixando de usar veneno, tenha feito uma economia de mais ou menos Cr\$ 960.000 "claro que não estou considerando o combustível que teria de usar".

UM DOS PRIMEIROS

No ano passado, quando a maioria dos produtores nem sabia direito o que era o tal de baculovírus, o Joceli Noronha, de Faxinal, na divisa entre Ijuí e Cruz Alta, já tinha se encheido de coragem e aplicado o tal de vírus num hectare que plantou em sociedade com o primo, o Ari Noronha. Naquela época ele já dizia que o vírus "tinha fundamento e todo o produtor que quiser trabalhar direitinho na sua lavoura, tem que partir para soluções mais econômicas".

Seu pensamento não mudou em nada de lá pra cá. Nesta safra, quando apareceu o primeiro surto, ele deu um jeito, arroumou 10 doses do vírus na Cooperativa e aplicou na lavoura. Fez a multiplicação e aplicou em mais de 10 hectares. Não usou nem um tanto de veneno. O Joceli vai mais longe e diz que reforça o voto de confiança dado pelo Adão Ciotti, — outro produtor que aplicou o baculovírus na lavoura — ao departamento técnico da Cotrijui, ainda no ano passado. "Se não fosse esse pessoal técnico o produtor não estaria tendo a chance de se livrar dos venenos... que está tendo hoje".

Mas o Joceli não ficou só na aplicação do vírus. Assim que deu, ele convidou a vizinhança para catar lagartas nas suas lavouras. "Fiz 15 dias de campo e acredito que mais de 200 produtores tenham passado pelas minhas lavouras". Conta que muitos produtores — veio produtor de Augusto Pestana, Ajuricaba — de início ficavam meio em dúvida, "mas logo que viam o resultado, ficavam convencidos. O Joceli guardou para a próxima safra, 60 doses de lagartas. "Não guardei mais, porque não sobrou lagarta doente nas lavouras. O pessoal levou tudo. Teve gente que acampou na lavoura só para catar lagarta".

A procura foi grande

O interesse dos produtores da região pelo uso do baculovírus anticarsia no controle da lagarta da soja — a *Anticarsia gemmatilis* — cresceu de tal forma, que a Cotrijuí chegou a montar um laboratório no Centro de Treinamento para multiplicação do vírus. Em funcionamento desde o final de setembro, o laboratório coordenado pelo agrônomo Léo Goi, com o auxílio do técnico agrícola Arnaldo Prauchner, não chegou a atingir a sua meta inicial de produção de lagartas contaminadas. Nem por isso, portanto, deixou de cumprir com a sua promessa: em torno de 10.000 produtores, só da Região Pioneira, andaram aplicando vírus nas suas lavouras.

Num balanço dos trabalhos o Arnaldo Prauchner garante que a produção do CTC, em laboratório ficou ao redor de 600 doses, o que equivale a multiplicação de umas 35 mil lagartas. Essas doses foram distribuídas para os produtores da Região Pioneira, Mato Grosso e Dom Pedrito.

A Unidade de Ijuí distribuiu até meados de fevereiro em torno de 120 doses do baculovírus. "Só não distribuímos mais doses do vírus", explica o técnico agrícola Hélio Weber, "porque o ataque de lagartas na região foi pequeno". Ele também admite e o Ilário Gasparin, agrônomo da Unidade confirma, que a diminuição do surto na região está diretamente ligado ao pouco uso de veneno nos últimos anos. "A lagarta, conta o Ilário, vem sendo controlada pelos inimigos naturais". Com essas 120 doses e mais umas 1.500 coletadas nas lavouras da região, os técnicos acreditam que tenham atingido em torno de 300 a 400 produtores.

Na Unidade de Jôia foram distribuídas 50 doses de vírus — e a multiplicação a nível de campo não deve ter ultrapassado a 50 doses — e em Augusto Pestana 60. O Vanderley Juswiak, técnico agrícola da Unidade de Augusto Pestana garante que mais umas 100 doses foram sendo aplicadas nas lavouras da região, provenientes de coletas feitas pelos produtores. "Aqui na nossa região, justifica o técnico, o trabalho de multiplicação do vírus saiu um tanto prejudicado em função do ataque ter sido quase insignificante". Ele também não arrisca estimar o quanto o produtor deve ter de lagartas armazenadas na propriedade.

das na propriedade.

O Waldomiro Dallabrida, técnico agrícola de Coronel Bicaco diz que a Unidade distribuiu naquela região 40 doses de vírus, atingindo também os municípios de Braga e Redentora. "E ainda temos umas 200 doses em estoque devolvidas pelos produtores". Mas como muitos produtores coletaram lagartas pelas lavouras, o Dallabrida acredita que no total, umas 1.700 doses foram aplicadas, "considerando que nesta safra tivemos o maior surto de lagartas dos últimos anos. Também ainda não tínhamos vendido tanto veneno como neste ano".

O uso do veneno caiu em 30 por cento comparando as vendas ocorridas em janeiro deste ano com janeiro do ano passado na Unidade de Ajuricaba. "O nosso produtor, justifica o José Carlos Rambo, um dos técnicos da Unidade, está mais consciente e tem apelado muito para o manejo de pragas". A Unidade de Ajuricaba distribuiu 15 doses de vírus e ainda dispõe de 40, mas seguramente uns 100 produtores da região aplicaram o vírus na lavoura. "Temos certeza que a aplicação do vírus deve ter alcançado uns 200 hectares aqui em Ajuricaba".

Em Santo Augusto o Departamento Técnico distribuiu 50 doses do vírus em 17 propriedades e mantém em estoque cerca de 300 doses. Guardadas em casa, os técnicos calculam umas 600 doses. Já a Unidade de Chiapetta distribuiu 67 doses de vírus para os produtores interessados. Essas doses foram multiplicadas e aplicadas em mais uns 300 hectares. Mas nem por isso, segundo o gerente da Unidade, o Antônio Flores, o produtor deixou de usar veneno nas suas lavouras. "Todo o veneno orçado para o ano de 85 foi gasto no mês de janeiro. O surto de lagartas na região foi violento". Só no mês de janeiro foram vendidos na Unidade de Chiapetta 3.179 litros de veneno, contra os 2.416 que saíram no ano passado, na mesma época.

O Departamento Técnico da Unidade de Tenente Portela, segundo o técnico agrícola Sérgio Didoné, distribuiu 55 doses atingindo 20 produtores. Os técnicos estimam que exista, armazenada nas propriedades, em torno de 200 doses. No Mato Grosso foram distribuídas 16 doses e em Dom Pedrito 10.

Produtor consciente

A preocupação já vinha de muito tempo, mas foi de uns dois anos para cá que o pessoal do Departamento Técnico da Cotrijuí, Unidade de Augusto Pestana, resolveu que era hora dos produtores da região levarem mais a sério a questão do uso de venenos nas lavouras. Foi um trabalho mais intenso, com muita palestra, reuniões, slides, muita conversa e acompanhamento de lavouras, até o produtor tomar consciência de que estava estragando a sua saúde e a da natureza.

O Getúlio Azambuja, agrônomo e coordenador do Departamento Técnico daquela Unidade, mais o técnico agrícola Vanderley Juswiak contam que até quatro anos atrás, a Cooperativa vendia, só para aquela região que comporta por volta de 25 mil hectares de lavoura, em torno de 12 mil litros de veneno por ano. "No ano passado, recorda Azambuja, ainda vendemos em torno de 3 mil e 500 litros, mas neste ano, saiu apenas 700 litros". O entusiasmo dos técnicos cresce ainda mais, na medida em que eles observam que destes 700 litros, 500 foram vendidos para produtores de outros municípios. "Isto quer dizer complementa o Vanderley, que foram aplicados em torno de 200 litros na região".

É claro que os técnicos sabem que alguns produtores buscaram venenos em

outros municípios, ou até compraram o Endosulfan, "um produto clorado proibido há uns três anos, mas que continua sendo oferecido aos produtores por vendedores que se deslocam até suas propriedades, como diz o Vanderley, lembrando que mesmo assim, a aplicação de veneno no município não deve ter atingido 500 hectares.

Por outro lado, o surto de lagartas nas lavouras de soja de Augusto Pestana foi pequeno e isso também ajudou o pessoal a não usar venenos. Mas eles também lembram que a lagarta não está deixando de aparecer assim de graça. Tudo isso é consequência do próprio inimigo natural, que está tendo condições de se desenvolver normalmente e desempenhar a sua função no controle das pragas. "O pessoal tem dado muita atenção ao manejo de pragas e aqueles que meio se assustam, têm apelado para o baculovírus anticarsia com excelentes resultados", conta o Getúlio. O próprio trabalho com o baculovírus está, em parte, segundo os técnicos, sendo prejudicado em função do pequeno ataque de lagartas. "Mas a verdade é que hoje podemos dizer até com certa margem de segurança, que 90 por cento das lagartas que têm aparecido nas lavouras estão sendo controladas pelos inimigos naturais", diz ainda.



Assembléia teve a participação de 111 dos 123 líderes de núcleos

As três regionais já indicaram nomes a vice

A reunião do dia 10 de janeiro, em Dom Pedrito, com a participação dos representantes das três regionais, definiu a posição da maioria em favor das reformas agora aprovadas. E foi a partir daí que esses mesmos representantes passaram a coordenar as gestões para a escolha de nomes às eleições. A coordenação, em torno do debate sucessório na Cotrijuí, também é atribuição dos líderes de núcleos, prevista na Estrutura do Poder.

A movimentação aconteceu nas três regionais, para que fossem formadas as chapas conforme as aspirações das bases, e já de acordo com as reformas administrativas. Na regional Pioneira, após consultas aos associados, os representantes participaram de uma votação, já que mais de um nome havia surgido como sugestão à vice-presidência. Desta votação, que indicou Ruben Ilgenfritz da Silva para a presidência, foi que resultou a escolha para vice: Oswaldo Meotti, que vinha atuando como diretor administrativo e financeiro da Cooperativa.

No Mato Grosso do Sul, o indicado foi Nedy Borges, diretor da regional, e em Dom Pedrito, Tânio Bandeira, na mesma função naquele município. Nas duas regionais, Ruben foi igualmente indicado para a presidência. Também foi tarefa dos representantes a indicação por regional,

dos demais nomes que ocuparão as 17 vagas do Conselho de Administração, com a escolha de efetivos e suplentes (veja quatro abaixo), e as três vagas do Conselho Fiscal.

SUPERINTENDENTE

A eleição de um superintendente por regional foi aprovada, como emenda às reformas, na assembléia do dia 22 de fevereiro, e por isso não há ainda nomes indicados. Os representantes devem agora voltar a debater este assunto em seus núcleos, para que as chapas sejam então definidas. Resta ainda aguardar a indicação dos três nomes para conselheiros efetivos (e mais três suplentes), por parte da regional de Dom Pedrito.

Os candidatos sugeridos pelos representantes não integram a chapa oficial, da situação, mas isso não quer dizer que a sucessão esteja definida. Estes são os nomes escolhidos pelos produtores, através das gestões coordenadas pelas lideranças de núcleos. Outros, no entanto, podem também concorrer, como prevê o estatuto. Um grupo de no mínimo 15 associados pode apresentar chapa às eleições, inscrevendo os candidatos até cinco dias antes da assembléia. No final, quem decidirá é o associado, através do voto direto e secreto.

OS NOMES SUGERIDOS

Presidente Ruben Ilgenfritz da Silva		
Vice-Pioneira Oswaldo Meotti	Vice-Dom Pedrito Tânio Bandeira	Vice-Mato Grosso do Sul Nedy Borges
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade	Efetivos	Suplentes
Jôia	Luiz Neri Berschorner	José Ataíde Conceição
A. Pestana	Oscar Hoerlle	Pedro Ghiotto
Ijuí	Euclides Marino Gabbi	Cláudio de Jesus
Ajuricaba	Antoninho Bandeira	Emílio Uhde
S. Augusto	Ido Max Weiller	Jorge Sperotto
Chiapetta	Antoninho Lopes	Paulino Rosa
C. Bicaco	Irani dos Santos Amaral	Álvaro Rotilli
T. Portela	João Santos da Luz	Aquilino Bavaresco
T. Portela	Arnaldo Hermann	Luiz Parizotto
Dourados	Remi Bruno Eidt	João Heberhart
Maracaju	Krijn Wielemaker	Mário Alberto Krüger
R. Brilhante	Ivo Vicente Basso	Cláudio Pradela
Sidrolândia	Paulino Stragliotto	Noé Peixoto
Bonito	Wagner Monteiro Sá	Omar Conegatti
CONSELHO FISCAL		
	Efetivos	Suplentes
Ijuí	Antenor José Vione	Walter Dnemeyer
Dourados	Frederico Stefanello	Darci Alessio

Não constam da relação os nomes a cargos de superintendente de cada regional, já que a emenda foi aprovada na assembléia do dia 22. Também não haviam sido escolhidos, até o dia 22, os nomes para os conselhos, que representarão a regional de Dom Pedrito.

Definidas as reformas

Cada uma das três regionais terá um vice-presidente e um superintendente eleitos

A Estrutura do Poder, praticada como experiência desde 1979, e incorporada ao estatuto social da Cotrijuí no ano passado, passou por um teste decisivo para que se consolide ainda mais. No dia 22 de fevereiro, como resultado de um dos mais amplos debates acontecidos na Cooperativa, envolvendo produtores das três regionais, uma assembléia extraordinária aprovou as reformas administrativas que vinham sendo discutidas há bastante tempo. E, mais uma vez, o encaminhamento da discussão, a apresentação de alternativas e a decisão final levaram em conta o que mais interessa: as posições trazidas das bases.

As reformas deverão ser postas em prática já a partir das eleições que possivelmente acontecerão em março, como parte da assembléia geral para apreciação do balanço da Cooperativa referente ao último exercício. A renovação do quadro de dirigentes da Cotrijuí terá assim muitas novidades, representadas basicamente pela ampliação do Conselho de Administração, que vinha contando com nove membros e passará a ter 24 integrantes.

AS MUDANÇAS

Hoje, a Cotrijuí possui um presidente, um vice-presidente e um superintendente e mais seis conselheiros de Administração. Pelas reformas aprovadas no dia 22, a Cooperativa terá um vice para cada uma das três regionais, Pioneira, Dom Pedrito e Mato Grosso do Sul. Essas regionais terão também, em cada uma delas, um superintendente. O restante do Conselho de Administração, que vinha sendo integrado por seis associados, passará a ter 17 membros. E todos eles serão eleitos pelo voto do produtor. O Conselho Fiscal continuará com três efetivos e três suplentes.

Os 17 conselheiros serão escolhidos em número proporcional ao total de associados de cada regional. A Região Pioneira terá nove conselheiros, o Mato Grosso do Sul fica com cinco, e Dom Pedrito

com três, sendo que para cada um deles haverá um suplente. A inovação, que amplia o Conselho e assegura a eleição de vices e superintendentes nas três regionais, irá garantir uma maior representatividade a cada uma das áreas de atuação da Cotrijuí, e dará maior autonomia a essas regionais.

As reformas cumprirão, conforme a proposta original apresentada em setembro, uma etapa intermediária até o provável desmembramento das regionais, que voltariam a atuar como cooperativas singulares integradas entre si através de uma central. Essa proposta passou a ser discutida a partir da formação de uma comissão de nove membros, integrada por representantes das três regiões, e carregada de coordenar o encaminhamento do debate em torno do desmembramento. A troca de idéias evoluiu, nos últimos meses, e no dia 10 de janeiro, em Dom Pedrito, as reformas de transição ficaram praticamente definidas.

UMA EMENDA

A assembléia do dia 22 praticamente ratificou as decisões tomadas em Dom Pedrito, e teve a participação de 11 dos 123 representantes, além de outros associados. A assembléia extraordinária foi convocada para a reforma no estatuto social, e por isso apenas os representantes tiveram direito a voto, conforme prevê a Estrutura do Poder. Mas o desfecho de todas as gestões levou em conta o questionamento que, durante uma série de reuniões nos núcleos, levantou os pontos de vista do quadro social.

A reforma original, que havia sido definida em Dom Pedrito, recebeu apenas uma emenda, apresentada durante a assembléia, e que teve o apoio da quase totalidade dos presentes. Essa emenda — definida inicialmente pelos representantes de Tenente Portela, e depois endossada pelas lideranças das três regionais — introduziu a eleição também de um superintendente para cada regional. No fi-

nal, as reformas foram aprovadas por unanimidade.

"Desta vez, estamos tomando uma decisão que não depende do despacho de autoridades, mas apenas de nós mesmos", disse o presidente da Cotrijuí, durante a apresentação da proposta de reformas. Ruben Ilgenfritz da Silva observou que toda a mobilização em torno das mudanças que agora se concretizam envolveu, do início ao fim, o maior interessado, o produtor. Foi assim — segundo ele — que a Estrutura do Poder, submetida a mais uma prova, mostrou que esta é a melhor forma de se discutir as pequenas e grandes questões da Cooperativa e de se democratizar suas decisões.

PARECER DO INCRA

A exemplo do que ocorreu no ano passado, após a aprovação da Estrutura do Poder, em plebiscito ratificado por assembléia extraordinária, também as reformas administrativas terão que ser submetidas à apreciação do INCRA. O órgão que fiscaliza as cooperativas examinará as mudanças, para que, depois de cumprida esta formalidade legal, a inovação seja definitivamente incorporada ao estatuto. A assembléia, inicialmente prevista para março, não tem ainda data definida, porque disso depende de uma manifestação do INCRA sobre as reformas.

Essa assembléia geral irá apreciar balanço e relatório do último exercício, além de outros assuntos de rotina que possam ser incluídos na ordem do dia. Ela será aberta a todos os associados, mas com direito a voto assegurado apenas aos representantes, como já vem ocorrendo nos últimos anos. Mas vale lembrar que as eleições, para renovação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, terão a participação de todos os associados que entregaram sua produção à Cooperativa em 1984. A votação acontecerá em cada um dos municípios da área de ação da Cotrijuí, com urnas fixas nas unidades volantes que percorrerão as localidades do interior.



Na Pioneira, representantes votaram para formação da chapa

O debate na opinião dos representantes

Três representantes manifestaram suas opiniões a respeito do processo de discussão sobre as eleições na Cotrijuí. Todos eles foram ouvidos após a reunião do dia 25 de janeiro, em Ijuí, quando se definiu a chapa indicada para concorrer pela regional Pioneira. Seus depoimentos seguem abaixo:

Virgílio Stochero, proprietário de 18 hectares em São Valentim, Ijuí: "Em 27 anos, foi a primeira vez que uma movimentação como esta aconteceu na Cotrijuí. E isso se deu como resultado da Estrutura do Poder, que é a melhor maneira de se atender os interesses dos associados. É assim que as coisas não vêm de cima para baixo, e o associado sempre fica informado sobre o que está acontecendo. Eu acho que a Cotrijuí não será prejudicada com uma discussão como esta que aconteceu para a escolha da chapa. Os nomes foram apenas sugeridos, de acordo com a opinião dos associados, mas eles é que irão votar, que darão a palavra final. Eu espero que a Cooperativa siga novos caminhos, com as mudanças administrativas, e acredito que, no momento em que nos livramos da dívida, a Cotrijuí terá um grande futuro pela frente. Eu sei que continuo na agricultura em função da Cooperativa. No momento em que ela não existir, é quase certo que nós não iremos sobreviver como agricultores. Por isso, a participação é importante, e ela está acontecendo".



Virgílio Stochero



Orlando Vicenzi



Celso Sperotto

Orlando Furini Vicenzi, proprietário de 5,5 hectares em Nossa Senhora da Saúde, Tenente Portela: "Não vi o processo de escolha dos candidatos a presidente e vice-presidente da Cooperativa com bons olhos. Não achei certo que funcionários da Cooperativa saíssem pelas Unidades, indicando nomes de candidatos. O produtor é que tem que se manifestar livremente e sugerir nomes. Também não concordo que a eleição para renovação da diretoria aconteça com apenas uma chapa. É preciso que mais produtores associados se envolvam no processo eleitoral, seja apenas indicando nomes ou participando das chapas. Essa idéia de que o associado não tem o mínima condição de dirigir a sua Cooperativa é totalmente errada, e se continuar agindo as-

sim, o associado sempre vai ficar de lado das decisões. Acho também que essa chapa escolhida como oficial está muito longe de representar o pensamento da maioria dos associados, assim como a posição tomada pelos coordenadores das comissões dos representantes também não representa a opinião de todos os representantes, a opinião de todos os representantes. Tudo isso que está acontecendo é consequência dessa Estrutura do Poder, avaliada pelos próprios representantes, mas que não está funcionando direito. O representante foi usado e agora começa a se dar conta de que as coisas continuam sendo impostas de cima para baixo, e uma minoria decidindo pela maioria. E o pior de tudo é que as decisões continuam sendo tomadas em nome do as-

sociado, enquanto ele continua na lavoura, sem saber ao certo o que está acontecendo dentro da sua Cooperativa. Sou consciente de que o sistema capitalista que está aí impedirá qualquer mudança na Cooperativa, mas sou a favor de uma renovação total na sua diretoria. Acho que tem que haver uma mudança de pessoas nos cargos, e não uma mudança de cargos para as mesmas pessoas. Espero que a nova diretoria se volte um pouco mais para o quadro social".

Celso Sperotto, proprietário de 570 hectares no distrito-sede, em Santo Augusto: "O debate em torno da formação da chapa foi válido, porque levou em consideração as informações que vieram das bases e mobilizou o associado em torno da cooperativa. Num momento em que a Cotrijuí enfrenta dificuldades, parece que o associado se dispõe a participar mais ativamente, pelo que notamos em Santo Augusto. Mas os representantes deveriam estar melhor preparados para que este debate fosse mais produtivo. Às vezes as reuniões tomam outros rumos, em torno de questões pessoais, e isto não soma nada. Agora, não interessa quem tenha sido o vencedor, e o que importa mesmo é que a Cooperativa deve conseguir resultados positivos. Eu sou bastante otimista quanto ao futuro da Cotrijuí, e entendo que um debate como este fortalece o cooperativismo. Os que apenas trazem problemas para a Cooperativa são os que nada têm de cooperativistas".



MUDA
AGRICULTURA



João Francisco da Silva acha que o Brasil não terá nunca um presidente que faça o que Getúlio fez



Com faixas como esta, instalada na praça de Tenente Portela, gente da cidade e do campo manifesta o desejo de mudanças

À espera da Nova República

Enquanto aguardam as mudanças prometidas, agricultores falam de esperanças e dúvidas

O entusiasmo provocado pela mudança de governo no Brasil cria tanta expectativa, que parece até que o país irá renascer a partir de 15 de março, quando Tancredo Neves toma posse. É por isso que se fala em Nova República, para se definir uma situação que pode dar novos rumos à sociedade brasileira, mergulhada nos últimos anos na pior crise que a nação já enfrentou. Mas o agricultor aposta nessas mudanças prometidas? Com um pé na frente e outro atrás, o produtor pode ter dúvidas em torno da solução imediata de velhos problemas, mas vê pelo menos um caminho aberto pela frente, com a anunciada redemocratização do país.

"Vai demorar algum tempo para que a gente recupere o que foi perdido, mas as mudanças acontecerão", diz Edgar Prauchner, proprietário de 175 hectares na Linha 15, em Ajuricaba. No dia 15 de janeiro quando da reunião do colégio eleitoral em Brasília, a família de Edgar não arredou do lado da televisão, para acompanhar a votação. "Estava chovendo, mas mesmo que não estivesse, ninguém iria trabalhar até a apuração dos votos", conta ele, que torceu por Tancredo Neves.

DESNORTEADA

Edgar acompanha a movimentação dos políticos, e fica meio em dúvida com as alianças entre ex-pedessistas e gente da oposição, mas não desanima. Para ele, "as forças que colocaram Tancredo no governo vão exigir as mudanças, e elas virão, dentro de uns dois anos". "A política agrícola está desnorteada", afirma o agricultor, que não espera novidades apenas para quem produz, pois "o operário da cidade também está na prensa". Edgar gosta de política, e relembra que era ligado à extinta Arena. Há uns 10 anos, mudou-se para o antigo MDB, e hoje é filiado ao PMDB.

Para ele, tudo no Brasil precisa ser mudado: "É preciso dar voz e vez aos sindicatos, à Igreja e a todas as entidades que representam a população". Edgar fala inclusive na nova Constituinte, que irá revisar as leis no país, possivelmente em 1986, e acredita que todos terão como participar das decisões no governo. "Até agora — afirma ele — o executivo é que decidia tudo, e os políticos, os deputados, apenas

diziam 'sim' ao governo".

Logo depois de assumir, Tancredo Neves deve, segundo ele, garantir recursos para a lavoura, conceder preços mínimos compensadores, trazer de volta o crédito subsidiado e liberar as exportações. "A reforma agrária também tem que sair, o mais cedo possível, pois a situação do pessoal com pouca terra ou sem terra a cada dia se agrava mais". Edgar cita uma frase de Tancredo, para acreditar que o país será outro a partir de março: "Ele disse que a dívida brasileira deve ser paga com dinheiro, e não com o sacrifício do povo".

GETÚLIO

Em Santo Augusto, na localidade de Pinhalzinho, João Francisco da Silva, dono de 37 hectares, tem esperanças, mas nem tanto. Ele até faz uma comparação entre Tancredo e Getúlio Vargas, dizendo: "Igual ao Getúlio não nasceu e não nasce outro". Mas João Francisco faz questão de dizer que, apesar de ter sido simpatizante do antigo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), nunca foi getulista fanático. Mesmo assim, elogia o presidente falecido, e lembra que "no seu tempo o povo vivia melhor e as crianças recebiam cadernos e livros do governo".

Seguindo a comparação, João Francisco entende que a agricultura de hoje "está melhor, se for vista pelo lado da mecanização, mas está pior, se contarmos os custos para formação de uma lavoura". Ele não demonstra muito otimismo diante das mudanças anunciadas, porque

"entra governo e sai governo e nós ficamos na mesma". E não se entusiasmou com a troca de governo nem mesmo antes da eleição, quando não fez torcida nem para Tancredo e nem para Maluf, e confessa que não tem partido.

GAÚCHO

O juro alto, segundo o agricultor, é o principal problema para a agricultura, e deve ser preocupação imediata do novo governo. João Francisco entende que a melhora para o setor poderia acontecer com um gaúcho no Ministério da Agricultura, e citou o nome do ex-senador Paulo Brossard. "Mas parece que ele já foi escolhido para o Ministério da Justiça", lamenta o produtor, que nunca ouviu falar do senador Affonso Camargo Neto, cotado para a Agricultura, mas que talvez venha a ceder o posto ao senador gaúcho Pedro Simon (veja na página ao lado).

João Francisco prefere não comentar a situação do pessoal sem terra, por entender que "a reforma agrária deve ser resolvida pelo governo". É ele quem diz: "Eu não me intrometo nisso. Fui criado sem pai, e o pouquinho que tenho fiz com meu suor. Há muita gente que botou fora o que tinha, e agora quer terra. Se o governo der, eles voltam a pôr fora de novo".

PODE PIORAR

Na opinião de Bruno Schneider, proprietário de 58 hectares em Fundo Alegre, em Augusto Pestana, a ques-

tão da reforma agrária deve ser bem pensada. "Tem os que esperam receber terra de graça, mas é preciso ter um compromisso, e deve existir também um projeto agrícola, que beneficie grupos de agricultores". Bruno está entre os que não se envolveram muito com a escolha do novo presidente. "Não me preocupei com os nomes, mas sempre esperei que houvesse uma mudança, que precisava vir de qualquer forma", afirma ele.

A curto prazo, o agricultor acredita que a situação, para a economia em geral, pode inclusive ficar pior do que está. "As mudanças talvez aconteçam a longo prazo", diz Bruno Schneider, que defende a volta do crédito subsidiado, "mas com fiscalização, para que seja concedido a quem realmente merece e trabalha honestamente". Se não for assim, segundo ele, acontecerá o que ocorreu, por exemplo, com os recursos do Pró-Várzeas, desviados para financiar a campanha política de candidatos a deputado. "Todo o dia — afirmou Bruno — estamos ouvindo notícias de fraudes, e sempre com gente do governo envolvida".

"Tancredo Neves prometeu dar valor à agricultura. Vamos dar um tempo e depois cobrar essa promessa", afirma o produtor, que vê na troca de governo a possibilidade de se cobrar mais também dos políticos. "Todos os partidos — afirma — têm gente boa, mas alguns lutam e não conseguem fazer o que pretendem". Bruno, que não é ligado a partidos, espera que os movimentos de produtores, estimulados pela Fecotriga, contribuam para isso. E acredita que finalmente o Ministério da Agricultura dará ouvidos às opiniões das bases.



Bruno Schneider: crédito barato só para quem merece



Edgar: a família toda torceu por Tancredo

Nada acontecerá por doação

"Iniciamos agora um período em que as coisas não acontecerão por doação, mas através de conquistas. E isto só ocorre de baixo para cima". É assim que o presidente da Cotrijuí encara o desafio que a sociedade brasileira terá pela frente, para que seja de fato alterada a fisionomia do país, após a troca de governo. Ruben Ilgenfritz da Silva se inclui entre os que fazem questão de ressaltar que a tão esperada Nova República depende muito mais da organização da sociedade do que de concessões do novo governo, pois "as mudanças não acontecerão sem muita luta".

Ruben lembra que "o processo democrático está estabelecido, mas somente irá se consolidar quando todos os cargos eletivos forem de fato preenchidos através de eleições com a participação popular". Isso não quer dizer que o governo Tancredo Neves, que se inicia a 15 de março, não crie expectativa de mudanças. Pelo contrário, o presidente da Cotrijuí está certo de que estará sendo aberto, a partir daí, o caminho para que todos os setores — e não só a agricultura — se reorganizem e façam valer os interesses da maioria.

BASES

"Há necessidade — diz ele — de se fortalecer e tornar mais representativas as entidades de classe, a nível local, estadual e federal. Precisamos contar, a nível federal, com uma representação legítima do produtor, sem qualquer característica de peleguismo, na área sindical e no cooperativismo. É preciso também que as pessoas que assumem a função de representar o agricultor expressem de fato as aspirações de suas bases, e não as suas posições e interesses pessoais".

A reorganização da sociedade — lembra Ruben — inclui também, como passo importante, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Essa visão mais ampla da nova realidade que se espera con-

quistar — observa ele — parte do pressuposto de que é preciso ver o país como um todo. O setor primário, é claro, deve ser aliado nessa luta, e será representativo nesse contexto, na medida em que organizar e respeitar suas bases.

MERCADO INTERNO

De imediato, Ruben acredita que o novo governo poderá fazer com que seja facilitado o acesso das reivindicações do produtor aos setores com poder de decisão. Mais ainda: que estes setores ouçam as entidades quando da definição de políticas para a agricultura. "Até agora — relembra ele — a política agrícola tem apenas sofrido remendos". Uma nova postura para a produção primária deve atentar para a necessidade de se privilegiar os alimentos destinados à população brasileira, "dando pelo menos ao mercado interno o mesmo tratamento dado aos produtos para exportação".

Ruben observa que nos últimos anos ficou ainda mais acentuado o tratamento diferenciado que o governo dispensa aos produtos para o mercado interno, sacrificados pela atenção dirigida a outros para exportação ou uso energético (como é o caso da cana). "Uma maior oferta de alimentos é importante para que se garanta o abastecimento e, ao mesmo tempo, o agricultor possa continuar produzindo. A fixação do homem à terra cortará o processo migratório". A questão da terra deve

também ser tratada de imediato, não só com a revisão da estrutura fundiária, mas também a garantia de que projetos que agravam a situação de pequenos produtores — como os da construção de barragens no rio Uruguai — devem ser deixados de lado.

SEM ILUSÕES

Outras reivindicações antigas, como a equiparação da Previdência Rural aos benefícios concedidos aos segurados urbanos, deverão merecer atenção imediata. Também o enquadramento sindical, que abriga muitas distorções, terá de ser revisto, pois é capaz de englobar hoje num mesmo grupo proprietário e trabalhadores rurais de realidades diferentes, sem respeitar as características regionais.

Mas ninguém deve ficar muito otimista, à espera de soluções de curto prazo. "Não podemos ter a ilusão de que acontecerão mudanças substanciais em áreas como a do crédito", afirma Ruben, pois a tendência é de que os recursos continuem, por algum tempo, caros e escassos. O que interessa, no entanto, segundo ele, é que se abra um espaço antes inexistente, para que o produtor e toda a sociedade contribuam para o avanço da democracia. E a Cotrijuí — garante Ruben — irá encontrar no governo um maior entendimento, para que possa levar adiante idéias como a da diversificação da produção e da democratização das decisões no cooperativismo.



Willy Panzenhagen, Hélio Martins e Antonio Szerwieski

"Nós ficamos na torcida do Tancredo"

A Churrascaria "Pape Bem", no centro de Tenente Portela, é ponto de encontro de agricultores do município. Ela fica defronte a agência do Banco do Brasil, e é ali que os produtores fazem suas refeições quando vão à cidade. E é ali também que as conversas têm girado, nos últimos meses, em torno da mudança de governo. No fim de janeiro, uma mesa estava animada, com um bate-papo entre Hélio Pereira Martins, dono de 10 hectares na Linha Jaques; Antônio Szerwieski, que possui 60 hectares em Derrubadas; e Willy Panzenhagen, com 17 hectares, também na Linha Jaques.

"A esperança é grande", disse Antônio, e os outros concordaram, quando se começou a falar nas mudanças prometidas. "Eu espero juro subsidiado para todos os produtores, e se o Tancredo não der, vai se dar mal com o agricultor", completou ele, lembrando que o juro barato precisa sair já para a lavoura de trigo. A conversa não teve maiores divergências, até quando se falou na necessidade de aplicar uréia no milho, pois a política meio que se misturou com a lavoura no bate-papo. Mas houve discordâncias quan-

do se falou da questão da terra.

— A reforma agrária deve ser caso urgente — disse Antônio.

— Na frente agrária eu não acredito mais. O que tinha de terra o governo já deu. Posso estar enganado, mas acho que não há mais terra — afirmou Willy.

— Terra tem, e de sobra — garantiu Hélio Martins, lembrando que há muito espaço a ser ocupado no Mato Grosso.

O DINHEIRO EXISTE

A escassez de dinheiro para a agricultura também entrou na roda, e aí todos concordaram. "O dinheiro existe, mas está na mão do grande, dos ricos", disse Willy, que não agüenta mais a lida com o crédito como está hoje. Ele lembrou que nunca conseguiu Proagro, reclamou da burocracia do Banco do Brasil, e contou que chegou até a carrear "uns bois de canga pra pagar o banco".

Para os agricultores, o que interessa agora é ficar atento ao que o novo governo fará para a agricultura, e cobrar uma posição dos políticos em favor do setor. "O deputado que não retribuir, vai ser condenado", alertou Antonio, quando todos voltavam a concordar que os políticos

eleitos pelos agricultores "não fizeram quase nada por nós". Esses políticos — segundo os produtores — sempre alegam que "não têm o apoio do governo para beneficiar a agricultura".

"Mas nós temos que cuidar, para saber quem vai trabalhar pelo povo e quem só quer mamar", disse Antônio, ressaltando que "a própria imprensa vai ajudar a fiscalizar". Os três estão certos de que ficará mais fácil de se acompanhar a lida dos deputados e do próprio governo, com a volta da democracia. "Eu era do PDS, mas senti o peso, e nas duas últimas eleições passei para o PMDB", diz Hélio. Antônio sempre foi do PTB, "do tempo de Getúlio Vargas", e hoje é do PDT. E Willy garante que é do PMDB "desde o início".

Enquanto o almoço não era servido, eles lembraram o integralismo de Plínio Salgado, que foi forte em alguns municípios da região, e confessaram que, se pudessem, teriam votado em Tancredo Neves em janeiro. Hélio mais ou menos resumiu o que os outros haviam falado: "Os grandes é que votaram nele, mas nós ficamos na torcida do Tancredo. Eu acredito muito que vá melhorar".

Ministério pode ficar com Simon

O senador Affonso Camargo Neto, do PMDB do Paraná, figurou em todas as listas de ministeriáveis, desde a eleição de Tancredo Neves, como futuro ocupante da pasta da Agricultura. Isso aconteceu até a primeira quinzena de fevereiro, quando surgiu o nome do também senador Pedro Simon para o cargo. Agora, é dada como certa a escolha do político gaúcho, que representará em Brasília um dos setores mais avançados da oposição, e que muito tem se debatido para que o comportamento do novo governo não seja marcado pelo continuísmo.

Simon, que foi deputado e candidato ao governo do Rio Grande do Sul, pelo PMDB, em 1982, integra um grupo de lideranças do Sul do país, que em fevereiro decidiu cobrar de Tancredo Neves o cumprimento das promessas de que o país deve de fato mudar a partir de 15 de março. Acontece que os nomes especulados para o ministério de Tancredo eram, em sua grande maioria, ligados à extinta Arena e ao PDS ou faziam parte dos últimos governos.

Preocupados com o continuísmo que ameaçava a concretização da Nova República, estas lideranças dirigiram críticas principalmente à idéia de formação de um superministério da Fazenda, comandado por Francisco Dornelles, atual secretário da Receita Federal. Dornelles é sobrinho de Tancredo Neves e seu confidente sobre assuntos financeiros e econômicos há muito tempo. Para a oposição, ele pode se transformar num novo Delfim Netto, com amplos poderes sobre todas as decisões econômicas.

CONTINUÍSMO

A reação dos opositoristas surtiu efeito, e parece que Dornelles não terá o poder que gostaria de ter no governo de Tancredo. O PMDB e o próprio Partido da Frente Liberal, integrado por ex-pequistas que apoiariam o novo presidente temem que os ministérios econômicos fiquem atados, com a concentração das decisões na mesa de Francisco Dornelles. Pedro Simon é da linha da frente no grupo que deplora o continuísmo e a tecnocracia, e deverá fazer valer essa posição como ministro da Agricultura.

O senador conhece a realidade da agricultura do Rio Grande do Sul, já se mostrou bem informado sobre a situação do setor em outras regiões. Ele deve, de acordo com os planos de Tancredo Neves, dar prioridade à produção de alimentos para o mercado interno. O pequeno produtor também poderá ter maiores esperanças com esta escolha, pois uma das metas do novo governo é a volta do crédito subsidiado, que certamente deverá privilegiar mais a pequena propriedade.

REFORMA

Outro nome que interessa a quem produz é o do futuro ministro extraordinário para Assuntos Fundiários, que cuidará das questões relacionadas com a terra. O nome mais citado é o do ex-governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, que substituirá o ministro Danilo Venturini. Estará a cargo de Aluísio Alves estudar, por exemplo, o Estatuto da Terra, que Tancredo prometeu colocar em prática. O Estatuto tem 20 anos, e prevê, entre outras coisas, a reforma agrária. Já se sabe que a reforma iniciará pelo Nordeste, onde a reestruturação fundiária é exigida inclusive pelos investidores estrangeiros. Alves é um nome do Nordeste, e possivelmente sua origem tenha influência na decisão, em consequência da prioridade que deverá ser dada à redistribuição da propriedade naquela região do país. É ali que a concentração da terra nas mãos de poucos mais preocupa no Brasil.



MUDA
AGRICULTURA

Ataques vão continuar

Presidente da Fecotriço adverte: as "aves de rapina" continuam agindo

O sistema cooperativo ainda não está totalmente livre dos ataques a ele dirigidos por grupos interessados em comprometer o setor. O presidente da Fecotriço, Jarbas Pires Machado, é quem faz a advertência. Segundo Jarbas Pires Machado, ao mesmo tempo em que o cooperativismo tenta fazer valer suas posições junto ao governo, deve estar atento para "as manobras e intrigas das aves de rapina". Ele se refere, nesse caso, às críticas que o sistema vem recebendo nos últimos anos, e que cresceram no ano passado, com o escândalo envolvendo dirigentes da Central Sul e do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo).

O escândalo serviu de pretexto para que os ataques às cooperativas fossem feitos de forma generalizada, como lembrou o presidente da Fecotriço durante uma reunião preparatória do Plano de Emergência, em Santa Rosa, no final de janeiro. "As manobras, para que os produtores se afastem de seus sindicatos e de suas cooperativas, irão continuar. Há grupos empresariais e financeiros tentando domi-



Fecotriço realizou nove reuniões preparatórias para o Plano de Emergência

nar o mercado, e até vêm conseguindo isso, pois metade da safra já está comprometida com os custos financeiros".

BOATO

Jarbas Pires Machado lembrou que

no ano passado, quando se especulou que a Central Sul seria liquidada, este boato provocou as mais variadas reações. Um grupo de industriais, da área de defensivos, chegou a se reunir para decidir qual

seria o próximo aumento nos preços dos seus produtos, caso a liquidação se confirmasse. "Mas não podemos — disse ele — nos abater diante dos paladinos da desesperança, que vêm atacando as cooperativas e tentando desarticular o sistema". Para Jarbas, o momento exige a união dos produtores, em torno de seus sindicatos e cooperativas.

Para ele, é importante que a integração se dê também entre os sindicatos e as cooperativas. "Precisamos eliminar a desunião, e reagir diante das campanhas de descrédito. Precisamos nos dar as mãos diante de razões maiores". O presidente da Fecotriço observou ainda que as dificuldades enfrentadas hoje pelo cooperativismo podem ser as mais graves que o sistema teve pela frente, mas estas devem ser encaradas como desafio, "para que se resista às pressões do império das multinacionais". Este ano — afirmou Jarbas — é decisivo para que esta resistência seja consolidada e o cooperativismo possa assumir o compromisso de "auxiliar na reconstrução do país".



"Sem uma grande agricultura é inútil realizar a expansão industrial e o crescimento econômico que nosso povo reclama"

As promessas de Tancredo Neves

Os agricultores terão no que se agarrar, para fazer cobranças do novo governo. Antes mesmo de ser eleito, Tancredo Neves assumiu muitos compromissos com a agricultura, como fez em outubro, em Porto Alegre, diante de mais de 40 mil pessoas que se reuniram para o Grito do Campo, no estádio Beira-Rio. Em todas as entrevistas que concedeu, após sua eleição, Tancredo tem reafirmado sua disposição de fazer "uma verdadeira revolução no campo". Muitos desses compromissos estão em afirmações do presidente eleito, feitas à imprensa, e que seguem abaixo:

● "Sobem os preços dos alimentos porque não se contém a inflação. Sobem os preços porque a agricultura no Brasil foi abandonada. Nós estamos há cinco anos colhendo 50 milhões de toneladas de grãos, enquanto a população cresceu, neste período, em escala apreciável".

● "Não existe na face da Terra nenhuma grande nação que não seja uma poderosa pátria agrícola. Sem uma grande agricultura, é inútil realizar a expansão industrial e o crescimento econômico que nosso povo reclama. Vamos realizar esta pátria agrícola, para que nosso desenvolvimento econômico se faça harmoniosamente. Uma nação poderosamente industrializada, como é a nossa, que não possui um sólido suporte agropecuário, é um gigante de aço sobre pés de barro".

● "Os Estados Unidos, desde 1921, são um dos países que mais eficazmente subsidiam a agricultura combinando vá-

rios tipos de incentivos. Os países do Mercado Comum Europeu igualmente realizam políticas globais e nacionais de sustentação à agricultura. Teremos de reverter o risco dos que se dispõem a plantar hoje, com uma compensação futura".

● "O único país do mundo em que a agricultura não conta com nenhum benefício específico é o Brasil. Suprimiram-se todos os seus subsídios. Não se dá mais subsídio à produção. Não se dá subsídio à colheita e à comercialização. Suprimiram-se os subsídios, e os preços mínimos assegurados pelo governo só existem no papel".

● "A associação livre, honrada e fraterna dos produtores agrícolas, em cooperativas, é uma das mais sérias respostas ao problema agrário no Brasil. O cooperativismo não prejudica a livre iniciativa, como alguns críticos interessados argumentam. Ao contrário, o cooperativismo amplia as possibilidades de realização individual dos empreendedores livres. Na cooperativa, ninguém perde sua liberdade. A cooperativa é, em suma, a associação das liberdades".

● "Vamos realmente realizar as mudanças, as reformas institucionais que a nação está reclamando. Vamos realizar as mudanças econômicas e sociais reclamadas por este país, abrangendo inclusive a reforma monetária, a reforma tributária, a reforma educacional e a reforma agrária".

Plano de Emergência

Documento está pronto

Pedidos serão entregues ao novo presidente

O Plano de Emergência para a Agricultura foi a primeira idéia que se concretizou, depois do Grito do Campo, em outubro em Porto Alegre. O Plano, idealizado pela Fecotriço, mobilizou as cooperativas de trigo e soja do Estado e lideranças sindicais, e já está pronto. Ele foi concluído dia 7 de fevereiro, em Porto Alegre, depois de nove reuniões preparatórias, que a Fecotriço promoveu no interior. O documento será entregue ao presidente eleito Tancredo Neves, em data a ser marcada, e inclui as seguintes reivindicações:

① Recursos suficientes e subsidiados, em tempo hábil, para comercialização de todos os produtos da próxima safra (EGF, AGF, NPR). Os EGFs serão para os produtores e cooperativas, com um prazo mínimo de 180 dias.

② Revisão dos atuais preços mínimos, depois de ouvidas as entidades dos produtores, e correção monetária dos mesmos até a data do vencimento dos financiamentos, estendendo o mesmo procedimento a todos os demais produtos. Estabelecer rígido controle dos preços dos insumos, máquinas e implementos agrícolas.

③ Abertura de crédito subsidiado para a manutenção familiar do pequeno produtor, com acompanhamento das cooperativas e sindicatos.

④ Atendimento médico-hospitalar gratuito para todo o produtor rural, até a implantação do Plano Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

⑤ Suspensão imediata de todos os procedimentos referentes à construção de barragens no Rio Uruguai e outros que envolvam a mesma problemática.

⑥ Que seja assegurada uma reserva mínima de 30 por cento de cada safra para manutenção familiar do pequeno produtor, em qualquer condição de produtividade, com acompanhamento das cooperativas e sindicatos.

⑦ Reassentamento imediato no Es-



tado, com adequada infraestrutura e acompanhamento de cooperativas, sindicatos e prefeituras, dos colonos publicamente reconhecidos como sem-terra, entregando imediatamente o título de posse aos desalojados.

⑧ Criação de um programa de recuperação das cooperativas, para que cumpram sua finalidade social. Se terão acesso ao programa as cooperativas que promoverem ampla participação do quadro social na gestão do programa, e que sejam auditadas (fiscalizadas) pelo sistema cooperativo.

⑨ Correção integral de preço do leite, eliminando-se preços diferenciados e segundo percurso viação de linha de crédito subsidiado para formação de pastagens, subsidiando o consumo.

⑩ Revisão imediata da tributação (impostos) incidente sobre produtos de consumo popular, visando a redução desses tributos.

Bonificação ao agrado dos produtores

Mais de um bilhão de cruzeiros estão sendo distribuídos como bonificação entre os produtores de semente da área de ação da Cotrijuí na Região Pioneira. Todos os valores de bonificação e que inclusive já se acham creditados na conta corrente do associado/ produtor de semente da Cooperativa desde o dia 21 de janeiro, foram definidos em reunião que contou com a presença dos próprios representantes do Conselho Geral dos Produtores de Semente da Região Pioneira. Todas as cinco Unidades de Beneficiamento de Sementes da Cooperativa - Ijuí, Jóia, Santo Augusto, Tenente Portela e Coronel Bicaco - estiveram presentes a reunião que definiu cada um dos valores de bonificação que estão sendo pagos aos produtores.

Os valores de bonificação para qualquer uma das culturas de verão - soja, milho, pensacola, setária, teossinto, feijão miúdo, guenoaro e pânico gaton -, na opinião tanto do Luís Juliani, responsável pelo setor de custos como do Jorge Milton Denardi, encarregado do controle de Sementes do Departamento Agrotécnico da Cotrijuí, foram de um modo geral, muito bons "e do agrado da maioria dos produtores". Eles lembram que só a soja, por exemplo, trouxe aos produtores um retorno de Cr\$ 1 bilhão, 105 milhões, 091 mil e 500.

A BONIFICAÇÃO DA SEMENTE DE SOJA

Todo o dinheiro obtido com a venda da semente de soja está sendo distribuído entre os 579 produtores, que na safra passada entregaram 299.167 sacos de semente classificada. Desse total entregue, 268.563 sacos foram classificados como semente atestada; 30.604 sacos foram considerados como semente fora de padrão e de baixa germinação. Do total de semente atestada, foram comercializados 224.035 sacos, sendo que o restante, 44.528 sacos, foram comercializados ao preço do dia. "90 por cento da semente classificada, segundo o Jorge Denardi, "foi aprovada para comercialização". Desse total, 80 por cento foi classificada como Padrão I, o que representou 215.959 sacos de semente entregues; 12 por cento,



Milho: Cr\$ 98 de bonificação

ou seja 26.438 sacos foram classificados como Padrão 2 e oito por cento, que correspondeu a entrega de 20.923 sacos, foram enquadrados como Padrão 3.

Cada saco de 50 quilos de semente atestada de soja, classificado como Padrão I, recebeu uma bonificação de Cr\$ 4.500. A semente Padrão 2 recebeu Cr\$ 3.300 de bonificação e a classificada como Padrão 3 Cr\$ 2.200. Essa bonificação final vem apenas complementar o adiantamento de Cr\$ 404 por saco - que atualizado corresponde a importância de Cr\$ 929 - dado ao produtor por ocasião da entrega da produção e que totalizou na oportunidade, um montante de Cr\$ 152.050.248. Atualizado para 30 de dezembro de 84, esse valor representou até o final do ano a quantia de Cr\$ 349.715.570. "É preciso ficar bem claro para o produtor, assinala o Luís Juliani, que no valor da bonificação que está sendo creditado na sua conta corrente, não está computado o valor de liquidação do

produto. Ele está recebendo apenas o valor da bonificação".

AS FORRAGEIRAS

Os 11 produtores de semente de milho da região, que tiveram direito a bonificação, estão dividindo entre si um retorno de Cr\$ 5.343.750, obtidos com a comercialização da semente atestada. A bonificação da semente de milho ficou em Cr\$ 95 o quilo. O valor de liquidação dado ao produtor por ocasião da entrega da semente ficou em Cr\$ 450 o quilo, o que corresponderia hoje a Cr\$ 882. Foram comercializados 56.391 quilos de semente de milho.

A pensacola também apresentou um bom retorno para os produtores que na última safra entregaram 6.249 quilos de sementes. O retorno ficou em Cr\$ 400 o quilo, isso sem computar o valor de liquidação, que foi de Cr\$ 600 o quilo. De acordo com os cálculos do Luís Juliani, esse valor representaria hoje a quantia de Cr\$ 1.176. Somando o valor da bonificação, mais o valor da liquidação, daria um preço final de Cr\$ 1.576 por cada quilo de semente.

O capim pânico gaton ofereceu um retorno de Cr\$ 612.000, dando uma bonificação de Cr\$ 1.020 o quilo. Também os produtores de semente de pânico receberam um adiantamento no valor de Cr\$ 1.500 por quilo, que atualizado, corresponde a importância de Cr\$ 2.940. Foram entregues na Cooperativa na última safra, em torno de 600 quilos de semente. Para os dois produtores de semente de feijão miúdo da região, está sendo rateado

um total de Cr\$ 130.000. A bonificação fechou em Cr\$ 250 o quilo e mais o valor de liquidação, que depois de atualizado atingiu a quantia de Cr\$ 784. Foram entregues na Cooperativa 510 quilos de semente de feijão miúdo.

Os produtores de semente de teossinto estão recebendo uma bonificação de Cr\$ 300 por cada quilo de semente comercializada. Fora o valor da bonificação, os produtores já haviam recebido, por ocasião da liquidação da semente a quantia de Cr\$ 300, que corrigido, representa Cr\$ 588. Sendo assim, no final das contas, os produtores receberam um total de Cr\$ 888 pelo quilo da semente. Foram comercializados 221 quilos de semente.

A setária também apresentou um excelente resultado em função dos bons preços alcançados no mercado. A bonificação que está sendo paga é de Cr\$ 1.800 o quilo. Na época da liquidação os produtores já haviam recebido por cada quilo de semente a quantia de Cr\$ 1.800, valor esse que atualizado para 30 de dezembro, alcança a Cr\$ 3.528. Os produtores do capim setária entregaram na Cooperativa 171 quilos de semente. A semente do capim guenoaro não chegou a atingir um preço tão elevado quanto o da setária, mas mesmo assim, deixou um bom retorno para o único produtor que entregou 187 quilos de semente na Cotrijuí. Esse produtor está recebendo Cr\$ 700 pelo quilo da semente, enquanto o valor de liquidação havia ficado em Cr\$ 900, que hoje corresponde a importância de Cr\$ 1.764.

Demonstrativo de distribuição de bonificação de Sementes de Forrageiras - Região Pioneira - Safra 84.

ESPÉCIE	UBS	ATESTADO Kg	VALOR BONIFICAÇÃO Kg	VALOR TOTAL Cr\$
Pensacola	Ijuí	17.440	400	7.096.000
Pensacola	S. Augusto	6.880	400	2.752.000
TOTAL		24.620	-	9.848.000
Setária	Ijuí	180	1.800	324.000
Setária	S. Augusto	130	1.800	234.000
TOTAL		310	-	558.000
Teossinto	Ijuí	680	300	204.000
Feijão Miúdo	Ijuí	520	250	130.000
Guenoaro	S. Augusto	187	700	130.900
Pânico Gaton	Ijuí	600	1.020	612.000
Milho	Ijuí	43.225	95	4.106.375
Milho	S. Augusto	13.025	95	1.237.375
SUB-TOTAL		56.250	-	5.343.750

Os valores de liquidação

O Departamento Agrotécnico já definiu os valores de liquidação a serem pagos aos produtores de sementes de forrageiras de verão da área de ação da Cotrijuí na Região Pioneira. Pelo quadro ao lado, os produtores terão condições de escolher a época da liquidação da sua semente, já sabendo a que preços estão entregando o produto. Por exemplo, os produtores de alfafa, que liquidarem seu produto entre primeiro a 15 de abril, receberão Cr\$ 17.700 pelo quilo da semente. Caso realizem a liquidação entre 16 a 31 de maio, o valor a ser pago pela Cooperativa pelo quilo da semente será de Cr\$ 20.400.

O José Luiz Martins Costa Kessler, coordenador da área de produção de semente de Forrageiras da Cotrijuí, faz algumas recomendações que precisam ser levadas em conta pelos produtores da Região Pioneira:

- Só serão recebidas sementes de lavouras aprovadas pelo Departamento Técnico;
- As liquidações serão realizadas

após aprovado o resultado de análise da semente bruta;

- O prazo para entrega na Cotrijuí das espécies referidas no quadro ao lado

encerra em 31 de julho de 1985;

- Após a comercialização das sementes poderá ser efetuado um crédito a título de bonificação.

Valores para liquidação de Sementes de Forrageiras de estação quente - Safra 85

ESPÉCIE	ÉPOCA DA LIQUIDAÇÃO - Cr\$/Kg									
	Até 28 FEV	01 a 15/03	16 a 31/03	01 a 15/04	16 a 30/04	01 a 15/05	16 a 31/05	01 a 15/06	16 a 30/06	01 a 15/07
Milho	1.000	1.060	1.120	1.180	1.240	1.300	1.360	1.420	1.480	1.540
Capim Setária	8.000	8.480	8.960	9.440	9.920	10.400	10.880	11.360	11.840	12.320
Capim Pânico	6.500	6.890	7.280	7.670	8.060	8.450	8.840	9.230	9.620	10.010
Capim Rhodes	3.200	3.392	3.584	3.776	3.968	4.160	4.352	4.544	4.736	4.928
Capim Guenoaro	2.900	3.074	3.248	3.422	3.596	3.770	3.944	4.118	4.292	4.466
Capim Pensacola	2.000	2.120	2.240	2.360	2.480	2.600	2.720	2.840	2.960	3.080
Capim Sudão	1.000	1.060	1.120	1.180	1.240	1.300	1.360	1.420	1.480	1.540
Teossinto	1.000	1.060	1.120	1.180	1.240	1.300	1.360	1.420	1.480	1.540
Alfafa	15.000	15.900	16.800	17.700	18.600	19.500	20.400	21.300	22.200	23.100
Feijão Miúdo	1.500	1.590	1.680	1.770	1.860	1.950	2.040	2.130	2.220	2.310

Cartão de crédito ao associado

O crédito concedido ao produtor sempre foi uma das grandes preocupações da Cotrijuí, que tem sido nestes anos todos, responsável pela complementação dos recursos necessários ao produtor, quer seja através do fornecimento de insumos, adiantamento em dinheiro ou do fornecimento de bens de consumo familiar.

No entanto, a Cotrijuí não dispõe de capital de giro suficiente para sustentar de uma forma permanente a concessão desse crédito. "Mas ela também sabe, explica Oswaldo Meotti, ex-diretor Financeiro e Administrativo da Cotrijuí, atualmente atuando como prestador de serviços, que embora não disponha dos recursos necessários, não pode suprimir de vez o crédito que vem dando ao associado. Por essa razão e até como medida conciliadora está buscando esse dinheiro em uma financeira e repassando ao quadro social sob a forma de compras na loja. As compras são feitas através de um novo sistema de cartão de crédito, no qual o associado tem prazo definido para saldar sua dívida. Desta forma a Cotrijuí, além de continuar fornecendo bens de consumo a seus associados, está evitando atrasos nos pagamentos aos seus fornecedores.

Com essa nova mecânica Meotti acredita que haverá um disciplinamento das margens de crédito abertas ao associado. "Esse crédito deverá ser proporcional a um somatório de seu capital integralizado na Cooperativa e de sua respectiva entrega de produção". É evidente que somente está tendo acesso ao crédito aquele associado que esteja operando com a Cooperativa. Nem mesmo aquele associado que, embora tenha algum saldo em sua conta capital tem direito a se utilizar do novo sistema de crédito.

Outro aspecto levantado pelo Meotti diz respeito aos recursos obtidos pela Cooperativa junto as financeiras. "Para cobertura destes créditos, a Cotrijuí buscou financiamentos bancários, com a consequente emissão de documentos próprios para cada compra, que são exigidos pelo agente financeiro, o que serviu até para burocratizar um pouco a operação". Neste sentido, faz um apelo ao associado, pedindo um pouco de paciência, pois a Cooperativa não pode deixar de lado estas exigências feitas pelas financeiras. O repasse dos juros dos custos financeiros aos associados devedores deverá ocorrer sempre de acordo com as taxas pagas aos bancos.

SEDIMENTAÇÃO

Sempre que em qualquer tipo de empresa se cria ou se desenvolve uma nova atividade, esta sempre passa por um período de sedimentação, trazendo alguns problemas iniciais. "Mas temos a certeza, garante o Meotti, que estes pequenos problemas iniciais serão superados num curto espaço de tempo. Basta que tenhamos o apoio e a compreensão do quadro social e do quadro funcional".

Já prevendo pequenos problemas que possam eventualmente surgir, o novo cartão de crédito não foi colocado em funcionamento em todas as Unidades de consumo da Cotrijuí. Apenas naquelas Unidades onde existe uma estrutura funcional bem montada. As lojas chamadas de "Postos de Vendas" e localizadas no interior, não estão atendendo o associado pela nova sistemática. O associado tem que se deslocar até a Unidade sede.

O novo sistema de crédito está sendo implantado nas lojas da Tenente Portela — para atendimento dos associados locais, de Derrubadas e de Sítio Gabriel; de Miraguai; de Coronel Bicaco; de Santo Augusto — para atendimento de associados da sede e ainda de São Valério —; de Chiapetta; de Ajuricaba — para o atendimento de associados da sede, da Linha 28 Norte, de Formigueiro, de Mauá e Pinhal; de Ijuí — para atendimento de associados da sede, da Linha 6 Norte, Salto e Santa Lúcia — de Augusto Pestana — para atendimento também dos associados de Rosário — e em Jôia — para atendimento de associados de sede e de São Pedro.

PROGRAMAÇÃO

Como cada compra está vinculada a assinatura de uma série de documentos — exigência do agente financeiro — Meotti sugere ao associado uma certa programação nas suas compras, "de maneira a concentrá-las mais numa determinada oportunidade. Se sabe que essa programação nem sempre será possível, principalmente quando se tratar da aquisição de peças e implementos, necessários durante a safra. Mas é claro que sempre que precisar o associado terá atendimento normal. "Só se quer evitar as múltiplas compras".

MESMO CUSTO

O custo financeiro da operação será o mesmo pago pela Cooperativa ao banco financiador. O associado precisa saber que esse custo é alto e dinâmico, pois as taxas de juros podem os-

cilar muitas vezes em compras realizadas num mesmo dia. "Várias compras realizadas num mesmo período poderão sofrer taxações de juros diferenciados". Também o prazo de pagamento concedido ao associado será no máximo até aquele obtido pela Cooperativa junto ao Banco — média de 180 dias —. "Mas se o associado desejar, ele poderá efetuar os pagamentos em 30, 60, 90, 120, 150 ou 180 dias. Ou até antecipar os pagamentos". Nestes casos, serão cobrados os custos financeiros somente pelo período da real utilização do crédito.

Os pagamentos, segundo Meotti, serão realizados sempre numa das Unidades da Cooperativa, de preferência no local onde efetuou a compra, pois neste



As compras na loja poderão ser feitas pela nova sistemática

caso, terá no ato do pagamento, a quitação e liberação do documento assinado por ocasião da compra". Caso o associado faça o pagamento em uma Unidade diferente de onde realizou a compra, ele receberá um recibo provisório e a restituição da Nota Promissória só acontecerá num prazo máximo de sete dias.

A nova sistemática de crédito terá valor apenas para as compras realizadas nas lojas —

peças, implementos, eletrodomésticos, calçados, vestuários. Ficam totalmente excluídas as vendas de mercadorias de consumo dos supermercados — cujas vendas ocorrem somente à vista — e também para insumos destinados à lavoura — adubos, inseticidas... — cuja mecânica de crédito é um pouco diferente. Neste caso, os prazos de pagamentos são obtidos junto aos fornecedores.

SEVIN. O LAGARTICIDA MAIS SEGURO E MAIS ECONÔMICO PARA SOJA.



PELO SEU CUSTO.



PELO SEU LUCRO.

Agricultor: O seu problema na soja são as lagartas? então, você deve usar o lagarticida Sevin.

Sevin é seguro, biodegradável e respeita o meio ambiente. Controla as pragas e preserva os inimigos naturais.



Sevin tem o mais-baixo custo por hectare tratado.

Calcule e compare com outros produtos.

Verá que Sevin é o mais econômico.

Além do mais, Sevin* é resistente à chuva.

Consulte seu agrônomo e use Sevin adequadamente.



O LAGARTICIDA RESISTENTE À CHUVA.

* Sevin 48FW



Que "milagre" é este?

Os terraços gigantes, conhecidos como murunduns, deixaram de ser uma exclusividade das lavouras do Paraná, onde surgiram e proliferaram nos últimos anos. Estes muros de terra, com mais de dois metros de altura, já estão sendo difundidos e construídos também em áreas do Rio Grande do Sul, e inclusive com o apoio de órgãos oficiais. Mas toda a propaganda feita em torno dos murunduns começa igualmente a ser questionada. Afinal, a eficiência dos terraços, de um modo geral, como complemento no combate à erosão, é coisa realmente comprovada. Mas um terraço sozinho não será nunca a solução, se outras práticas não forem levadas em conta.

O agrônomo Rivaldo Dhein, especialista em solos que presta serviço ao Departamento Agrotécnico da Cotrijuí, está entre os que recomendam muita cautela aos que vêem os terraços gigantes como salvadores da lavoura. "Não há milagres em conservação do solo, pois os processos são todos eles conhecidos há muito tempo", afirma ele. O que acontece hoje com o murundum, segundo o agrônomo, é muito alarde em torno de uma saída aparentemente milagrosa, enquanto as práticas científicas e comprovadas de conservação vão sendo deixadas em segundo plano.

OVO DE COLOMBO

Os murunduns ganharam fama principalmente a partir do ano passado, quando atraíram muitas excursões a Toledo e outros municípios do oeste do Paraná. Eles são construídos em nível, e passam de uma propriedade a outra, sem que sejam respeitadas divisas. Esses terraços fazem parte de um projeto mais amplo de Conservação do Solo, a nível de microbacia naquele Estado. Só que não são o que de mais importante os paranaenses vêm realizando. O interessante mesmo no projeto é



Os terraços do Paraná têm, em alguns casos, mais de dois metros de altura

o trabalho comunitário, que envolve os produtores e cria toda uma mobilização em torno da conservação do solo.

Os murunduns se transformaram num verdadeiro ovo de colombo por provocarem, com seus grandes movimentos de terra, espanto nos agricultores e em alguns técnicos entusiasmados com a idéia. "O efeito é psicológico, pois não há nada que justifique a construção desses terraços", afirma Rivaldo. Ele lembra que qualquer terraço sempre teve uma função complementar. O que importa mesmo é todo um conjunto de práticas conservacionistas (veja matéria abaixo), que devem ser levadas em conta sempre a partir da constatação de que o impacto da chuva na terra nua é que mais provoca a erosão. Os murunduns não evitarão que isso aconteça.

ALTOS DEMAIS

Os grandes terraços são assim "curativos" gigantes, que custam caro e cer-

tamente auxiliarão pouco. Com a grande quantidade de terra movimentada para sua construção, eles tomam pelo menos de 15 a 20 por cento da área útil da lavoura. O objetivo desses terraços, segundo os técnicos, seria o de reter a água, e por isso eles são altos. Só que já se percebeu que a água acumula nos canais numa altura bastante inferior, de no máximo 80 centímetros. Em muitos murunduns os canais já estão sendo assoreados pela terra que escorre lavoura abaixo, entre um terraço e outro, com a enxurrada. Em poucos anos o terraço irá "sentando", com a ação da chuva e da erosão, e todo o trabalho de construção do murundum, com altos custos, terá sido desnecessário.

Rivaldo Dhein observa que a segurança de um terraço está em sua largura, na base, e não em sua altura. Com um canal amplo e largo a água da chuva é espalhada, não fica acumulada numa faixa li-

mitada. O agrônomo está convencido de que os murunduns são desnecessários, e ressalta que todo este investimento poderia ser trocado pelas práticas que qualquer técnico conhece. Ele estranha a atenção recebida por este "milagre", e lembra que as recomendações técnicas simples e baratas nunca receberam a divulgação dada hoje aos murunduns.

NÃO É SOLUÇÃO

Muitos técnicos gaúchos têm a mesma preocupação, mesmo porque por trás da propaganda em torno dos terraços deve existir algum interesse econômico ou político, relacionado com a venda de máquinas ou a criação de um mercado para prestação de serviços de empresas que lidam com terraplenagem. Os técnicos também constatarem que os órgãos e entidades tradicionais na conservação do solo no Estado até agora não se manifestaram em apoio ao murundum. Isso não surpreende, porque tudo o que existe sobre conservação não faz referência a este tipo de terraço, nem mesmo em outros países mais desenvolvidos, na Europa ou Estados Unidos.

Em Ijuí, a Apaju - Associação dos Engenheiros Agrônomos, a Atargs - Associação dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul, e outras entidades, já chegaram à conclusão de que o murundum não é a solução para as lavouras da Região. Isso não quer dizer, como ressalta Rivaldo, que os técnicos gaúchos estejam totalmente desprezando o trabalho dos colegas do Paraná, pois ninguém ignora a importância do projeto comunitário que mobiliza agricultores em torno de problemas comuns. É assim que o solo passará a receber a atenção que merece, e aos poucos as soluções milagrosas serão deixadas de lado.

As práticas esquecidas

Um trabalho comunitário de conservação do solo pode ser feito sem receitas fantásticas. E talvez seja em função da simplicidade de práticas que não se apresentam como milagrosas, que muitas recomendações bastante antigas não ganham a atenção dada, por exemplo, aos murunduns. Essas práticas comuns vêm sendo difundidas desde 1978 no Estado, através do Projeto Integrado de Uso e Conservação do Solo - o PIUCS, e são agora reforçadas na Região Pioneira por um movimento que envolve várias entidades (veja Cotrijornal de dezembro).

Para se pensar em conservação, segundo Rivaldo Dhein, é preciso partir do princípio de que devem ser evitados os danos que o impacto da chuva causa na terra nua. Ao mesmo tempo, é preciso tratar de recuperar a capacidade de infiltração da água no solo. Está provado que é a gota da água que mais destrutura o solo, deixando a terra exposta à erosão. E todos já sabem também que os solos de lavouras das regiões de trigo e soja estão compactados, sem condições para absorver toda a água das chuvas e armazenar a umidade necessária ao desenvolvimento das plantas.

RESTEVA

Na Região Pioneira, os danos causados pelas chuvas em terras nuas são registrados especialmente entre agosto e novembro. É nesta época que acontecem as chuvas mais intensas e mais erosivas, entre o final do ciclo de inverno e durante o preparo do solo para as lavouras de verão, quando o solo está desprotegido. Por isso, quando são praticadas duas culturas por ano, nada melhor para proteger o solo do

que manter a resteva de inverno, de preferência na superfície do solo. A resteva impedirá que a chuva cause estragos à terra, e contribuirá para a renovação de matéria orgânica.

Rivaldo lembra que a resteva deve ser mantida também em solo lavrado ou gradeado, pois de qualquer forma a terra terá entremeadada uma vegetação protetora. É claro que também no inverno, quando há muita lavoura sem planta, a chuva causa danos, mas nos meses frios ela é menos intensa, mais mansa. O bom seria evitar ao máximo possível as terras ociosas no inverno. E aí é que entra o segundo aspecto fundamental na conservação, e que se relaciona com a recuperação da capacidade de infiltração da água no solo. Considerando-se este aspecto é essencial a rotação de culturas.

ROTAÇÃO

Os solos da Região, degradados pela lavoura intensiva e maltratados pelo uso constante de máquinas, pouco absorvem da água da chuva. Uma lavoura de monocultura de trigo e soja, por exemplo, com cultivos sucessivos por vários anos, absorve apenas cerca de 6 milímetros de água por hora. Isso quer dizer que numa chuva de 30 milímetros por hora, 24 milímetros são desperdiçados, provocando a enxurrada e carregando junto a terra desagregada pelo impacto da chuva.

Para início de recuperação de uma lavoura nesta situação, recomenda-se o tratamento de choque da subsolagem a 30 centímetros de profundidade. Esta prática deve ser seguida do plantio de culturas recuperadoras do solo, como as forrageiras, consorciando gramíneas e legumino-

sas. O melhor período para se praticar a subsolagem e implantar as forrageiras é o inverno, quando as chuvas são menos intensas. Rivaldo recomenda, se possível, a implantação de forrageiras perenes, integrando lavoura-pecuária na mesma propriedade.

Essas práticas, de manutenção da resteva e de rotação de culturas, não representam nenhuma novidade. Mas devem ser lembradas, como afirma o agrônomo, pois no ano passado teve até quem voltasse a queimar palha de trigo na região. Ele entende que, sem atentar para medidas como essas, que muitos não levam a sério, pouco resolve partir para outras práticas que são complementares, como os terraços.

MANEJO

O trabalho comunitário dá muito mais atenção ao manejo do solo, para que este fique sempre protegido, tenha preparo mínimo, não receba agrotóxicos em excesso e seja revigorado com a rotação de culturas. O terraço não é dispensado, mas se sugere que seja construído o de base larga, sempre que possível em nível. Este terraço, que permite o aproveitamento total da área, já foi construído por alguns agricultores, sem o uso de novos equipamentos, pois pode ser feito com trator comum e arado de disco. Em algumas propriedades, o terraço em nível corta as divisas.

O objetivo é fazer com que o eventual excesso de água seja absorvido pelo solo na lavoura, e não vá parar nas estradas e barrocas. Com terraço em nível, não se exige o imediato fechamento das barrocas com máquinas pesadas, mas sua sim-



Rivaldo: importante é o manejo

das práticas de fixação com vegetação adequada. O importante, neste caso, é evitar que as barrocas cresçam ainda mais, e há experiências interessantes na Região.

BARROCAS

Nas barrocas não muito grandes e nos taludes de estradas podem ser usados o capim elefante, cana-de-açúcar, bermuda, estrela africana, quicuiu, pangola, missioneira e outras. Em barrocas maiores podem ser implantadas, através de sementes, espécies como o cinamomo, a mamona, a uva japonesa e o mamão, ou taquaras e bambus, com o uso de mudas.

Rivaldo cita propriedades em que essas práticas obtiveram respostas muito boas, porque nunca foram esquecidas. Há, por exemplo, o caso de uma lavoura, de propriedade do agricultor Ari Noronha, no Rincão da Ponte (Ijuí), em que foram eliminados os terraços intercalares, pois não mais eram necessários. Nessa lavoura a água não escorre pela superfície do solo, que está bem recuperado, e toda a umidade é absorvida pela terra.

Mais remendos



Reunião teve representantes de 11 municípios

Vai estourar nas mãos do próximo governo a bomba da Previdência Social, com todos os escândalos que continuam a surgir, o déficit crônico e o precário atendimento médico-hospitalar aos agricultores. Enquanto se espera pelo dia 15 de março, quando Tancredo Neves tomará posse, a Previdência vai fazendo remendos como acontece com a assistência aos rurais, que se encontra em situação calamitosa desde novembro. Muitos hospitais do Rio Grande do Sul continuam sem prestar atendimento aos agricultores, e na maioria dos demais persiste a cobrança da chamada diferença, desde a extinção do Plano Paraná, no final de novembro. A alegação é uma só: as verbas são insuficientes.

No dia 7 de fevereiro, o superintendente do INAMPS no Estado, Baldur Schubert, esteve em Ijuí para discutir possíveis saídas para o atendimento médico-hospitalar com dirigentes de casas de saúde e de sindicatos de trabalhadores rurais de 11 municípios da região. É claro que ele não esteve em Ijuí para anunciar novidades. Schubert anda percorrendo o Estado, para saber de que forma pode ir costurando retalhos, até que se encontre uma solução há muito esperada.

QUEIXA COMUM

A verdade é que a assistência hospitalar já está mais do que remendada. O INAMPS vem remanejando verbas de casas de saúde que não se dispõem a prestar atendimento aos rurais, e pode fazer isso com dois hospitais da região, de Catuípe e São Martinho. Segundo os dirigentes de sindicatos destes municípios, os dois hospitais suspenderam os internamentos, e os agricultores dessas localidades talvez venham a ser atendidos em outras cidades. Dos 11 municípios representados na reunião, no auditório da Cotrijuí, em apenas três (Condor, Pejuçara e Augusto Pestana) não há queixas dos agricultores contra os serviços prestados.

A queixa, nos demais, é sempre a mesma, e se relaciona com as cobranças das diferenças, por parte dos hospitais

e dos médicos. É uma conversa antiga, que a Previdência não conseguiu ainda trocar por outra, mesmo porque o próprio INAMPS reconhece que as verbas fixas dos convênios são insuficientes. Baldur Schubert admite até que há distorções na liberação dessas verbas. Hospitais que atendem pouco recebem muito, e outros que atendem muito recebem quase nada. É o caso, por exemplo, de Santo Augusto, onde há dois hospitais nessa situação, conforme relato feito ao superintendente. E o que o INAMPS pode fazer para que se corrija isso?

POUCO TEMPO

Schubert prometeu estudar o assunto, mas é certo que terá pouco tempo, pois a partir de 15 de março acontecerão mudanças previsíveis, de nomes e comportamento, nos órgãos ligados à área federal. De imediato, os hospitais exigem mais verbas, mas o superintendente garante que essa possibilidade inexistente. O Rio Grande do Sul — disse ele — é o Estado que mais recebe da Previdência para atendimento aos agricultores, com 4 bilhões e 350 milhões de cruzeiros, mesmo que seja o sexto Estado em população rural. Schubert disse também que o Estado recebe mais do que arrecada, apesar de reconhecer que na região da soja as contribuições superam as verbas que retornam aos municípios.

O superintendente entende que toda a Previdência Social no Brasil precisa ser revisada, e especialmente a rural, que tem menos de 20 anos. Também desta vez ele não disse novidade, pois todos sabem que a situação não pode continuar como está. Resta esperar, para se saber o que o novo governo irá realizar nessa área. Participaram da reunião do dia 17, representantes de Catuípe, São Martinho, Jóia, Santo Augusto, Ajuricaba, Condor, Panambi, Pejuçara, Augusto Pestana, Chiapetta e Ijuí.



Baldur Schubert

Exportação: Cotrijuí continua na liderança

A Cotrijuí continua mantendo sua posição de liderança entre as cooperativas brasileiras na área de exportações. Esta posição, conquistada há vários anos, é confirmada por um relatório da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), que está sendo agora divulgado, com todos os dados sobre as exportações do setor em 1982 e 1983. A Cotrijuí ocupou, nestes dois anos, o primeiro lugar em vendas para o exterior, entre as cooperativas singulares do país, com um total de 51 milhões e 145 mil dólares em 1983, o que equivale hoje, de acordo com a taxa cambial, a algo em torno de Cr\$ 199 bilhões e 465 milhões.

Em 1982, quando também ficou em primeiro lugar, a Cotrijuí exportou 78 milhões e 260 mil dólares, cerca de Cr\$ 305 bilhões e 214 milhões. Entre as cooperativas centrais, a liderança em 82 ficou com a Centralsul, que exportou 137 milhões de dólares, e em 1983 com a Central Agropecuária do Paraná. No total, as cooperativas brasileiras exportaram, em 1982, 582 milhões de dólares, e em 1983, 515 milhões.

O relatório da OCB mostra que a participação das cooperativas no total das exportações brasileiras não chega a ser muito expressivo. Isto porque o movimento se refere aos produtos saídos das cooperativas para o exterior, quando se sabe que boa parte da produção passa an-

tes pelas indústrias privadas, para ser depois exportada como manufaturado. Em 82, as cooperativas participaram com 2,89 por cento das exportações brasileiras, e em 1983 com 2,35 por cento. Nestes dois anos, a União Soviética e os Estados Unidos, pela ordem, foram os dois maiores compradores de produtos das cooperativas.

SOJA NA FRENTE

As cooperativas exportaram grãos, carnes, frutas, lã e inclusive flores e plantas ornamentais. O principal produto das exportações foi a soja, seguida do café e carnes (bovina e de aves). Mas as cooperativas também importam, e em 1983 compraram produtos num total de 20 milhões de dólares. A Cotrijuí, que foi a quarta em importações em 82, não figura entre as 10 maiores importadoras em 1983.

A Argentina foi o país que mais vendeu às cooperativas, em 1982, e a Alemanha Oriental ocupou o primeiro lugar em 1983. As importações se referem principalmente a produtos químicos (fertilizantes, defensivos, etc.), e incluem também grãos (soja, milho e outros) e rações, além de outros itens relacionados como matéria-prima. Os dados relativos ao movimento das exportações e importações no ano passado dependem dos balanços das cooperativas, ainda em elaboração.

Reuniões na Pioneira

Uma série de reuniões está programada para março, na Região Pioneira da Cotrijuí, para discussão do balanço do último exercício. Os encontros também terão em pauta outros assuntos, como capitalização, comercialização e as eleições previstas para março na Cooperativa. As reuniões são abertas aos representantes efetivos e suplentes, líderes dos núcleos cooperativos e de esposas e filhas, e a to-

dos os associados da Cotrijuí.

Todas as reuniões serão realizadas pela manhã, sempre a partir das 8 horas e 30 minutos, nas sedes das Afucotri de cada unidade, com o seguinte calendário: dia 5 de março, em Tenente Portela; dia 6, Augusto Pestana; dia 7, Ijuí; dia 8, Coronel Bicaco; dia 12, Chiapetta; dia 13, Jóia; dia 14 em Ajuricaba; e dia 15 em Santo Augusto.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Revisão da Convenção Coletiva de Trabalho

O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ, nas suas atribuições legais e estatutárias CONVOCA a todos os integrantes da categoria dos Trabalhadores Rurais deste Município para comparecerem e participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a se realizar no dia 16 de março de 1985, tendo por local a Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí sita à Rua 14 de Julho, 146 - Nesta Cidade de Ijuí/RS, - com início previsto para às 8 (oito) horas em 1ª convocação ou às 9 (nove) horas em 2ª e última convocação, a qual conterá a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1 - Deliberar, através de escrutínio secreto, sobre a conveniência ou não de revisar as cláusulas de natureza Jurídico-Econômicas da Convenção Coletiva de Trabalho;
- 2 - Se aprovado a revisão, deliberar sobre as bases do aumento e demais cláusulas, inclusive o recolhimento aos cofres do Sindicato;
- 3 - Deliberar, ainda, sobre a concessão ou não de poderes ao Sindicato ou, então, a uma Comissão de negociação, para firmar a convenção Coletiva com a categoria econômica paraféa;
- 4 - Na Recusa da negociação, ou malogro desta, conceder autorização para instauração de Dissídio Coletivo no prazo do artigo 616 parágrafo 3º da CLT, nas mesmas bases da proposta aprovada à Convenção Coletiva.

Ijuí/RS, 21 de fevereiro de 1985.

Carlos Karlinski - Presidente do Sindicato dos Trab. Rurais de Ijuí - RS.

EM MATO GROSSO - NOVA MUTUM - CAPITAL DA SOJA - TERRAS 100% MECANIZÁVEIS

A 250 Km. por asfalto, de Cuiabá, no Município de Diamantino na Br. 163 Cuiabá-Santarém, lotes de 75 a 400 Ha. em cerrado roxo e mata. Alta valorização (530% em 84), segurança de produção e alta produtividade já comprovada de soja, arroz, milho, por mais de uma centena de agricultores do Paraná e RG. do Sul. A cidade de Nova Mutum, Km. 587 da BR 163 tem agência do Banco Itaú, luz, usina hidroelétrica e água encanada, escola de 1º e

VENDAS: SÃO PAULO - Av. 9 de Julho, 4428 - fone (011) 883-3611 • **MARINGÁ** - Av. Herval, 324 - fone (0442) 22-3454 • **CASCAVEL** - Av. Brasil, 2187 - fone (045) 223-1527 • **CAMPO MOURÃO** - Rua Santa Catarina, 1193 - fone (0448) 23-3900

2º grau, postos de saúde, médico e dentista, hotéis, lojas, supermercados, posto telefônico, antena parabólica de televisão, rodoviária (10 linhas diárias a Cuiabá e Maringá), comercialização e beneficiamento da soja (cooperativas já em funcionamento) e usinas de calcário nas proximidades. Projetos de Colonização aprovados Portarias 273 e 848 de 29/03 e 5/9/78 do INCRA.

De Nova Mutum à Cuiabá 250 Km



Paraná
Sta. Catarina
R. Grande do Sul
Goiás - Minas
São Paulo

Colonização: o caso dos desiludidos

Migrações programadas esvaziam luta pela terra

A terra é fértil, há estrada por perto e a safra sempre tem comprador oferecendo bons preços. Estes ingredientes estão em quase todos os apelos das colonizadoras, que principalmente na década de 70 se encarregaram de cuidar da ocupação de áreas no Centro do país. Mas a verdade é que a terra quase sempre é fraca, a estrada fica longe e a comercialização da safra se transforma num pesadelo. Muitos agricultores saídos do Sul sabem disso, e é na situação desses desiludidos que um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS, se baseia para levar adiante uma pesquisa iniciada em 1981.

A ilusão da terra boa e barata, no antigo e imenso Mato Grosso — depois dividido ao meio — e em outros Estados, levou muita gente a ficar diante de situações piores que as enfrentadas antes de abandonarem suas propriedades. José Vicente Tavares, o professor da UFRGS, andou conversando com este pessoal nas áreas de colonização e em suas terras de origem, para conhecer de perto o drama dos desiludidos. Com seu trabalho, ele receberá o título de doutor de estado da Universidade de Paris.

TRÊS REGIÕES

José Vicente integra um grupo de pesquisadores brasileiros e franceses (veja abaixo), que vem estudando a produção familiar rural em vários países. Seu trabalho sobre as colonizações abrange três regiões, que servem de amostras do processo de expansão da fronteira agrícola no Brasil. Ele vem pesquisando no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, de onde saíram muitos agricultores para o Centro do país, e em duas áreas colonizadas: Terra Nova, à margem da rodovia Cuiabá-San-

tarém, no Mato Grosso, e nas terras ocupadas pela Cooperativa Canarana, em Barra do Garças, no mesmo Estado.

"Eu tento investigar o processo social e as decisões políticas que caracterizam a colonização", afirma José Vicente, que também se baseia em dados referentes às ocupações de terras ocorridas desde 1930. Suas conclusões podem não ser novidade para quem viveu a ilusão de uma nova vida, mas servem de alerta para os candidatos a colonizadores. E contribuem para que se entenda mais a fundo o que há por detrás de muitos projetos nesta área.

Ele lembra que a colonização Terra Nova, destinada a colonos expulsos das reservas indígenas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e iniciada em 1978, deveria abrigar mil famílias. Deste total, cerca de 80 por cento abandonaram o projeto no início (em torno de 800 famílias). A área da Canarana, ocupada em 1972, com 500 famílias, teve uma debandada de 30 por cento dos agricultores, que se viram endividados com os bancos, em função da monocultura do arroz, e abandonaram terras fracas, argilosas.

PROPAGANDA

Tanto o projeto de Terra Nova como o da Canarana tinham duas coisas em comum: a total falta de infra-estrutura, que garantisse a permanência das primeiras levas. Especialmente para os que chegam na frente, tudo é precário, desde a habitação, passando pelo suprimento de alimentos e assistência médica. Um conjunto de coisas desfavoráveis tira o ânimo dos agricultores, mesmo porque, muitas vezes doentes e fracos, eles perdem boa parte da capacidade de trabalho da família.



Majoria dos migrantes acaba voltando ao Estado

José Vicente observa que a propaganda, para atrair os agricultores, fala sempre em prosperidade, e apela para o "espírito de aventura" de pessoas que são, em sua maioria, descendentes de imigrantes europeus. Mas a aventura custa caro, e a frustração é coisa comum a quem se atreve a acreditar nas promessas. O pesquisador lembra ainda que o agricultor é levado também a comparar as extensões de terra da área colonizada e de sua propriedade, e se entusiasma com a mudança. Só que geralmente as grandes áreas do Centro do país são bem menos produtivas e de difícil manejo.

SELEÇÃO

O professor da UFRGS está convencido de que as colonizações funcionam como válvula de escape, para que as pressões no meio rural não cheguem ao ponto de explodir. É assim que se esvazia — segundo ele — um movimento em favor de terras para quem não tem onde plantar, e que se promove, com a colonização, uma espécie de seleção social. Isso acontece porque somente uma minoria consegue sobreviver nas áreas colonizadas. O resto é marginalizado.

"Os movimentos pelos sem-terra hoje, como acontece no Rio Grande do Sul, se recusam a aceitar as áreas oferecidas no Mato Grosso, por causa dos exemplos dados pelas colonizações", afirma José Vicente. Essa rejeição não acontece porque — como muitos argumentam — os descendentes de italianos, alemães, poloneses e outros imigrantes perderam o "espírito de aventura". A verdade é que este pessoal ganhou em conscientização, e procura ver um pouco mais longe.

COINCIDÊNCIA

Enxergando as coisas um pouco

mais adiante é que eles poderão entender, segundo o pesquisador, porque os projetos de colonização estão sendo ressuscitados, com apelos dirigidos, como sempre, aos minifundiários, aos pequenos produtores. "Sempre que acontecem movimentos pela terra, com a formação de acampamentos, as colonizadoras ressurgem", diz José Vicente, completando que isso pode ser "estranho, mas não é coincidência pois ocorre há 15 anos". Com as colonizações, há uma tentativa de esvaziamento desta luta, com a intenção de se adiar o debate em torno da necessidade da reforma agrária.

Apesar de todo o alarde em torno da expansão da fronteira agrícola, ele ressalta que, "nos últimos 50 anos, apenas 180 mil colonos foram instalados através de projetos de colonização". Isto é pouco, diante dos milhões de agricultores sem terra existentes no país. Para José Vicente, é possível até que existam projetos onde a precariedade não seja uma norma, mas o certo é que na maioria deles a falta de infra-estrutura e de assistência ao produtor tem sido regra.

"O produtor deve lutar pela reforma agrária, com uma mudança na política agrícola e fundiária do país, que dê atenção à produção de alimentos e condições de trabalho a quem quer permanecer na agricultura", diz o professor da UFRGS. Ele entende que o novo governo, a assumir a 15 de março, "se for sensível aos apelos de agricultores, trabalhadores e, enfim, da sociedade brasileira, deverá aplicar o Estatuto da Terra, na parte referente à estrutura fundiária".



José Vicente Tavares

Uma troca entre pequenos

Alguns agricultores de Ijuí andaram sendo entrevistados por um grupo de franceses, no final de janeiro. Eram quatro pesquisadores do Centre National de la Recherche Scientifique, um órgão oficial que lida com trabalhos científicos, e que está trabalhando em intercâmbio com entidades brasileiras. José Vicente Tavares, o professor da UFRGS, que vem estudando as colonizações, integra este grupo, que pretende analisar as formas de produção familiar no meio rural do Brasil, França, Polônia e Portugal. O trabalho vai resultar numa troca de informações, que poderão depois ser úteis aos pequenos produtores desses países.

Nicole Elzner, Hugues Lamarche, Jean Paul Billaud e Jean Charles Szurek estiveram na região com o apoio da Fidade, e visitaram a Cotrijui, quando conversaram com o vice-presidente Arnaldo Drews. Eles se interessam por tudo que diz respeito à produção familiar, desde as técnicas utilizadas, até o relacionamento marido, mulher e filhos, e como se dá a sucessão nas propriedades, na hora de

um inventário. Os pesquisadores puderam constatar que há muita coisa em comum, entre os produtores brasileiros e franceses.

SUBSISTÊNCIA

"Fiquei impressionada com a produção de alimentos para subsistência", disse Nicole Elzner, que se surpreendeu quando soube, ao mesmo tempo, que a soja quase acabou com os espaços destinados aos produtos para consumo da própria família na região. Eles conversaram com produtores, e muitas vezes, apesar da dificuldade provocada pelas línguas diferentes, o agricultor se transformou em entrevistador. Isso também impressionou o grupo, pois o pessoal visitado se mostrou interessado em saber o que se passa na agricultura de outros países.

Na França, por exemplo, que pela primeira vez está sob um regime socialista, a situação dos agricultores ficou "um pouquinho melhor do que antes", segundo Nicole. Acontece que a França faz parte da Comunidade Econômica Europeia, integrada por 10 países, e que funciona

como organismo em que as decisões são mais ou menos comuns a todas essas nações. Por isso, o governo socialista não pôde fazer grandes mudanças no meio rural, já que a Comunidade é que dita as regras, com reflexos em qualquer decisão econômica e política. Mas entre 1982 e 83, pela primeira vez nos últimos anos a renda do agricultor francês cresceu, disse ela.

TROCAS

Segundo os franceses, a ideia deste intercâmbio surgiu de um grupo de brasileiros que esteve na França, e o trabalho poderá reforçar as relações entre instituições dos dois países na área científica. Esta pesquisa de sociologia rural será depois divulgada, através de publicações e seminários, para que suas conclusões cheguem aos que estudam o assunto e a técnicos e produtores. Até pouco tempo, este tipo



Os pesquisadores durante a visita à Cotrijui

de relacionamento, por parte dos brasileiros, se limitava a trabalhos com os Estados Unidos.

José Vicente Tavares, o brasileiro que acompanhou os visitantes, é um dos coordenadores do programa de pós-graduação em sociologia rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele fará, em localidades francesas, o mesmo que os pesquisadores fizeram aqui. Irá entrevistar produtores daquele país, para que aconteça a troca de experiências. No Brasil, este projeto tem o apoio do CNPQ — Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia.

O que se passa pelo mundo

O jogo de forças em que a produção de alimentos é cada vez mais decisiva

Argemiro Lufs Brum, de Montpellier/França

"Final, o que se passa com o mundo?" Obviamente a pergunta é muito geral e de complicada resposta. Muitas discussões e análises foram feitas e ainda o são. Muitos debates acompanhei, em especial no meio rural, a respeito deste assunto. Enfim, no avanço das formas modernas de produção, aumentou a necessidade da compreensão dos fatos econômicos e políticos que cercam os produtores rurais e toda a sociedade.

Aproveitando o início de 1985, e com ele, um fato significativo no Brasil que é a mudança do governo federal, em função de um civil, pretendo neste artigo trazer algumas informações e análises para ajudar no debate em busca da compreensão do que se passa.

Muito do que se fala hoje, já há 11 anos se falava na tentativa de explicar a crise econômica e o subdesenvolvimento: a) A intensificação das relações econômicas entre os países desenvolvidos não deve, de nenhuma maneira, acontecer deixando de lado os interesses dos países chamados subdesenvolvidos; b) O poder e a dominação do capital na mão de uma minoria é sempre o maior obstáculo para a emancipação e o progresso dos países em desenvolvimento que lutam para atingir um nível de vida conforme as normas mais elementares de dignidade humana; c) Os países que possuem o poder do capital em muitas vezes fazem agressão aberta contra as economias dos povos que não se submetem a sua dominação, também chamada, imperialista; d) A situação econômica mundial de hoje é fruto da vontade dos países desenvolvidos (mesmo em 1973, os principais já eram apenas 7 no lado ocidental - EUA, França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Japão e Canadá) em perpetuar ao seu proveito unicamente a ordem econômica existente, reduzindo a zero a tentativa de progresso independente das demais Nações; e) O Terceiro Mundo, que compreende 70 por cento da população mundial vive com apenas 30 por cento da renda mundial, sendo que a tendência para a década de 80 é de se agravar a situação; f) O fracasso da estratégia internacional do desenvolvimento se explica pela falta de vontade política de parte dos países capazes de colocar em ação medidas de urgência e pela inadequação dos objetivos de "crescimento" que estes têm, com as preocupações reais dos países em via de desenvolvimento (Terceiro Mundo); g) É preciso solucionar o problema das trocas comerciais e do dinheiro, adotar medidas especiais em favor dos países menos desenvolvidos, distribuir melhor o alimento que está sobrando pelo mundo enquanto milhões passam fome.

Fica evidente que a crise e o problema entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos (enfim, o que está acontecendo com o mundo) não é um problema conjuntural (de alguns anos e de fácil solução) como muitos o desejam. É isto sim um problema estrutural, da organização da sociedade mundial, que tomou uma forma mais clara a partir do resultado do confronto de forças na 2a. Guerra Mundial.

A ORDEM ECONÔMICA

Em rápidas palavras, a Ordem Econômica Mundial posta em prática a partir de 1945 com o término da 2a. Guerra Mundial estabeleceu a divisão do mundo em 3 zonas de influência:

- América para os EUA;
- Europa Ocidental e Oceania (Austrália e Nova Zelândia) para a Inglaterra, seguida da França;
- Europa Oriental e alguns países da Ásia, para a URSS.

A África, o Oriente (hoje lugar de grandes jazidas de petróleo) e diversos países da Ásia e Filipinas passaram a territórios a serem conquistados em função da força ou da política estruturada por estes 3 grandes centros de poder ganhadores de Guerra.

Atualmente estas zonas de influência estão reduzidas a duas: de um lado, os países alinhados aos EUA, isto é, os que aceitam e jogam conforme os interesses dos EUA; e do outro lado, os países alinhados com a URSS. Sobram alguns países chamados de não alinhados que procuram se equilibrar entre as duas grandes forças mundiais, cujo maior exemplo hoje parece ser a Índia.

Os demais, de uma forma ou de outra acabam sendo dominados e mesmo explorados política, econômica, social e militarmente ou pelos EUA, ou pela URSS. Neste jogo, sobre a Europa, e mais precisamente a Comunidade Econômica Europeia - CEE, que perdeu muito de sua hegemonia a nível mundial, em termos políticos (este fato se reflete claramente nas reações do povo aqui na França), aceitando as imposições dos EUA, e que luta desesperadamente para manter ao menos um pouco de sua hegemonia econômica. Este último aspecto força hoje a abertura de uma luta declarada entre os EUA e os países da CEE pelo mercado mundial.

Esta Ordem Econômica Mundial deu origem ao que chamamos de Países Desenvolvidos, países em vias de desenvolvimento ou ainda do Terceiro Mundo (as três expressões representam a mesma coisa). Alguns, fruto de maior riqueza interior e maior abertura ao capital estrangeiro, na época do "boom" econômico mundial entre 1950 e 1974) cresceram mais que outros em termos de infra-estrutura e atividades produtivas. No entanto, nenhum conseguiu transferir a riqueza produzida, para o seu povo, de forma a dar-lhe condições de independência. A riqueza ficou concentrada na mão de alguns poucos de uma parte (normalmente que defenderam os interesses do capital estrangeiro dentro de seu próprio país) e a maioria da riqueza saiu do país para as empresas, bancos e mesmo população dos países que dividiram o bolo após a 2a. Guerra. Ou devemos pensar que a inflação em torno de 220 por cento no Brasil comparada a de apenas 6,8 por cento na França neste 1984 é apenas resultado de um maior conhecimento econômico dos franceses? Seria muita ingenuidade...

Mas enfim, esta chamada Ordem Econômica Mundial originou o que hoje se chama de países subdesenvolvidos. Entretanto, poderíamos substituir esta palavra por "países explorados, dominados, com uma economia deformada". E normalmente, estes países são governados pelo lado econômico, por economistas que defendem estes três pontos de vista: a) Os países subdesenvolvidos somente sairão da crise graças aos investimentos de capitais estrangeiros, pois com a falta destes capitais, a diferença entre as rendas nacionais por pessoa tendem a aumentar; b) Ao interior dos países subdesenvolvidos é necessário favorecer o crescimento de rendas diferentes, de forma que somente algumas rendas individuais mais elevadas poderão favorecer a uma poupança nacional que permitirá investimentos nacionais que, por sua vez, permitirá o crescimento da renda nacional; c) Os hábitos de poupança e de investimentos das classes sociais tradicionais dos países subdesenvolvidos são baixos, por isso é necessário favorecer o nascimento de uma classe de empresários capitalistas, tanto

no meio rural como nas cidades. Para tanto, necessário se faz dar-lhes todas as condições, tanto a nível financeiro quanto de infra-estrutura.

Podemos ainda acrescentar um quarto ponto defendido por estes economistas que é a espera pelo crescimento econômico dos países ricos (EUA e Europa) para que os subdesenvolvidos cresçam juntos.

Foi nesta linha que o Brasil, por exemplo, começou a pensar com intensidade em 1955 com o governo Juscelino e que aprofundou decisivamente a partir de 1964, com os governos militares. Uma frase, muito conhecida aí no Brasil, pode resumir bem a posição destes economistas: "É preciso deixar o bolo crescer para após pensar em dividi-lo".

Esta realidade, posta em prática pela força em muitos países do mundo, acabou se sustentando porque a economia mundial do pós-guerra encontrou espaço para crescer. No entanto, este modelo começou a entrar em crise em 1974, vindo a se agravar no início dos anos 80. O resultado é a falência da força na gerência dos negócios das Nações e um grito mundial por mudanças, que desde 1974 ganhou o nome de Nova Ordem Econômica Internacional.

AS HERANÇAS DESTES PROCESSOS EM CRISE

Foram praticamente 30 anos de um processo que acabou modernizando o mundo e sua forma de produção. Uns mais, outros menos, de acordo com suas situações de dependência. O resultado, é dito por todos; de um lado sobra alimentos, do outro lado morrem milhões de pessoas de fome; de um lado sobra riqueza, do outro lado existe a miséria absoluta, etc. . .

A QUESTÃO DA PRODUÇÃO E DO MERCADO DOS ALIMENTOS

Falamos muito em produzir alimentos. Agora, é importante que se diga que para a vida de qualquer ser vivo animal o que interessa são as quantidades de proteínas, de calorias e gorduras por exemplo, que cada alimento oferece. Significa dizer que o importante são as proteínas por hectare que se produz e não exatamente os quilos por hectare. E isto é um elemento fundamental e pressupõe avanço tecnológico. No mercado da soja, no momento em que os europeus encontraram um produto que dá um farelo acima de 48 por cento de proteínas (a níveis médios), a um melhor preço, veremos sem dúvida a paulatina substituição do nosso principal produto de exportação aí do sul do Brasil. E, os europeus buscam isto desde 1973, já tendo encontrado algumas respostas positivas, embora não definitivas.

É no controle do mercado destas proteínas, calorias e gorduras que devemos nos preocupar e entender o que se passa. Pois volume de produção agropecuária não significa volume de produção de alimentos. Com a modernização imposta desde 1950 pelo mundo afora, torna-se necessário cada vez mais transformar o produto bruto em alimento final, quer seja para os animais quer seja para os humanos.

Um exemplo típico deste problema e desta diferença podemos dar em função da América Latina, onde o Brasil se encontra. Nesta região do mundo, enquanto a produção agrícola se acelerou de 2,8 por cento para 3 por cento ao ano entre 1963/70 e 1970/78, a produção alimentar caiu de 3,7 por cento para 3,4 por

cento no mesmo período. Isto significa dizer que nossa agricultura produz mais em volume, porém, estamos produzindo menos em alimentos finais para o consumo em geral.

Este é o quadro típico de um sistema, adotado pela maioria dos países considerados subdesenvolvidos do mundo, fundado na indústria e nas monoculturas de exportação às custas de uma agricultura alimentar. Mas, mesmo que estes países possam fazer as duas coisas, necessitam das indústrias a seu favor, para transformar o alimento a bom preço, e necessitam de dinheiro para comprar este alimento. Exatamente o que menos existe no Terceiro Mundo, em função da aniquilação do poder de compra da população interior a fim de sobrar mais produtos para exportação, com o objetivo de pagar os empréstimos externos feitos para modernizar os países em questão.

Esta primeira herança, que nos mostra que os países subdesenvolvidos não se estruturaram para se independizar e sim para aumentarem a sua dependência, dá origem a uma segunda herança.

As grandes indústrias multinacionais, conhecedoras da importância que significa transformar o alimento, se instalaram com esta tecnologia. Nós não as encontramos revirando a terra ou cuidando do gado diretamente (embora existam alguns casos destes pelo mundo, como no norte do Brasil e na América Central, por exemplo). Nós vamos encontrá-las na fase de transformação do alimento e revenda direta ao consumo final. Assim como as encontramos antes, vendendo os insumos e emprestando dinheiro para que ocorra a produção agropecuária bruta. Afinal sem esta primeira, as indústrias de transformação do alimento não poderiam trabalhar.

Dentro deste quadro, 100 multinacionais representam hoje perto da metade da produção alimentar mundial com uma cifra de negócios global de 145 bilhões de dólares (mais do que toda a dívida externa do Brasil). E, na composição deste grupo verificamos claramente o processo de controle da economia mundial pelos 7 países chamados desenvolvidos: 48 são firmas norte-americanas, 23 da Inglaterra e 8 francesas, do total, representando 79 por cento do total do grupo.

Esta segunda herança nos trás outras duas grandes evidências. A primeira é que ao contrário do que poderíamos pensar, não são os países do Terceiro Mundo os grandes produtores de alimentos do mundo. Quem produz realmente em quantidade expressiva, e com ela controla os estoques, transporte e o mercado são mais uma vez os 7 países que dominam a economia mundial, associados a URSS pelo lado do leste e mais a China (esta no entanto, pela característica de sua política e pelo número de população que possui - 1 bilhão e 60 milhões de habitantes - consome tudo dentro de suas fronteiras).

Enquanto o Brasil há 5 anos não sai da faixa das 50 milhões de toneladas de grãos por ano, os EUA, somente de milho, já passaram de 200 milhões de toneladas, e podem alcançar mais se o quiserem.

A nível de cereais, toda a América do Sul, mais a África, mais a Oceania, mais a América Central e o México, chegaram em 1981 a 181,5 milhões de toneladas, enquanto os EUA e a CEE no mesmo ano, alcançaram respectivamente 333,7 milhões de toneladas e 121,2 milhões de toneladas.

Em outras palavras, enquanto 96

países do mundo produziram 10,9 por cento dos cereais do mundo, as duas regiões mais ricas do mundo, composta dos 10 países da hoje CEE e mais os EUA, produziram 27,3 por cento deste total em 1981.

A segunda evidência é de que o modelo de produção agropecuária transferido ao mundo pelos EUA através de sua famosa Revolução Verde, entre 1950/55, se baseia na prática de que devem estar no campo ou na agricultura os produtores mais eficientes, isto é, aqueles que, com grandes extensões de terra, consumiriam grandes quantidades de insumos e máquinas mas que teriam como resultado grandes produções. É neste sentido que a população agrícola norte-americana ficou reduzida a 2,4 por cento do total, a da Europa Ocidental marcha rapidamente para estes números e a dos países subdesenvolvidos igualmente. O Brasil em 10 anos (1970/1980) baixou sua população rural de algo em torno de 65 por cento aproximadamente 35 por cento.

"Este é o sistema agrícola do mundo livre: quase inteiramente dominado por uma centena de firmas multinacionais norte americanas ou europeias que se fazem presentes antes e depois do processo produtivo, tirando todos os benefícios possíveis. Graças ao sustento ativo de seus governos respectivos e a cumplicidade espontânea ou forçada dos governos dos países do Terceiro Mundo, estas empresas (e seus países de origem) confiscam pouco a pouco a seu proveito, a agricultura dos países subdesenvolvidos. A massa de pequenos produtores que constituem o essencial da população destes países são considerados como peso morto dentro deste sistema, pois não podem nem produzir nem consumir em larga escala".

Enquanto existe emprego nas cidades, este processo até que funciona. Pois isto permite criar um mercado interno forte que viabiliza a produção rural também. Foi isto que permitiu o sucesso da Política Agrícola Comum-PAC até fins da década de 70 na Europa. No entanto, quando não existem ocupações para mão-de-obra que sai da agricultura, o resultado é o desemprego, as favelas e a miséria. Na medida em que a política econômica posta em prática nos Países Subdesenvolvidos foi a de concentrar a renda ("deixar o bolo crescer para depois dividi-lo"), não houve espaço para ocupar a mão-de-obra que paralelamente saía do meio rural. Esta crise que a cada ano mais séria se torna bateu as portas da CEE nos anos 80. É claro que, em proporções diferentes. Mas, o processo produtivo agropecuário adotado na época da modernização continua expulsando gente do campo, a produção não encontra saída, os preços não compensam, os governos têm que criar orçamentos especiais para sustentarem o processo, o custo se eleva, e o pior agravante, as cidades já não absorvem todo mundo. O desemprego aumenta rapidamente e é o assunto mais discutido na imprensa europeia hoje. Somente a França, vai terminar 1984 com 2,5 milhões de desempregados, isto é, 4,5 por cento de toda sua população.

Conclusão: enquanto alguns países produzem a grande quantidade da produção agrícola no mundo, suas firmas produzem a maioria dos alimentos finais pelo mundo. Por outro lado, a grande maioria dos países do mundo, copiam o mesmo sistema de produção dos chamados desenvolvidos, sem possuírem condições de sustentar as migrações humanas e êxodos que isto provoca. Com o agravante de realizarem isto para venderem aos mesmos países desenvolvidos, tendo em troca, muitas vezes, de usar o dinheiro ganho com isto para comprar daqueles países, ou suas empresas, os alimentos prontos para seu povo (leite em pó, farinhas, etc.).

Em função destas duas evidências temos a terceira herança, a qual já está sendo motivo de preocupação pelo mundo afora e motivo de manchetes de jornal: a evolução da população mundial.

Evolução da população mundial

O crescimento populacional é surpreendente. Onde encontrar alimento para tanta gente?

O ano de 1984 termina com 4.826 bilhões de pessoas pelo mundo, assim divididas: 1.170 bilhão nos países desenvolvidos; 1.060 bilhão na China; 2.596 bilhões nos outros países.

Diante destes números, nos parece importante destacar que a evolução do número de habitantes no mundo vem se acelerando nos últimos anos de forma surpreendente. Para compreender melhor esta questão e sua relação com o que vimos até agora neste artigo, tomamos a liberdade de colocar aqui algumas informações sobre a ocupação da Terra pelos seres humanos, que todo o dia precisam comer para se manterem vivos:

a) Após milhares de anos de lenta expansão demográfica, segundo as pesquisas já divulgadas, graças a descoberta da agricultura e as novas facilidades de subsistência que ela trouxe, a população humana passou de 15 milhões de pessoas no ano 5.000 antes de Cristo, a aproximadamente 150 milhões de pessoas no ano 4.000 antes de Cristo. Em mil anos a população cresceu de 10 vezes;

b) Nos 5 mil anos seguintes, isto é, até o ano 1.000 depois de Cristo, o crescimento da população foi lento, chegando a se multiplicar por 6 apenas; c) Hoje, a população mundial vive a sua segunda aventura segundo os estudos do assunto, iniciada no século XVIII (1.700-1.800) com a Revolução Industrial. Somente que, desta vez, a população mundial se multiplicará por 10 em apenas 250 anos, isto é, entre 1.800 a 2.050;

d) E segundo os estudos, sua estabilização ocorrerá somente quando tivermos em torno dos 10 a 11 bilhões de seres humanos sobre o Planeta; e) Entretanto, hoje a característica é nova. Estamos passando a um novo regime que tem como ponto principal a baixa mortalidade em geral, o que leva a concluir que o equilíbrio populacional só poderá ser mantido pelo controle da fertilidade; f) Mas existem outras características, mais específicas, que estão em evidência desde agora. Se antigamente foi a Europa que alcançou as maiores taxas de crescimento populacional, fato que lhe permitiu, nos últimos 500 anos, ocupar diversos territórios do mundo, hoje as cartas do jogo estão mudadas. De tal forma que nos países da Europa (Velho Mundo) e mesmo na América do Norte o crescimento populacional é praticamente zero por cento, sendo que em alguns países morrem mais pessoas do que nascem. Em contrapartida, são os países subdesenvolvidos que vêem suas populações crescerem espetacularmente; g) Em 1950, sobre um total de 2,5 bilhões de pessoas, 800 milhões aproximadamente habitavam a Europa, a América do Norte, a URSS, o Japão, Austrália e Nova Zelândia, enquanto os restantes 1,7 bilhão ocupavam o resto do mundo. A relação era de 1 para 2. Já em 1985 a relação deverá ser de 1 para 3 (1,2 bilhão para 3,7 bilhões), chegando no ano 2.100 a 1 por 6 (1,4 bilhão para 8,6 bilhões).

Conclusão: são as regiões hoje mais exploradas e que menos produzem alimentos que terão os maiores contingentes humanos para alimentar, destacando-se o sul da Ásia e a África.

É natural prever hoje que não demorará muito para termos nos próximos anos, ou uma explosão social sem precedentes pelo mundo afora, que normalmente tenderá a qualquer tipo de confronto armado, ou novas formas de controle e dominação do mundo pelos 9 países com mais força atualmente para isto (além dos 7 já citados, representantes do mundo ocidental, acrescento aqui a URSS e a China).

Onde encontrar alimentos para este povo e com que tipo de processo econômico se dará a produção agrícola e a distribuição destes alimentos?

A QUESTÃO DO COMÉRCIO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS E SUA RELAÇÃO COM A RIQUEZA DO PETRÓLEO

O comércio mundial dos alimentos foi todo ele calcado em função da hegemonia de um país: os EUA.

Este processo esteve bem (evidentemente não para todos) enquanto houve o crescimento econômico mundial, em função da reconstrução mundial após a 2ª Guerra, e com a injeção fabulosa de recursos que o jogo do petróleo permitiu aos países produtores deste combustível durante a década de 70. Mas hoje a reconstrução estagnou e os países petrolíferos amargam sérios déficits em função da queda no consumo e a consequente baixa nos preços desta matéria-prima.

Qual é a estrutura desta herança e quais as tendências para os anos futuros em função especificamente da produção e do comércio agrícola, no qual os senhores produtores aí do Rio Grande do Sul estão engajados, é a grande questão a analisar. Pretendemos fazer isto no próximo artigo.

Enfim, estas são as quatro heranças que gostaria de destacar e que ficam para serem divididas e solucionadas.

NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL

Para evitar uma explosão generalizada do processo que aí está, e que mesmo nos, até então chamados países desenvolvidos (ricos), vem expulsando produtores da terra, vem criando milhares de desempregados a cada mês, vem eliminando o poder de compra, além de tantos outros efeitos a nível mundial, com os mais diferentes reflexos em cada país, já em 1974 a Organização das Nações Unidas (ONU), muito bem controlada pelos interesses dos 9 grandes, lançou a idéia da Nova Ordem Econômica Internacional.

Seu princípio, adotado em 01/05/74, é o seguinte:

"Nós, membros da Organização das Nações Unidas, proclamamos solenemente nossa determinação comum de trabalhar com urgência para a instauração de uma nova ordem econômica internacional fundada sobre a equiparação, a igualdade, a interdependência, o interesse comum e a cooperação entre todos os Estados, independentemente de seu sistema econômico e social, a fim de corrigir as desigualdades e retificar as injustiças atuais, permitindo a eliminação da distância entre os países desenvolvidos e os países em via de desenvolvimento. . .

Na prática, em dez anos de Nova Ordem, podemos resumir o que segue:

a) A nível dos Países Subdesenvolvidos a necessidade de uma nova ordem continua a se fazer sentir, pois nada mudou. "A concentração do poder econômico, político e militar, que possuem alguns países lhes permite, não somente a supremacia, mas também a faculdade de neutralizar os elementos de ação que favoreçam uma mudança democrática dentro da ordem econômica atual. Esta desordem, que provoca a erosão dos níveis de vida nos países mais pobres do Planeta, permite também a instauração de ditaduras militares que, oprimindo os povos, contribuem para reforçar o poder transnacional".

A tal ponto isto é verdade que o ano de 1983, segundo a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), foi para o conjunto da América Latina, o

pior desta segunda metade do século XX. Isto é, 10 anos após o lançamento da Nova ordem, as diferenças, longe de serem corrigidas, se agravaram. Os países latino-americanos têm hoje, no conjunto, uma dívida externa de 5,5 bilhões de dólares e, para pagar seus juros somente, de cada 3 dólares que ganham com suas exportações devem destinar 1 para pagá-los. O PIB (Produto Interno Bruto) por habitante baixou em 1983 de 5,6 por cento o que significa um nível de vida igual ao de 1977. As taxas de inflação alcançam níveis inimagináveis em 1974. Enfim, para os Países Subdesenvolvidos a Nova Ordem Econômica Internacional acabou sendo exatamente o contrário do que seu princípio afirma.

b) Por outro lado, a nível dos Países Desenvolvidos, capitalistas e socialistas se reuniram para entrarem em acordo a fim de poderem ultrapassar a crise sem perderem o poder sobre o mundo. Foi exatamente o que aconteceu em Berlim durante o verão europeu (julho a setembro) de 1984. Uma reunião para discutir a cooperação econômica entre países socialistas e capitalistas desenvolvidos sobre o mercado mundial.

De um lado, administradores de sociedades e bancos como: Mannesmann, Siemens, Krupp, Crédit Lyonnais, Dresdner Bank, Midland Bank, First Chicago, etc. . .

Do outro lado, sociedades e bancos de Moscou, Varsóvia, Praga, Budapeste e Berlim.

Em cerca de 50 por cento dos casos, os acordos firmados prevêm uma produção em comum e uma especialização.

Enfim, a Nova Ordem Econômica Internacional não passa de um instrumento de acomodação das coisas em benefício da continuidade da dominação política, econômica, militar e tecnológica que basicamente 9 países, independentemente de suas ideologias, o fazem sobre as

Nações do mundo. E neste amplo jogo que está o mercado exportador de soja, carne e outros produtos. Fica evidente então que não basta apenas produzir. É preciso mais coisas, como entender o processo em que se está produzindo, seus objetivos e possíveis repercussões. A partir daí teremos condições de estudar e discutir saídas para a crise em que nos encontramos.

No momento em que o Brasil se movimenta em busca de mudanças e soluções em todos os níveis, em especial a nível da economia agropecuária, é fundamental que a sociedade discuta sua realidade e a função dos fatos aqui analisados, quer seja a nível urbano como rural. Não o fazê-lo é querer tapar o sol com a peneira, o que não ajuda em nada.



**COTRIEXPORT -
CORRETORA DE
SEGUROS LTDA.**

**INVESTIMENTO EM
SEGURO, SEJA INCÊNDIO,
VEÍCULOS, ROUBO, VIDA,
ACIDENTES PESSOAIS
E OUTROS.**

Em Ijuí: Rua das Chácaras
1513 - fone: 332-1914
ou 332-3765 ramal 364

Um ano de muito trabalho com o quadro social

O ano de 1984 foi muito difícil sob o ponto de vista político-econômico e social. As dificuldades que o país enfrentou no decorrer dos 365 dias do ano, a Cotrijuí também as sentiu na sua vida econômica. E consequentemente os associados e seus familiares também enfrentaram problemas semelhantes, principalmente se levarmos em conta que tivemos mais uma frustração na lavoura de trigo. Esse e outros fatores fizeram com que a região encontrasse dificuldades em superar seus problemas, exigindo uma maior participação e trabalho da Comunicação e Educação. Foi um ano de muita discussão e de encaminhamento de muitos problemas à Cooperativa.

Para que o Departamento de Comunicação e Educação pudesse atingir todas as suas metas de trabalho, conforme as necessidades definidas juntamente com o quadro social, representantes e núcleos cooperativos, foram contratados mais oito comunicadores para atuar nas Unidades de Jóia, Ijuí, Ajuricaba, Chiapetta e Coronel Bicaco. Com um maior número de comunicadores atuando a campo, o Departamento teve condições de atender, ao mesmo tempo, seu quadro social e seus familiares. As reuniões ocorriam diariamente, ora com núcleos cooperativos de esposas e filhas de associados, ora com representantes ou conselheiros, desde Jóia até a Unidade de Tenente Portela.

Todo o trabalho realizado neste ano que passou pode ser comprovado no quadro abaixo. Além das atividades desenvolvidas convém lembrar as reuniões realizadas com Conselhos de Produtores, com os sindicatos e outras entidades de classe, que de uma forma ou de outra, vieram auxiliar o trabalho junto ao quadro social. Os cursos de corte e costura, de tricô, de crochê, de pintura em tecidos, serviram para proporcionar à família do associado, não apenas uma economia, mas também uma fonte de renda. Só em 1984 mais de 1.450 associados e seus familiares tiveram a oportunidade de desfrutar a Colônia de Férias da Cotrijuí na praia de Cassino, no município de Rio Grande.

O Departamento de Comunicação e Educação participou ainda de vários cursos realizados no CTC e em conjunto com a área técnica, envolvendo atividades como piscicultura e fruticultura. Os associados que participaram dos cursos de fruticultura, por exemplo, receberam orientação sobre formação, preservação, manutenção e poda de pomares. Quem participou dos cursos de piscicultura ouviu falar sobre aproveitamento do peixe na alimentação, criação de peixes, formação de açudes, entre outros.

A Feira de Produtos Coloniais, realizado no dia 20 de julho, em Ijuí, dentro da programação dos 27 Anos da Cotrijuí foi outro acontecimento que contou com a participação do Departamento de Comunicação e Educação. Essa Feira que vem sendo realizada desde 1982, tem a intenção de mostrar ao pessoal da cidade os produtos - queijos, leite, nata, salames, compotas, copas, vinhos, schmiers, melados, rapaduras, etc. - que ainda são produzidos na colônia. Além de aproximar o produtor do consumidor, a Feira também mostra que a diversificação é muito importante não só dentro do processo de produção de alimentos, como também na conservação do solo.

MUITAS DECISÕES E UM PLEBISCITO

Através de um plebiscito - realizado no dia 21 de agosto - os associados responderam "Sim" a incorporação da Estrutura do Poder aos Estatutos da Cooperativa. A Estrutura do Poder vinha sendo praticada, em caráter de experiência desde 1978. Foi um período de muitas reuniões e esclarecimentos, pois o quadro social precisava entender que a Estrutura do Poder vai muito mais além do que a figura do representante. Ela envolve toda uma participação nas assembleias e eleições do Conselho de Administração, além de outras atividades que procurem trazer o associado para dentro da Cooperativa.

Votaram no plebiscito 56,8 por cento dos associados em condições de voto. Desse percentual, 84,5 por cento votaram no "Sim". Isto quer dizer que o associado começa a tomar consciência da importância da Cooperativa frente a realidade sócio-econômica que não só o país, mas todo o sistema cooperativista e o próprio produtor vem enfrentando. Para o associado e representante da Cooperativa, esse percentual representa também a importância do sentido de cooperação dentro do sistema capitalista. Essa consciência de cooperação vem ganhando espaços nas discussões em reuniões, seminários com associados, funcionários e direção.

Nesses quatro anos de experiência da Estrutura do Poder, os representantes amadureceram, cresceram em participação, dando passos largos na prática efetiva da democratização da Cotrijuí. Por essa razão acreditamos que 1985, será um ano de grandes desafios e ao mesmo tempo um marco importantíssimo na história da nossa Cooperativa.

A MULHER MAIS PARTICIPATIVA

Em preparação ao IV Encontro Integração dos Núcleos Cooperativos da Região Pioneira, aconteceu o I Encontro Integração entre núcleos de senhoras do município de Jóia, com a participação de 100 mulheres e filhas de associados. Tivemos o I Encontro Municipal de Integração dos núcleos cooperativos de Ajuricaba, envolvendo 145 pessoas e ainda o I Encontro Integração de Tenente Portela, que contou com a participação de 68 mulheres e filhas de associados. As demais Unidades prepararam-se para o IV Encontro através da discussão nos núcleos dos assuntos que consideraram importantes e que deveriam ser levados para o Encontro geral.

Esses Encontros fizeram com que as mais de 1.000 mulheres trabalhadoras rurais chegassem ao IV Encontro geral, realizado em Ijuí no dia 16 de novembro, preparadas, com suas propostas bem definidas e prontas para serem apresentadas. Participaram como palestrantes o Prof. Argemiro Brum, da Fidene/Unijui, fazendo uma análise da história da economia brasileira e as suas consequências para a agricultura; Noemi Huth, coordenadora do Departamento de Comunicação e Educação da Cotrijuí, falando sobre a importância da economia doméstica na propriedade rural frente a situação brasileira e Dari Marconato e Sonilda Pereira da Fe-tag, que falaram sobre sindicalismo.

A mulher sabe que seu trabalho e



O IV Encontro Integração reuniu mais de 1.000 mulheres



As reuniões com associados



O plebiscito

árduo e a luta pela conquista de seus direitos deverá ser contínua. Qualquer reivindicação neste sentido só será atendida através da conscientização de toda a trabalhadora rural. A mulher rural é parte integrante da força de trabalho produtiva na atual conjuntura em que vivemos, só que seu trabalho não é reconhecido.

Podemos dizer com certeza que 1984 representou um avanço muito grande no trabalho da Comunicação e Educação junto aos núcleos cooperativos. Os fatos estão mostrando o "assumir" gradativo da mulher em suas lutas dentro da Cooperativa, dos sindicatos, de suas comunidades, das associações de mulheres, nos partidos políticos. A própria Comissão organizadora do IV Encontro Integração, ao fazer uma avaliação da participação da mulher, chegou à conclusão de que a mulher tem todas as condições de levar a diante o seu trabalho, objetivando abrir espaços para a sua participação na sociedade, buscando sempre um mundo mais humano e mais justo, onde homens e mulheres sejam vistos e tratados como seres humanos. "Quem deverá se organizar e liderar esta luta são as próprias mulheres, quer seja na família, ou em qualquer segmento da sociedade". Acreditamos que se a mulher usar todos os possíveis espaços de

atuação na sociedade, ela estará contribuindo para tornar o cooperativismo e a sociedade brasileira mais democrática.

O GRITO DO CAMPO

Sob o mesmo clima de organização, os produtores gaúchos e trabalhadores rurais - em torno de 40 mil - deram o grito do campo, protestando contra a atual política agrícola adotada pelo governo. O quadro social da Cotrijuí e dos Sindicatos na sua área de ação, fizeram-se presentes. Esse movimento demonstrou que o produtor rural está conscientizado e que o cooperativismo gaúcho tem força e organização, bem como está disposto a contribuir com idéias para o novo plano de emergência.

Assim sendo, podemos dizer que 1984 foi o marco das reivindicações das mais diversas classes. Isso quer dizer que a situação do povo brasileiro não está boa, mas só vai melhorar quando as autoridades competentes pararem para atender as reivindicações do povo. E o que se percebe entre o quadro social e seus familiares é o desejo de mudanças para melhorar não apenas a sociedade brasileira, mas também o sistema cooperativista.

Departamento de Comunicação e Educação da Cotrijuí - Ijuí.

Atividades desenvolvidas em 1984

REUNIÕES	R. Pioneira		D. Pedrito	
	Nº de reuniões	Particip.	Nº de reuniões	Particip.
Com associados	327	5.829	14	-
Com esposas e filhas de associados	835	13.623	-	-
Com líderes de núcleos e representantes eleitos	90	1.034	15	-
Com novos associados	9	136	-	-
Seminários situação econômica financeira da Cotrijuí	38	1.155	-	-
Representantes de núcleos cooperativos de esposas e filhas de associados	17	374	-	-
Palestras nas Escolas	51	1.705	-	-
Com familiares de func. Produtores de lã	14	264	-	-
De produtores	-	-	2	-
Comissão de estudo da reestruturação	-	-	5	-
Conselho do Arroz	-	-	3	-
Inseminação artificial	-	-	3	-
Pecuaristas	-	-	1	-
Produtores de semente	-	-	2	-
Conselho de compras	-	-	2	-
Conselho de lã	-	-	1	-
	-	-	3	-

LAVOURA DO MÊS

A variedade de cebola preferencial para a região é a **Baia Periforme** e a semente já está disponível na **Cooperativa**. Para implantar uma boa lavoura de alho, a escolha do local é fundamental e a partir de março se deve encaminhar a lavoura.

O mês de janeiro foi um período de temperaturas muito altas e pouca chuva, o que prejudicou o desenvolvimento das hortaliças, especialmente nas hortas domésticas onde a irrigação é insuficiente. Observou-se a germinação das sementes e as plantinhas novas morrerem ao sair do solo, o que é uma consequência da terra estar muito quente e, se irrigado, surgiram doenças na planta e se não irrigado também não se desenvolver.

Para resolver essa situação em hortas domésticas pode-se utilizar esteiras ou folhas de coqueiro, de tal maneira a proporcionar algum sombreamento nos canteiros. A recomendação de aplicar água quente nos canteiros antes de semear, que se fazia no mês anterior, continua válido, sendo importante nas sementeiras a serem efetuadas até metade de março, quando a temperatura do solo continua alta e pode prejudicar as sementeiras.



CEBOLA

As cebolas colhidas na safra passada estão se conservando bem, situação beneficiada pelo fato de terem sido colhidas em período seco e completamente curadas.

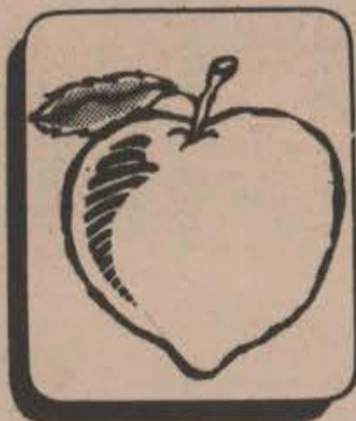
Agora já é hora de se iniciar as atividades para a próxima safra de cebola. Aqueles que preferem colher cebola de tamanho maior devem iniciar a semeadura no cedo, ou seja, início de março já podem iniciar o trabalho.

O primeiro e talvez o mais importante passo é escolher a variedade a ser cultivada e em seguida obter sementes de boa qualidade. A região Pioneira da Cotrijuí é adequada ao cultivo da variedade **Baia Periforme**, que tem dado excelente

resultado, em resistência a doenças e produtividade.

A Cooperativa já dispõe de sementes da variedade **Baia Periforme** produzidas em Dom Pedrito e que deverão também neste ano apresentar o mesmo padrão de qualidade dos anos anteriores.

A recomendação de nossa horta modelo de cultivar 2000 plantas de cebola em março exige que se semeie em torno de 20 gramas de sementes ainda em fevereiro, que assim se obterá suficiente quantidade de mudas.



FRUTIFERAS

O verão neste ano não tem sido muito favorável ao crescimento das mudas novas, ou seja, as plantadas no inverno passado. As poucas chuvas e o excesso de calor têm feito com que as mudas cítricas apresentassem pouco crescimento. Já as mudas das outras espécies como pessegueiros, macieiras, etc. têm apresentado bom cres-

cimento, principalmente naquelas mudas onde se aplicou água durante o período seco.

As figueiras nesta época são atacadas pela broca dos ponteiros, que perfura a extremidade das brotações e ataca também os frutos, prejudicando muito a produção. A prevenção a esta praga é eficientemente conseguida pela utilização de armadilhas luminosas, que podem ser simples queimadores a óleo ou lâmpadas sobre um recipiente com óleo queimado, no qual o inseto adulto fica preso.

O caquizeiro entra em produção nos próximos dias o que mostra a importância desta frutífera por produzir em época em que há poucas frutas e esta então amadurece. Lembro o fato do caqui praticamente não ser atacado por pragas e doenças, pelo que deverá ser uma frutífera sempre presente nos pomares domésticos da região.

As cítricas laranja, limão, bergamota, que na primavera apresentaram problema de queda de frutos jovens estão agora se desenvolvendo bem e não necessitam maior atenção por parte do produtor.

Lembra-se que a partir de março estará se dando atenção especial ao plantio de trevos nos pomares, sendo que a partir de agora os interessados já podem fazer contato com o Depto. Agrônomo.



ALHO

A safra passada apresentou um produto de qualidade média, com o problema de muitos produtores terem cultivado um produto de tamanho pequeno, o que prejudica a sua classificação comercial. Esta situação foi resultado de dois fatores principais, ou sejam, o ataque de trips, o qual não foi possível controlar adequadamente em muitas lavouras e um período de pouca chuva, exatamente quando as variedades tardias (**Portela** e **Roxo**) estão aumentando o tamanho dos bulbos.

A próxima safra espera-se que seja melhor e os primeiros passos devem ser dados agora, pela escolha de uma área com média fertilidade, que não seja muito úmida e que não seja muito viçada, de preferência pouco inclinada, pois o alho é uma cultura muito aberta, onde as chuvas com facilidade podem levar o solo e prejudicar a lavoura.

A Cooperativa já dispõe de sementes das varie-

dades **Roxo** e **Portela** para distribuição aos interessados.



BATATA

A safrinha de batata é desenvolvida com lavouras plantadas a partir da metade de fevereiro. A batata está em condições de colheita a partir dos 70 dias do plantio. Assim, se plantada nesta época e não ocorrerem geadas em abril, há possibilidade de se obter bons resultados com esta atividade.

Um aspecto fundamental para o cultivo da safrinha é que a batata deve estar bem brotada, para com isso ganhar tempo no desenvolvimento das plantas. As sementes a serem distribuídas pela Cooperativa já estão tratadas com brotador para assegurar a uniformidade das lavouras.

A área de batata pode ser aquela onde houve feijão no cedo e que normalmente é uma área de boa fertilidade. Lembra-se que deverá ser evitada área onde já houve cultivo de batata em anos passados.

QUADRO DE ÉPOCAS DE SEMEADURA/VARIEDADES/ÁREA

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Rapallo			12 m ² Coração de Boi e Metzuke				12 m ² Metzuke e Chumbinho				12 m ² Metzuke e Chumbinho	
Couve			12 m ² Manteiga				12 m ² Manteiga					
Rabanete	4 m ² Saxa, Redondo vermelho		4 m ² Saxa, Redondo vermelho		4 m ² Saxa, Redondo vermelho		4 m ² Saxa, Redondo vermelho		4 m ² Saxa, Redondo vermelho		4 m ² Saxa, Redondo vermelho	
Rúcula	6 m ² Cultivada			8 m ² Cultivada			6 m ² Cultivada			6 m ² Cultivada		
Cenoura			18 m ² Nantas						18 m ² Kuroda			
Alface	12 m ² Kagraner e Maravilha verão		12 m ² Boston Branca e Rainha Mai		12 m ² Boston Branca e Rainha Mai		12 m ² Boston Branca e Rainha Mai		12 m ² Kagraner e Maravilha verão		12 m ² Kagraner e Maravilha verão	
Beterraba			18 m ² Tall Top						18 m ² Tall Top			
Tomate	50 plantas Yokota							50 plantas Kada, P. Gig.				
Pepino	50 plantas Wisconsin							50 plantas Wisconsin			50 plantas Ginco	
Cebola			2.000 plantas Baia Periforme	2.000 plantas Baia Periforme								

COLHEITA DO MÊS: (para quem segue as sugestões do plantio do acima): Rabanete, Alface, Couve, Rúcula, Cenoura, Tomate, Pepino, Cebola e Rapallo

O saldo da estiagem

A quebra na lavoura de soja pode ficar em 10%

Passado o susto, os produtores tentam agora contabilizar os prováveis prejuízos que possam ter ocorrido em razão da estiagem que castigou as lavouras de quase todo o Estado durante o mês de janeiro. A estiagem só apertou mesmo a partir do dia 15, quando por quase três semanas não caiu uma chuva sequer em toda a região. E os produtores só saíram do sufoco na primeira semana de fevereiro, quando as chuvas começaram a regularizar. As chuvas que ocorreram nas primeiras semanas de janeiro foram insuficientes e irregulares. Não passaram de pequenas pancadas esparsas.

Há quem diga que a estiagem não passou de um grande susto e que as quebras na lavoura não foram tão acentuadas como se tem falado. O Renato Borges de Medeiros, diretor do Departamento Agrônomo da Cotrijui, acha que o produtor só vai poder medir de forma mais exata a extensão de seus prejuízos por ocasião da colheita. Mas de qualquer forma ele calcula que a quebra na lavoura de soja tenha ficado por volta de 10 por cento, "isso de forma generalizada, pois se sabe que algumas regiões foram menos castigadas pela estiagem do que outras". Um fato positivo que deve ser levado em conta é o grau de recuperação que a soja vem tendo com as últimas chuvas. Até mesmo as variedades precoces, as mais castigadas, podem apresentar surpresas, dado ao nível de recuperação das plantas.

A falta de chuvas prejudicou principalmente as variedades IAS-5, Paraná,

BR-2 e Planalto — precoces — que se encontravam em plena floração e formação de vagens e já começavam a ameaçar a soja de ciclo médio, que também começava florescer. A soja de ciclo tardio teve o seu desenvolvimento um pouco retardado, apresentando inclusive pouca massa verde, mas ainda tem chances de se recuperar, desde que o tempo corra normal daqui para frente.

O milho foi a cultura que mais perdeu com a estiagem. "Isso vem comprovar mais uma vez", ressalta o Renato Medeiros, que os riscos com o plantio tardio do milho são bem maiores, pois a floração — período em que a planta mais necessita de umidade — ocorre justamente nos meses de dezembro e janeiro, época propícia para a ocorrência de secas". De uma forma global, os prejuízos na lavoura de milho da Região Pioneira, área de ação da Cotrijui, podem ficar ao redor de 25 a 30 por cento.

A estiagem no Rio Grande do Sul também prejudicou a lavoura de arroz irrigado, devido a redução dos mananciais de água. A região mais castigada pela falta de chuva no período de janeiro foi a da fronteira com a Argentina, entre Itaqui e São Borja, onde as quebras no arroz podem ser bem acentuadas.

A ESTIAGEM NA REGIÃO

As quebras na lavoura de soja da região de Ijuí estão sendo estimadas em torno de 10 a 15 por cento. Assim como nas demais regiões, as variedades precoces foram as mais atingidas. A última chuva re-



O milho sofreu mais com a seca

gular que caiu na região foi a do dia 15 de janeiro, com uma precipitação de 32 mm. Uma outra chuva caiu no dia 21, mas a precipitação ficou em torno de 20 mm. As chuvas que caíram nos dias 2 e 3 de fevereiro, não somaram mais do que 24 mm.

Se a quebra na região fechar mesmo em 10 por cento, o produtor vai colher uma média de 1.520 quilos por hectare, isso considerando uma estimativa inicial de 1.680 quilos por hectare. Deixarão de ser colhidas na região em torno de 46.000 toneladas de soja.

Para a lavoura de milho, as quebras estão sendo estimadas em 30 por cento. O milho plantado no mês de outubro, teve uma maturação forçada e o grão está apresentando baixo peso. O milho plantado em dezembro, ainda tem chance de se recuperar, desde que não ocorram geadas precoces. A estimativa inicial de colheita era de 2.500 quilos, mas depois da quebra, as previsões caem para 1.750 quilos por hectare.

Tanto para a lavoura de feijão como para a de arroz de sequeiro está se estimando uma quebra por volta de 20 por cento. O arroz foi prejudicado já pela estiagem de novembro, atrasando o desenvolvimento e o perfilhamento das plantas. A quebra no sorgo é menor, podendo girar ao redor de 10 por cento.

Na região de Chiapetta a quebra na lavoura de soja pode ficar em 15 por cento. As chuvas registradas nos dias 7, 8, 9 e 10 — as primeiras regulares depois da estiagem — somando uma precipitação total de 92 mm, foram excelentes para a recuperação das lavouras de um modo geral. Em Tenente Portela, dado o adiantado estágio de desenvolvimento das lavouras de soja, mesmo as precoces, os prejuízos não são de assustar e talvez nem cheguem a 10 por cento. As variedades de ciclo médio foram as mais atingidas. O milho sofreu muito pouco os efeitos da estiagem, a não ser o da região de Miraguai, onde os prejuízos podem chegar a 25 por cento.

A pior situação talvez tenha ocorrido na região de Ajuricaba, onde os produtores estão estimando uma quebra de 50 por cento para a soja precoce; 20 por cento para a soja de ciclo médio e 30 por cento para a soja do tarde. Na média geral, a quebra deverá fechar em 30 por cento. O milho plantado no cedo deverá apresentar no final da colheita uma quebra de 40 por cento, enquanto que o do tarde foi totalmente prejudicado. A quebra na lavoura de arroz deverá ficar em 50 por cento; a do feijão em 58 por cento e a do sorgo em 35 por cento.

As lavouras da região de Augusto Pestana, além de passarem a safra meio livre das pragas, também não foram muito atingidas pela estiagem. Os prejuízos deverão ser mínimos, isso se acontecerem. Já na região de Santo Augusto, a quebra na lavoura de soja poderá ficar em 20 por cento, enquanto que a estimativa de quebra para o milho é de 30 por cento. As lavouras da região de Jóiá, principalmente as de soja, não deverão apresentar grandes prejuízos em função da falta de chuva. Durante todo o mês de janeiro foram registradas algumas chuvas esparsas, que não chegaram a atingir, no total, uma precipitação de 35 mm. A lavoura de milho foi a mais atingida e os prejuízos poderão chegar a 35 por cento. A lavoura de arroz poderá ter uma quebra de 20 por cento, a do feijão 15 por cento e a do sorgo 10 por cento.

Para os agricultores, apenas um susto

As chuvas que caíram no início do mês de fevereiro serviram para tirar os Fachin do sufoco, pois tanto o seu Duílio — o pai — como seus filhos — Florindo José e Vanderlei —, já estavam até pensando que mais uma vez ia se repetir a seca do ano passado. Mas nem mesmo as chuvas que caíram nos últimos dias, consideradas muito boas para a recuperação das lavouras, foi suficiente para evitar que seu Duílio começasse a computar as quebras. Os Fachin plantam 75 hectares na localidade de Boa Esperança, em Ijuí e mais 225 em Sorrisos, no município de Nobres no Mato Grosso.

"A seca foi braba", lamenta seu Duílio. Eles contam que até uma lavoura plantada numa várzea já estava sofrendo com a falta d'água. "A gente já estava pensando que ia dar outra seca igual a do ano passado", diz seu Duílio, contando ainda que muita soja amarelou na lavoura. "Amarelou muito pedaço de planta pelo meio das lavouras. Até nas várzeas a soja começou a murchar".

A soja precoce foi a mais atingida pela estiagem. A seca pegou a planta bem na floração, "que não chegou a segurar", explica o Vanderlei. A quebra estimada pelos Fachin para a soja precoce anda por volta de 30 por cento. "Nessa lavoura não tivemos qualquer problema de germinação porque choveu no final de novembro e início de dezembro. As chuvas que vieram depois não foram grande, mas ajudaram no desenvolvimento da planta", conta Florindo. O pior mesmo foi a estiagem de 15 de janeiro até início de fevereiro. "Essa sim judiou das plantas". Com a soja do tarde o estrago foi menor e a quebra estimada pode ficar em 15 por cento. A



Duílio Fachin



Luiz Kusiak



Lúcio Gelrize

chuva prejudicou a cultura bem na fase de crescimento, "mas ela tem chance de se recuperar, desde que daqui pra frente não falte mais chuva", explica seu Duílio.

Mas os prejuízos dos Fachin foram maiores ainda com o milho. O milho plantado no cedo, teve uma quebra que está sendo estimada em 50 por cento. "O milho está ralo e com poucos grãos nas espigas", conta o Vanderlei. As variedades mais tardias se comportaram melhor e até não sofreram tanto com a falta de chuva.

REAÇÃO

"A estiagem nos castigou um pouco", diz seu Luiz Kusiak, que plantou 100 hectares de lavoura em Santo Antônio das Missões e mais outro tanto na Linha 5 Leste, em Ijuí, junto com seu filho e mais um genro. As lavouras que mais sofreram, foram as localizadas em Santo Antônio. "Aqui na região, depois da chuva, a lavoura deu uma boa reagida e até acredito que a porcentagem de perda seja muito pequena", conta ele.

Seu Luiz plantou soja precoce, do ciclo médio e tardio, "mas elas estão parêlhas. Não dá pra dizer que a precoce sofreu mais que a do tarde". O que mais assustou o seu Luiz foi um ataque violento de broca, que judiou bastante das plantas. "Acho que foi justamente por causa da seca que me apareceu broca na lavoura, pois o ataque mais forte aconteceu justamente quando a estiagem apertou mesmo".

As lavouras localizadas em Santo Antônio das Missões foram as mais castigadas pela falta de chuva. "O terreno de lá é mais seco que o daqui, mas a minha esperança é que a quebra não seja muito grande, já que quase toda a lavoura é de soja tardio", conta. O seu Luiz plantou soja de ciclo precoce nas várzeas e este ele garante que não sofreu tanto como aqui. Na última semana choveu perto de 100mm em Santo Antônio, que ajudou a recuperar a planta. "No finalzinho de janeiro deu uma chuvinha e logo depois, no dia 2 de fevereiro caiu mais outra. Foram chu-

vas pequenas que não ajudaram mas que fizeram com que a planta estacionasse". Não plantou milho naquela região, mas viu muito vizinho perder toda a lavoura por causa da seca. "A seca prejudicou demais o milho. O pessoal não vai colher nada".

Lúcio Gelrize, proprietário de 15 hectares, em Fundo Grande (Augusto Pestana) plantou apenas soja nessa safra, em 12 hectares, e acha que o susto provocado pela estiagem de janeiro foi maior que o prejuízo. A falta de chuvas atingiu principalmente a soja do cedo, das variedades IAS-5 e Bragg. "Quando começou a florescer, faltou chuva e a planta não segurou a vagem", conta ele, que chegou a estimar a quebra, nessa área, em torno de 50 por cento. No dia 12 de fevereiro, ele refez sua previsão, e acha que vai perder menos, por causa das chuvas do início do mês.

O restante da lavoura, a variedade é a BR-4, que não chegou a ser prejudicada pela estiagem. Ele espera colher, na área com essa variedade, uns 30 sacos por hectare, e acredita que este rendimento irá compensar a quebra na lavoura do cedo. Até a safra passada, Lúcio plantou milho mas desistiu, apostando tudo na soja. "A estiagem causou uma quebra de 60 a 70 por cento, e além disso o preço do milho não compensa", explicou ele.

Lúcio está em situação confortável, se comparado com a maioria dos pequenos agricultores, que ficam diante da ameaça de uma frustração. Se a quebra na soja fosse grande, caso a seca persistisse, ele não teria que dar explicações aos bancos. Há quatro ou cinco anos Lúcio planta por conta, e não quer nem ouvir falar de dinheiro emprestado.

Caderno de Balanço

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.84



COTRIJUÍ

Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO 1984

ATIVO

CIRCULANTE	<u>135.461.222,013</u>
DISPONIBILIDADES	<u>2.604.258,912</u>
BENS NUMERARIOS	97.481.510
DEPOSITOS BANCARIOS A VISTA	2.506.777,402
CLIENTES	<u>26.567.692,882</u>
DUPLICATAS A RECEBER	17.113.714,646
TITULOS DESCONTADOS	(3.529.448,776)
PROVISAO PARA CREDITO LIQUIDACAO DUVIDOSA	(187.847,191)
CLIENTES NO EXTERIOR	13.171.274,203
ASSOCIADOS	<u>27.865.072,316</u>
CONTA MOVIMENTO	18.995.961,693
CONTA FINANCIAMENTO - REPASSE	2.373.892,964
CONTA PROMISSORIA A RECEBER	3.885.447,218
NOTAS PROMISSORIAS - INSUMOS E SACARIA	2.609.770,441
OUTROS CREDITOS	<u>17.707.912,010</u>
APLICACOES FINANCEIRAS	377.514,097
NOTAS PROMISSORIAS	15.406.525,050
ANTECIPACAO A FORNECEDORES	529.889,627
CHEQUES EM COBRANCA	59.599,769
ADIANTAMENTO DE VIAGEM	9.460,000
CREDITOS DE FUNCIONARIOS	498.115,677
CREDITO DE COOPERATIVAS CENTRAIS	91.020,338
CREDITO DE ARMAZENAGEM	17.922,661
CREDITOS FISCAIS	10.924,115
OUTROS CREDITOS	706.940,676
ESTOQUES	<u>58.593.445,608</u> (NOTA 07)
DESPESAS EXERCICIO SEGUINTE	<u>2.122.840,285</u>
DESPESAS FINANCEIRAS	841.606,547
OUTRAS DESPESAS	1.281.233,738
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	<u>22.067.475,761</u>
ASSOCIADOS	<u>16.902.386,542</u>
CONTA FINANCIAMENTO - REPASSE	16.864.293,092
CONTA PROMISSORIA CAPITALIZACAO	38.095,450
OUTROS CREDITOS	<u>5.165.089,219</u>
EMPRESAS SUBSIDIARIAS E COLIGADAS	1.725.254,093 (NOTA 09)
INVESTIMENTOS A REALIZAR	2.135.874,937
DEPOSITOS JUDICIAIS	21.337,706
VALORES A RECEBER	1.282.622,483 (NOTA 08)
PERMANENTE	<u>413.453.422,940</u>
INVESTIMENTOS	<u>11.379.029,393</u>
PART. EMPR. SUBSIDIARIAS	3.768.362,289 (NOTA 09)
PARTICIPACAO COOPERATIVAS E CENTRAIS	6.979.964,923
OUTRAS PARTICIPACOES	587.582,468
PARTICIPACAO POR INCENTIVOS FISCAIS	43.119,713
IMOBILIZADO	<u>400.536.871,261</u>
VALOR HISTORICO - CORRIGIDO	458.806.379,013 (NOTA 10)
DEPRECIACAO ACUMULADA	(58.269.507,752) (NOTA 10)
DIFERIDO	<u>1.537.522,286</u>
DESPESAS PRE OPERACIONAIS (PROJ. AMAZONIA)	1.288.751,567
BENFEITORIAS EM PREDIOS DE TERCEIROS	318.819,382
AMORTIZACAO ACUMULADA	(70.048,663)
TOTAL DO ATIVO	<u>570.982.120,71</u>

PASSIVO

CIRCULANTE	<u>199.695.419,266</u>
ASSOCIADOS	<u>54.501.897,685</u>
CONTA SAFRAS A LIQUIDAR	24.518.540,479
CONTA PARTICULAR	9.785.357,204
DEBITOS DE FINANCIAMENTOS, (NOTA 11)	<u>114.880.846,314</u>
FINANCIAMENTOS	<u>93.526.000,717</u>
CONTRATOS DE CAMBIO	21.354.845,597
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTARIAS	<u>9.349.997,088</u>
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	7.389.268,510
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	966.233,804
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	994.494,774
OUTROS DEBITOS	<u>41.162.678,181</u>
FORNECEDORES	16.450.099,718
COMPROMISSOS APROPRIADOS	13.210.218,126
ANTECIPAÇÃO DE CLIENTES	10.298.430,404
MERCADORIAS A ENTREGAR	840.452,254
COOPERATIVAS CENTRAIS	363.477,679
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	<u>36.107.508,343</u>
FINANCIAMENTOS, (NOTA 11)	17.812.231,088
ASSOCIADOS	7.498.419,315
CAPITAL A REALIZAR EM OUTRAS EMPRESAS	127.008,151
EMPRESAS SUBSIDIARIAS E COLIGADAS, (NOTA 09)	10.669.849,789
RECEITA EXERCICIO SEGUINTE	<u>2.792.969,118</u>
SAFRA DE LA	1.673.887,689
ENCARGOS FINANCEIROS	1.119.081,429
PATRIMONIO LIQUIDO	<u>552.586.225,987</u>
CAPITAL SOCIAL, (NOTA 12)	<u>38.582.580,208</u>
SUBSCRITO	39.071.296,602
A REALIZAR	(11.679.394,332)
REALIZADO POR FINANCIAMENTO	11.190.677,938
RESERVA DE SOBRAS	<u>4.225.459,805</u>
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	3.434.423,206
FUNDO DE ASSISTENCIA TECNICA EDUC. E SOCIAL	791.016,597
RESERVA DE CAPITAL	<u>300.798.684,358</u>
CORREÇÃO MONETARIA DO CAPITAL	6.442.693,735
RESERVA DE EQUALIZAÇÃO PORT. 336/83	241.912.921,368
RESERVA PROJETO AMAZONIA	280.000,000
FUNDO DE RESERVA	25.676,173
RESERVA DE SOBRAS INFLACIONARIAS	52.137.393,082
SOBRAS E PERDAS	(11.220.480,382)
TOTAL DO PASSIVO	<u>570.982.120,714</u>

IJUI(RS), 31 DE DEZEMBRO DE 1984

RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 056268970-20

ARNALDO OSCAR DREWS
VICE-PRESIDENTE
CPF: 029619460-34

CLOVIS ADRIANO FARINA
SUPERINTENDENTE
CPF: 010133350-15

CARLOS GILBERTO KRAUSE
TECNICO CONTABIL
CPF: 093483010-04
CRC-RS 31357

DEMONSTRATIVO DE SOBRAS E PERDAS - EXERCICIO 1984

1- REGIAO PIONEIRA

1.1.- TRIGO INDUSTRIA

RECEITAS	23.530.608,690
VENDAS AO BANCO DO BRASIL	23.425.417,070
VENDAS DE RESIDUOS	4.957,982
ARMAZENAGEM	100.233,638
CUSTO E DESPESAS	23.361.540,243
CUSTO DE VENDAS	23.235.687,931
DESPESAS	125.852,312
REDITO	169.068,447

1.2.- SEMENTE DE TRIGO

RECEITAS	4.142.691,216
VENDAS	2.492.893,043
TRANSFERENCIAS	1.649.798,173
CUSTO E DESPESAS	3.693.164,722
CUSTO DE VENDAS	1.663.753,668
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	1.194.889,668
DESPESAS	834.521,386
REDITO	449.526,494

1.3.- SOJA INDUSTRIA

RECEITAS	116.921.767,697
VENDAS MERCADO INTERNO	32.250.470,855
VENDAS DE RESIDUOS	8.633,030
TRANSFERENCIAS	84.662.663,812
CUSTO E DESPESAS	115.761.645,063
CUSTO DE VENDAS	30.506.959,981
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	82.994.679,765
DESPESAS	2.260.005,317
REDITO	1.160.122,634

1.4.- SOJA SEMENTE

RECEITAS	12.577.028,380
VENDAS	5.939.520,017
TRANSFERENCIAS	6.637.508,363
CUSTO E DESPESAS	11.046.864,935
CUSTO DE VENDAS	3.969.347,421
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	4.424.034,808
DESPESAS	2.653.482,706
REDITO	1.530.163,445

1.5.- MILHO

RECEITAS	3.223.913,126
VENDAS	2.102.505,814
TRANSFERENCIAS	1.121.407,312
CUSTO E DESPESAS	3.125.326,978
CUSTO DE VENDAS	1.738.758,679
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	1.101.265,930
DESPESAS	285.302,369
REDITO	98.586,148

1.6.- FEIJAO PRETO

RECEITAS	375.588,876
VENDAS	44.430,961
TRANSFERENCIAS	331.157,915
CUSTO E DESPESAS	371.242,017
CUSTO DE VENDAS	41.263,171
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	316.195,434
DESPESAS	13.783,412
REDITO	4.346,859

1.7.- ARROZ

RECEITAS	168.115,770
VENDAS	59.266,010
TRANSFERENCIAS	108.849,760
CUSTO E DESPESAS	166.781,117
CUSTO DE VENDAS	52.838,465
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	101.077,752
DESPESAS	12.864,900
REDITO	1.334,653

1.8.- SORGO

RECEITAS	348.275,787
VENDAS	155.383,276
TRANSFERENCIAS	192.892,511
CUSTO E DESPESAS	333.456,206
CUSTO DE VENDAS	119.661,834
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	176.694,926
DESPESAS	37.099,446
REDITO	14.819,581

1.9.- CERVADA

RECEITAS	4.554.304,526
VENDAS	3.723.171,915
TRANSFERENCIAS	831.132,611
CUSTO E DESPESAS	4.283.448,218
CUSTO DE VENDAS	2.862.926,614
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	689.593,557
DESPESAS	730.928,047
REDITO	270.856,308

1.10- LINHAÇA

RECEITAS	2.508.713,294
VENDAS MERCADO INTERNO	253.471,575
EXPORTAÇÃO	1.776.814,200
TRANSFERENCIAS	478.427,519
CUSTO E DESPESAS	2.389.582,167
CUSTO DE VENDAS	1.445.424,101
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	379.050,890
DESPESAS	565.107,176
REDITO	119.131,127

1.11- COLZA

RECEITAS	124.197,832
VENDAS	62.076,872
TRANSFERENCIAS	62.120,960
CUSTO E DESPESAS	115.319,775
CUSTO DE VENDAS	39.626,885
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	55.528,869
DESPESAS	20.164,021
REDITO	8.878,057

1.12- FORRAGEIRAS

RECEITAS	1.372.819,402
VENDAS	812.289,802
TRANSFERENCIAS	560.529,600
CUSTO E DESPESAS	1.333.285,793
CUSTO DE VENDAS	715.393,875
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	497.304,723
DESPESAS	120.587,195
REDITO	39.533,609

1.13- HORTIGRANJEIROS

RECEITAS	2.641.316,183
VENDAS	2.015.712,322
TRANSFERENCIAS	625.603,861
CUSTO E DESPESAS	2.625.194,382
CUSTO DE VENDAS	1.574.300,155
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	587.564,227
DESPESAS	463.330,000
REDITO	16.121,801

1.14- AVEIA

RECEITAS	961.502,047
VENDAS	770.510,755
TRANSFERENCIAS	190.991,292
CUSTO E DESPESAS	912.768,919
CUSTO DE VENDAS	498.256,444
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	182.562,326
DESPESAS	231.950,149
REDITO	48.733,128

1.15- OUTROS GRAOS (TRIGUILHO, PAINÇO, ETC.)

RECEITAS	291.291.131
VENDAS	169.370.112
TRANSFERENCIAS	121.921.019
CUSTO E DESPESAS	285.573.969
CUSTO DE VENDAS	132.556.139
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	108.117.614
DESPESAS	44.900.216
REDITO	5.717.162

1.16- BOVINOS DE CORTE

RECEITAS	1.386.557.198
VENDAS	44.127.260
TRANSFERENCIAS	1.342.429.938
CUSTO E DESPESAS	1.383.818.097
CUSTO DE VENDAS	34.841.917
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	1.295.383.939
DESPESAS	53.592.241
REDITO	2.739.101

1.17- LAS E FRUTOS DO PAIS

RECEITAS	174.553.603
TRANSFERENCIAS	174.553.603
CUSTO E DESPESAS	164.399.221
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	145.236.444
DESPESAS	19.162.777
REDITO	10.154.382

1.18- LEITE

RECEITAS	5.665.341.944
VENDAS	5.665.341.944
CUSTO E DESPESAS	5.703.628.803
CUSTO DE VENDAS	5.471.614.437
DESPESAS	232.014.366
REDITO	(38.286.859)

1.19- SUINOS

RECEITAS	2.356.551.247
VENDAS	2.056.979.507
TRANSFERENCIAS	299.571.740
CUSTO E DESPESAS	2.310.567.443
CUSTO DE VENDAS	1.869.838.520
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	299.571.740
DESPESAS	141.157.183
REDITO	45.983.804

1.20- FABRICA DE OLEO

RECEITAS	8.344.334.945
VENDAS	6.008.366.020
TRANSFERENCIAS	2.333.253.050
EVENTUAIS	2.715.875
CUSTO E DESPESAS	8.231.135.934
CUSTO DE VENDAS	5.271.717.482
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	1.854.065.497
DESPESAS	1.105.352.955
REDITO	113.199.011

1.21- FABRICA DE RAÇAO

RECEITAS	2.095.861.612
VENDAS	177.493.849
TRANSFERENCIAS	1.918.367.763
CUSTO E DESPESAS	2.002.955.585
CUSTO DE VENDAS	186.005.834
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	1.592.240.991
DESPESAS	224.708.760
REDITO	92.906.027

1.22- CENTRAL DE MADEIRAS

RECEITAS	132.452.434
VENDAS	60.314.280
TRANSFERENCIAS	72.138.154
CUSTO E DESPESAS	104.759.680
CUSTO DE VENDAS	21.947.364
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	25.969.735
DESPESAS	56.842.581
REDITO	27.692.754

1.23- INSUMOS

RECEITAS	21.456.508.074
VENDAS	10.907.171.789
TRANSFERENCIAS	10.549.336.285
CUSTO E DESPESAS	20.161.249.496
CUSTO DE VENDAS	7.299.005.728
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	10.549.336.285
DESPESAS	2.312.907.483
REDITO	1.295.258.578

1.24- LOJAS E MERCADOS

RECEITAS	48.212.908.169
VENDAS DE MERCADORIAS	27.483.082.759
TRANSFERENCIAS	20.729.825.410
CUSTO E DESPESAS	45.933.311.012
CUSTO VENDAS DE MERCADORIAS	15.934.906.665
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	20.300.339.088
DESPESAS	9.698.065.259
REDITO	2.279.597.157

1.25- MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

RECEITAS	19.902.125
VENDAS	19.384.000
TRANSFERENCIAS	518.125
CUSTO E DESPESAS	23.567.965
CUSTO DE VENDAS	6.543.994
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	518.125
DESPESAS	16.505.846
REDITO	(3.665.840)

1.26- SEMEN

RECEITAS	26.091.105
VENDAS	25.905.795
TRANSFERENCIAS	185.310
CUSTO E DESPESAS	45.754.461
CUSTO DE VENDAS	8.930.572
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	185.310
DESPESAS	36.638.579
REDITO	(19.663.356)

1.27- SACARIA

RECEITAS	871.261.435
VENDAS	348.709.969
TRANSFERENCIAS	522.551.466
CUSTO E DESPESAS	824.136.849
CUSTO DE VENDAS	271.017.901
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	471.803.076
DESPESAS	81.315.872
REDITO	47.124.586

1.28- DEPARTAMENTO TECNICO

RECEITAS	95.406.577
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	95.406.577
CUSTO E DESPESAS	95.406.577
DESPESAS	1.353.116.816
RATEIO	(1.257.710.239)
REDITO	

1.29- D.A.M.S.

RECEITAS	1.002.317.265
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.002.317.265
CUSTO E DESPESAS	953.394.022
DESPESAS	933.394.022
REDITO	68.923.243

1.30- CENTRO DE TREINAMENTO

RECEITAS	233.132.066
EVENTUAIS	233.132.066
CUSTO E DESPESAS	233.232.066
DESPESAS	252.025.177
RATEIO	(18.893.111)
REDITO	
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	7.858.902.041

1.31- ENCARGOS FINANCEIROS

DESPESA FINANCEIRA REGIONAL	25.349.407,812
(-) RECEITA FINANCEIRA REGIONAL	8.973.626,317
DESPESA FINANCEIRA ADMINISTRACAO GERAL	21.556.081,849
(-) RECEITA FINANCEIRA ADMINISTRACAO GERAL.....	1.481.579,502
(-) SALDO CREDOR CORRECAO MONETARIA	25.172.853,122
DESPESA FINANCEIRA LIQUIDA	(11.277.430,720)

RESULTADO LIQUIDO DA REGIAO (3.418.528,679)

2- REGIAO RIO GRANDE**2.1.- TERMINAL**

RECEITAS	9.301.446,990
RECEITAS ORDINARIAS	9.301.446,990
CUSTO E DESPESAS	8.940.360,371
DESPESAS	8.940.360,371
REDITO	361.086,619

2.2.- FABRICA DE OLEO

RECEITAS	209.486.212,294
EXPORTACAO	144.411.164,906
VENDAS MERCADO INTERNO	13.718.895,385
TRANSFERENCIAS	39.873.009,009
RECUPERACOES	11.483.142,994
CUSTO E DESPESAS	202.771.308,491
CUSTO DE VENDAS	150.604.483,950
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	39.873.009,009
DESPESAS.....	12.293.815,532
REDITO	6.714.903,803

2.3.- MERCADO

RECEITAS	1.961.815,289
VENDAS	1.890.008,956
TRANSFERENCIAS	71.806,333
CUSTO E DESPESAS	1.924.309,501
CUSTO DE VENDAS	1.397.750,251
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	71.806,333
DESPESAS	454.752,917
REDITO	37.505,788

2.4.- COLONIA DE FERIAS

RECEITAS	36.459,274
VENDAS	36.459,274
CUSTO E DESPESAS	81.854,074
CUSTO DE VENDAS	22.264,136
DESPESAS	59.589,938
REDITO	(45.394,800)

RESULTADO OPERACIONAL BRUTO 7.068.101,410

2.5.- ENCARGOS FINANCEIROS

DESPESA FINANCEIRA REGIONAL	17.517.522,186
(-) RECEITA FINANCEIRA REGIONAL	2.063.278,949
DESPESA FINANCEIRA ADMINISTRACAO GERAL	18.910.526,383
(-) RECEITA FINANCEIRA ADMINISTRACAO GERAL.....	1.299.746,794
(-) SALDO CREDOR CORRECAO MONETARIA	19.833.157,004
DESPESAS FINANCEIRAS LIQUIDAS	(13.231.865,822)

RESULTADO LIQUIDO DA REGIAO (6.163,764,412)

3- REGIAO DOM PEDRITO**3.1.- TRIGO INDUSTRIA**

RECEITAS	313.292,169
VENDAS AO BANCO DO BRASIL	313.292,169
CUSTO E DESPESAS	309.720,413
CUSTO DE VENDAS	307.702,480
DESPESAS	2.017,933
REDITO	3.571,756

3.2.- SEMENTE DE TRIGO

RECEITAS	178.709,024
VENDAS	165.912,520
TRANSFERENCIAS	12.796,504
CUSTO E DESPESAS	137.555,889
CUSTO DE VENDAS	103.998,673
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	8.573,657
DESPESAS	24.983,559
REDITO	41.153,135

3.3.- SOJA INDUSTRIA

RECEITAS	7.300.421,916
VENDAS	71.787,349
TRANSFERENCIAS	7.228.634,567
CUSTO E DESPESAS	6.580.988,349
CUSTO DE VENDAS	68.564,510
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	6.042.968,503
DESPESAS	469.455,336
REDITO	719.433,567

3.4.- SOJA SEMENTE

RECEITAS	1.153.069,547
VENDAS	871.778,814
TRANSFERENCIAS	281.290,733
CUSTO E DESPESAS	1.039.235,459
CUSTO DE VENDAS	663.328,965
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	281.290,733
DESPESAS	94.615,761
REDITO	113.834,088

3.5.- MILHO

RECEITAS	130.194,604
VENDAS	43.641,734
TRANSFERENCIAS	86.552,870
CUSTO E DESPESAS	101.657,434
CUSTO DE VENDAS	28.636,281
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	52.853,753
DESPESAS	20.167,400
REDITO	28.537,170

3.6.- ARROZ

RECEITAS	37.114.408,371
VENDAS	23.213.021,201
TRANSFERENCIAS	13.901.387,170
CUSTO E DESPESAS	36.243.959,032
CUSTO DE VENDAS	18.867.417,905
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	13.557.207,621
DESPESAS	3.819.333,506
REDITO	870.449,339

3.7.- SORGO

RECEITAS	625.995,060
VENDAS	410.839,273
TRANSFERENCIAS	215.155,787
CUSTO E DESPESAS	581.619,448
CUSTO DE VENDAS	312.722,250
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	178.582,595
DESPESAS	90.314,603
REDITO	44.375,612

3.8.- FORRAGEIRAS

RECEITAS	344.863,308
VENDAS	193.235,784
TRANSFERENCIAS	151.627,524
CUSTO E DESPESAS	277.351,859
CUSTO DE VENDAS	126.689,138
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	105.429,673
DESPESAS	45.233,048
REDITO	67.511,449

3.9.- HORTIGRANJEIRO

RECEITAS	90.990,693
VENDAS	50.611,738
TRANSFERENCIAS	40.378,955
CUSTO E DESPESAS	64.052,427
CUSTO DE VENDAS	23.560,377
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	18.978,108
DESPESAS	21.513,942
REDITO	26.938,266

3.10- LAS

RECEITAS	4.253.616,547
VENDAS	4.194.293,702
TRANSFERENCIAS	59.322,845
CUSTO E DESPESAS	3.309.927,687
CUSTO DE VENDAS	2.527.830,079
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	59.322,845
DESPESAS	722.774,763
REDITO	943.688,860

3.11- FRUTOS DO PAIS	
RECEITAS	170.666.583
VENDAS	133.573.660
TRANSFERENCIAS	37.092.923
CUSTO E DESPESAS	157.491.105
CUSTO DE VENDAS	99.341.165
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	29.674.338
DESPESAS	28.475.602
REDITO	13.175.478
3.12- FRIGORIFICO	
RECEITAS	16.364.106.695
EXPORTAÇÃO	465.040.341
VENDAS MERCADO INTERNO	14.938.035.653
TRANSFERENCIAS	961.030.701
CUSTO E DESPESAS	16.320.162.276
CUSTO DE VENDAS	12.952.430.355
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	855.469.563
DESPESAS	2.512.262.358
REDITO	43.944.419
3.13- INSUMOS	
RECEITAS	2.291.902.421
VENDAS	2.291.902.421
CUSTO E DESPESAS	1.584.044.045
CUSTO DE VENDAS	1.115.277.576
DESPESAS	468.766.469
REDITO	707.858.376
3.14- MERCADOS	
RECEITAS	6.246.247.385
VENDAS DE MERCADORIAS	3.916.842.083
TRANSFERENCIAS	2.329.405.302
CUSTO E DESPESAS	5.805.221.356
CUSTO DE VENDAS	2.537.705.995
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	2.329.405.302
DESPESAS	938.110.059
REDITO	441.026.029
3.15- SEMEN	
RECEITAS	115.407.700
VENDAS	115.407.700
CUSTO E DESPESAS	102.809.087
CUSTO DE VENDAS	59.138.547
DESPESAS	43.670.540
REDITO	12.598.613
3.16- SACARIA	
RECEITAS	487.884.524
VENDAS	123.845.057
TRANSFERENCIAS	364.039.467
CUSTO E DESPESAS	418.364.117
CUSTO DE VENDAS	94.122.243
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	278.137.827
DESPESAS	46.104.047
REDITO	69.520.407
3.17- DEPARTAMENTO TECNICO	
RECEITAS	4.249.957
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.249.957
CUSTO E DESPESAS	4.249.957
DESPESAS	136.269.495
RATEIO	(132.019.538)
REDITO	
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	4.147.616.564
3.18- ENCARGOS FINANCEIROS	
DESPESA FINANCEIRA REGIONAL	9.208.213.512
(-) RECEITA FINANCEIRA REGIONAL	2.658.981.236
DESPESA FINANCEIRA ADMINISTRAÇÃO GERAL	17.935.427.390
(-) RECEITA FINANCEIRA ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.232.726.883
(-) SALDO CREDOR CORREÇÃO MONETARIA	14.493.460.889
DESPESA FINANCEIRA LIQUIDA	(8.758.471.894)
RESULTADO LIQUIDO DA REGIAO	(4.610.855.330)

4- REGIAO MATO GROSSO DO SUL

4.1.- TRIGO INDUSTRIA	
RECEITAS	20.713.008.250
VENDAS AO BANCO DO BRASIL	20.218.343.769
ARMazenagem	494.664.481
CUSTO E DESPESAS	20.074.041.767
CUSTO DE VENDAS	19.926.443.706
DESPESAS	147.598.061
REDITO	638.966.483
4.2.- SEMENTE DE TRIGO	
RECEITAS	4.348.127.905
VENDAS	2.656.700.138
TRANSFERENCIAS	1.691.427.767
CUSTO E DESPESAS	3.944.524.510
CUSTO DE VENDAS	2.139.868.920
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	1.414.285.640
DESPESAS	390.369.950
REDITO	403.603.395
4.3.- SOJA INDUSTRIA	
RECEITAS	109.660.112.909
EXPORTAÇÃO	28.229.367.748
VENDAS MERCADO INTERNO	55.429.320.444
TRANSFERENCIAS	26.001.424.717
CUSTO E DESPESAS	108.139.627.326
CUSTO DE VENDAS	68.677.467.271
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	24.000.422.749
DESPESAS	15.461.737.306
REDITO	1.520.485.583
4.4.- SEMENTE DE SOJA	
RECEITAS	14.854.107.359
VENDAS	7.313.121.608
TRANSFERENCIAS	7.540.985.751
CUSTO E DESPESAS	13.107.133.512
CUSTO DE VENDAS	6.014.944.648
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	5.619.434.333
DESPESAS	1.472.754.531
REDITO	1.746.973.847
4.5.- MILHO	
RECEITAS	2.253.525.426
VENDAS	1.965.060.107
TRANSFERENCIAS	288.465.319
CUSTO E DESPESAS	2.146.718.277
CUSTO DE VENDAS	1.581.329.285
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	248.741.242
DESPESAS	316.647.750
REDITO	106.807.149
4.6.- FEIJAO PRETO	
RECEITAS	332.816.465
VENDAS	128.403.794
TRANSFERENCIAS	204.412.671
CUSTO E DESPESAS	324.548.986
CUSTO DE VENDAS	98.182.508
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	188.247.323
DESPESAS	38.119.155
REDITO	8.267.479
4.7.- ARROZ	
RECEITAS	6.094.145.185
VENDAS	4.145.833.428
TRANSFERENCIAS	1.948.311.757
CUSTO E DESPESAS	5.410.472.842
CUSTO DE VENDAS	2.880.516.366
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	1.318.404.941
DESPESAS	1.211.551.535
REDITO	683.672.343

4.8.- SORGO	
RECEITAS	626.491.658
VENDAS	560.531.301
TRANSFERENCIAS	65.960.357
CUSTO E DESPESAS	553.751.527
CUSTO DE VENDAS	383.635.825
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	50.692.664
DESPESAS	119.423.038
REDITO	72.740.131
4.9.- FORRAGEIRAS	
RECEITAS	352.542.835
VENDAS	249.823.456
TRANSFERENCIAS	102.719.379
CUSTO E DESPESAS	310.670.548
CUSTO DE VENDAS	181.145.079
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	92.447.686
DESPESAS	37.077.783
REDITO	41.872.287
4.10- LEITE	
RECEITAS	1.734.821.222
VENDAS	1.734.821.222
CUSTOS E DESPESAS	1.753.120.035
CUSTO DE VENDAS	1.725.654.603
DESPESAS	27.465.432
REDITO	(18.298.813)
4.11- INSUMOS	
RECEITAS	14.071.692.211
VENDAS	9.939.616.465
TRANSFERENCIAS	4.132.075.746
CUSTO E DESPESAS	10.756.638.646
CUSTO DE VENDA	3.834.842.056
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	4.132.075.746
DESPESAS	2.789.720.844
REDITO	3.315.053.565
4.12- LOJAS E MERCADOS	
RECEITAS	18.547.580.254
VENDA DE MERCADORIAS	13.845.977.833
TRANSFERENCIAS	4.701.602.421
CUSTO E DESPESAS	16.722.405.624
CUSTO DE VENDAS	7.633.517.003
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	4.701.602.421
DESPESA	4.387.286.200
REDITO	1.825.174.630
4.13- SACARIA	
RECEITAS	176.799.111
VENDAS	34.138.581
TRANSFERENCIAS	142.660.530
CUSTO E DESPESAS	174.525.122
CUSTO DE VENDAS	28.981.243
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	122.485.987
DESPESAS	23.057.892
REDITO	2.273.989
4.14- DEPARTAMENTO TECNICO	
RECEITAS	154.043.922
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	154.043.922
CUSTO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	154.043.922
DESPESAS	649.994.340
RATEIO	(495.950.418)
REDITO	
4.15- D.A.M.S	
RECEITAS	120.407.781
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	120.407.781
CUSTO E DESPESAS	120.407.781
DESPESAS	131.083.835
RATEIO	(10.676.054)
REDITO	
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	10.347.592.068

4.16- ENCARGOS FINANCEIROS	
DESPESAS FINANCEIRA REGIONAL	9.554.476.065
(-) RECEITA FINANCEIRA REGIONAL	7.383.221.761
DESPESA FINANCEIRA ADMINISTRAÇÃO GERAL	21.524.111.391
(-) RECEITA FINANCEIRA ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.479.382.128
(-) SALDO CREDOR CORREÇÃO MONETARIA	16.781.902.081
DESPESAS FINANCEIRAS LIQUIDAS	(5.434.081.486)
RESULTADO LIQUIDO DA REGIAO	4.913.510.582
RESULTADO OPERACIONAL REGIONAIS	(9.279.637.839)
5- RESULTADO VENDA BENS ATIVO IMOBILIZADO	
RECEITAS	22.669.230.947
VENDAS	22.584.607.880
OUTRAS RECEITAS	84.623.067
CUSTO E DESPESAS	22.597.848.124
CUSTO VENDA BENS	22.697.848.124
REDITO	(28.617.177)
6- PROVISAO PARA CREDITOS LIQUIDAÇÃO DIVIDOSA	
REVERSAO	6.045.017
(-) FORMAÇÃO	(187.847.191)
7- COLIGADAS	
RESULTADO DE COLIGADAS	(1.730.423.192)
UTILIZAÇÃO SOBRA A REALIZAR INVESTIMENTOS RELEVANTES	1.944.302.787
8- RESULTADO DO EXERCICIO	
	(11.220.480.382)

JUL (RS), 31 DE DEZEMBRO DE 1984

RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 052268970-20

ARNALDO OSCAR DREWS
VICE-PRESIDENTE
CPF: 029619460-34

CLOVIS ADRIANO FARINA
SUPERINTENDENTE
CPF: 010133350-15

CARLOS GILBERTO KRAUSE
TECNICO CONTABIL
CPF: 093483010-04
CRC-RS 31357

NOTAS EXPLICATIVAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31.12.1984

NOTA 01- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- 1.1- Os produtos agrícolas encontram-se avaliados ao preço de liquidação. Os produtos industrializados ao custo de produção. Os produtos beneficiados estão avaliados com base nos percentuais do preço de venda, previstos na legislação vigente. As mercadorias, Insumos, Sacaria e Almoço, encontram-se avaliados aos preços da última compra. Todos os valores são inferiores aos preços de mercado vigentes e encontram-se líquidos de I.C.M.
- 1.2- Os investimentos em controladas foram avaliados pelo sistema de equivalência Patrimonial, com base no Patrimônio líquido da controlada em 31.12.84. Os investimentos em outras empresas estão valorizados ao custo de aquisição acrescidos de correção monetária.
- 1.3- Os valores arrolados no Permanente Diferido são corrigidos monetariamente e amortizados nos períodos previstos na legislação.
- 1.4- As obrigações junto as instituições financeiras, encontram-se com seus encargos apropriados até a data de encerramento do exercício social. As despesas cobradas de forma antecipada encontram-se diferidas proporcionalmente ao período de vigência dos contratos.

NOTA 02- RESULTADO INFLACIONÁRIO

O saldo credor da correção do Balanço no montante de Cr\$ 76.281.373.096, foi integralmente realizado no exercício, visto ser inferior aos valores das variações cambiais e correção monetária ocorridas no exercício e contabilizadas em contas de despesas.

NOTA 03- AMAZONIA

A Cotrijui é proprietária de 396.150 ha, localizada entre os KM 75 e 185 da rodovia Transamazônica, registrados contabilmente por Cr\$ 280.533.757. Todos valores dispendidos na área estão escriturados em conta especial, que, com as correções devidas atinge a data do balanço, o montante de Cr\$ 1.288.751.567. Levando-se em consideração os preços praticados na área (média no ano de Cr\$ 207.000 o ha), a referida propriedade apresenta um valor de venda de Cr\$ 82.003.050.000, sem levar em consideração a exploração da madeira existente na referida área.

NOTA 04- TERMINAL

Devidamente autorizada pela sua assembléia Geral, a Cotrijui está em tratativas finais para a venda de seu Terminal Marítimo para a Portobrás. Segundo os próprios órgãos governamentais o montante do referido bem está avaliado em 2.915.462 ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional).

NOTA 09- EMPRESAS CONTROLADAS

As participações em Empresas Subsidiárias apresentam a seguinte composição:

EVENTOS / EMPRESAS	COTRIEXPOR CIA COM. INTERNACIONAL	ISNT.RIOGR.FE- BRE APTOSA LTDA	COTRIDATA PROC DADOS LTDA.	HOSPITAL BOM PASTOR S/A	TRANSCOOPER TRANSPORT.LTDA.
Capital Social	1.217.713.470	90.000.000	100.000.000	87.198.319	300.000.000
Patrimônio Líquido	434.759.578	1.530.151.592	918.394.646	454.673.150	671.657.781
Participação Acionária	291.271.526	1.486.787.095	909.210.699	445.261.415	635.831.554
Participação %	66,99	97,16	99,00	97,93	94,66
Lucro Líquido	(9.793.296.785)	349.393.322	40.435.529	(17.882.764)	2.939.792
(*)Saldo em Conta Corrente	(10.356.789.358)	331.046.455	(304.956.274)	1.031.279.281	354.824.200
Saldo em Clientes	2.008.297	-	179.278	-	62.455.268
Participação do BNCC %	32,35	-	-	-	-
Participação Terceiros %	0,66	2,84	1,00	2,07	5,34

(*) Cotricaymann (9.193.169.045)
Cotriexport Seguradora 8.104.157
Cotriexport-Cia Com.Int. (1.171.724.470)

NOTA 05- CONTINGÊNCIAS FISCAIS

No exercício de 1984 a Cotrijui creditou-se do montante de Cr\$ 10.002.636.719, referente a ICM recolhido indevidamente sobre exportação de Farelo de Soja. O referido crédito foi utilizado após parecer de empresa de consultoria fiscal especialmente contratada. De conformidade com as determinações legais, o referido crédito foi comunicado a Coordenadoria Regional de Rio Grande nos prazos pertinentes. O evento encontra-se pendente de julgamento, ainda na esfera administrativa estadual.

NOTA 06- OPERAÇÃO UNIDADE INDUSTRIAL

No exercício 1984, com a devida autorização do Conselho de Administração foi vendida à Ceval- Agro Industrial S/A a unidade Industrial, sediada junto ao Super Porto de Rio Grande. A entrega efetiva somente ocorreu durante a 1ª quinzena de janeiro/85. Os valores e reflexos desta operação se encontram considerados no Balanço.

NOTA 07- ESTOQUES

A composição dos estoques em 31.12.84 apresentava a seguinte Constituição:

EXISTENCIAS

Produtos Agrícolas	11.583.148.965
Produtos Pecuários	2.529.267.608
Produtos Industrializados	14.541.925.080
Produtos Beneficiados.....	380.239.137
Mercadorias - Insumos	10.407.527.516
Mercadorias - Lojas e Mercados	16.378.085.333
Comercio em Geral	882.109.374
Outros Estoques	1.891.142.595
T O T A L	58.593.445.608

NOTA 08- VALORES A RECEBER A LONGO PRAZO

O Saldo está representado pelos seguintes valores:

CONTAS:	Cr\$
Contas em Execução	1.282.622.483
T O T A L	1.282.622.483

Os valores arrolados neste grupo se originam de operações realizadas em exercícios anteriores.

A classificação como Longo Prazo, deve-se ao fato de que sua realização não é imediata, dadas as características dos valores em questão.

Através de nosso departamento de Cobrança e Assessoria Jurídica, estamos tomando as medidas Administrativas e Judiciais cabíveis, no sentido de promover a recuperação dos créditos respectivos.

Os saldos encontram-se contabilizados pelos valores nominais, as correções serão procedidas quando de sua respectiva cobrança.

NOTA 10- IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS

A composição analítica em 31.12.84 está abaixo discriminada:

C O N T A	REGIÃO PIONEIRA	REGIÃO RIO GRANDE	REGIÃO DOM PEDRITO	REGIÃO MATO GROSSO SUL	TOTAL
Marcas e Patentes	30.322.286	761.497	3.493.211	-	34.577.534
Terrenos	6.027.190.574	436.826.526	2.045.958.987	2.244.139.634	10.754.115.721
Prédios	30.086.835.957	96.452.389.585	25.866.192.402	101.125.119.969	353.530.537.913
Móveis e Utensílios	4.358.672.669	593.275.587	632.420.636	1.544.913.978	7.129.282.870
Máquinas e Equipamentos	15.859.102.661	26.724.500.846	4.934.110.717	18.225.587.505	65.743.301.729
Instalações	2.523.060.166	2.930.051.460	620.709.449	1.403.213.217	7.477.034.292
Veículos	1.839.993.516	510.779.584	882.629.581	774.867.537	4.008.270.218
Construção em Andamento	4.346.143.526	-	4.030.406.204	163.989.126	8.540.538.856
Semoventes	5.363.672	-	4.398.901	-	9.762.573
Reflorestamento	9.774.685	-	-	-	9.774.685
Equip. em Construção	1.553.442.645	-	8.287.066	7.452.911	1.569.182.622
SUB-TOTAL	166.639.902.897	127.648.585.085	39.028.607.154	125.489.283.877	458.806.379.013
Deprec. Acumulada	23.937.893.364	17.532.360.501	4.664.139.260	12.135.114.627	58.269.507.752
T O T A L	142.702.009.533	110.116.224.584	34.364.467.894	113.354.169.250	400.536.871.261

NOTA 11- FINANCIAMENTOS

Os financiamentos apresentam a seguinte composição:

FINALIDADE	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
Capital de Giro	75.804.892.373	139.798.538	75.944.690.911
Safras	12.411.457.915	-	12.411.457.915
Imobilizado	519.513.848	2.936.103.080	3.455.616.928
Saneamento Financ. .	3.739.395.939	14.578.314.710	18.317.710.649
Repasse	1.050.740.642	158.014.760	1.208.755.402
Contr. de Cambio	21.354.845.597	-	21.354.845.597
T O T A L	114.880.846.314	17.812.211.088	132.693.077.402

- Os empréstimos foram contratados a encargos financeiros que variam de 10% a.a., à variação monetária + 38% a.a.

- Os Financiamento a Longo Prazo apresentam vencimento a partir de 01.86 a 01.02.1997.

- As garantias oferecidas compreendem Hipoteca, Penhor e Aval dos Diretores.

NOTA 12- CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado e sua respectiva evolução se apresenta da seguinte forma:

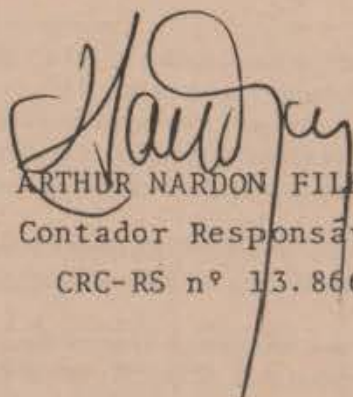
REGIÕES	CAP. INTEGRAL. 31.12.83	VAR. 01.01.84 A 31.12.84	CAP. INTEGRAL. 31.12.84	% de VARIACÃO
Pioneira	4.294.471.528	9.517.119.430	13.811.590.958	221,61
Dom Pedrito	1.120.694.647	2.452.386.291	3.573.080.938	218,82
M.G.Sul	3.315.954.630	6.691.275.744	10.007.230.374	201,79
T O T A L	8.731.120.805	18.660.781.465	27.391.902.270	213,72

PARECER DOS AUDITORES
18 de fevereiro de 1985

Ilmos. Srs.
Conselheiros da
COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUÍ
Ijuí - RS

1. Examinamos o balanço patrimonial da COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUÍ, levantado em 31 de dezembro de 1984 e a respectiva demonstração do resultado econômico do exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, conseqüentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.
2. A Cooperativa neste exercício realizou o saldo credor da conta correção monetária do exercício no montante de Cr\$ 76.281.373.096. No exercício anterior tal valor foi levado a conta de reservas.
3. Em nossa opinião, sujeito ao descrito na nota 5, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado econômico acima referidos, lidos em conjunto com as notas explicativas do Conselho de Administração, representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUÍ, em 31 de dezembro de 1984, e o resultado de suas operações correspondentes ao período findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados de maneira uniforme em relação ao exercício anterior, exceto quanto ao descrito no parágrafo 2.

NARDON, NASI & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RS nº 542


ARTHUR NARDON FILHO
Contador Responsável
CRC-RS nº 13.866

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Artigo 52º do Estatuto Social da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda., reuniu-se nesta data o Conselho Fiscal desta entidade, a fim de proceder ao exame do balanço, demonstrativo de sobras e perdas e todos os documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1984, inclusive o levantamento dos saldos em caixa. Tendo sido assessorado pela empresa NARDON, NASI & CIA. - Auditores Independentes e, tendo examinado todos os documentos, encontramos tudo em ordem e emitimos o nosso parecer favorável, recomendando à Assembléia Geral a sua aprovação.

Ijuí (RS), 21 de fevereiro de 1.985./es

Leonides Dallabrida
Leonides Dallabrida

Paulino A. Rosa
Paulino Angelo Rosa

Aquilino Bavaresco
Aquilino Bavaresco

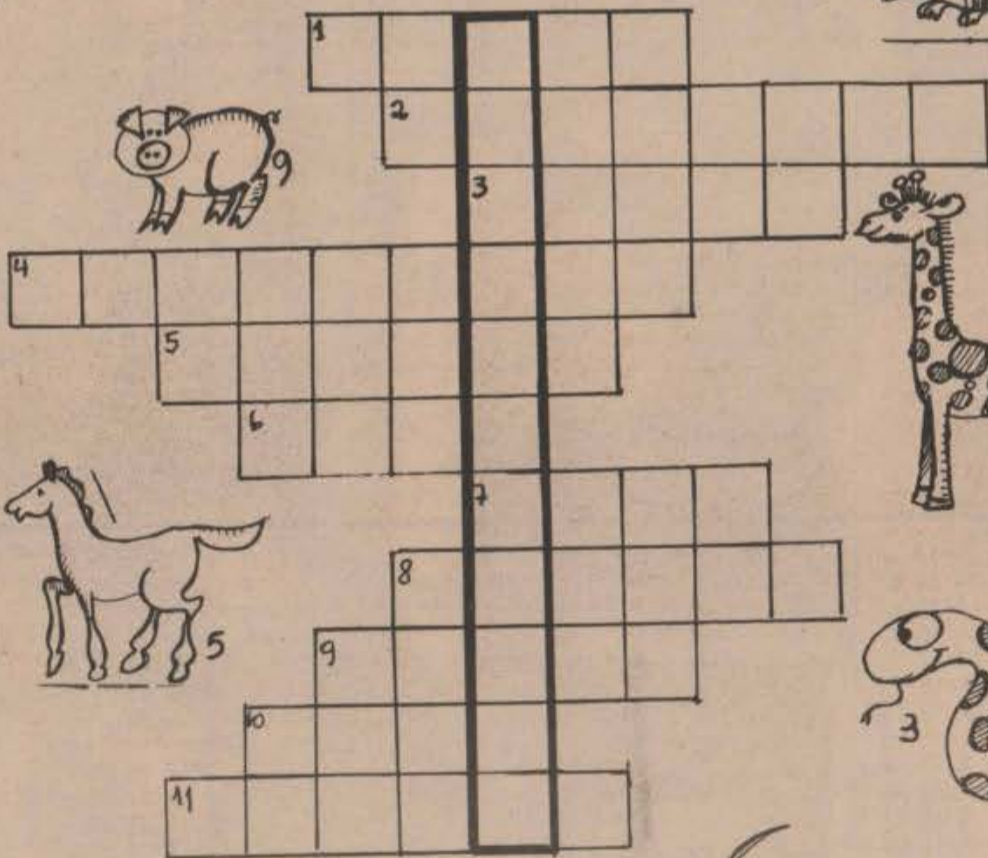


SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

A nova arma contra a lagarta

Escreva nas horizontais o nome dos animais desenhados e você descobrirá qual é a nova arma biológica para o controle da lagarta da soja. Ela aparecerá na linha vertical assinalada.



Resposta
Baculovirus

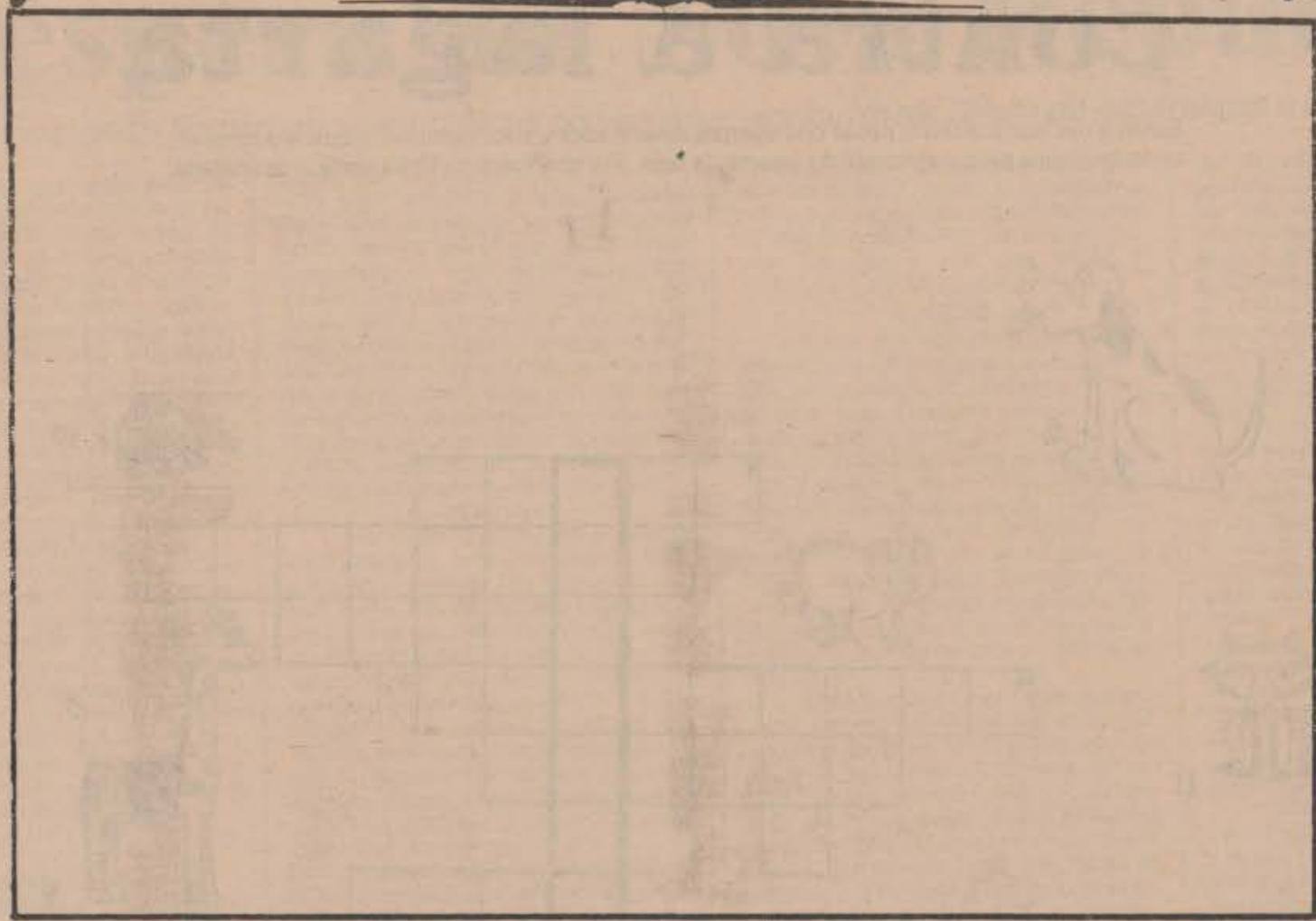
Oba!... Um calendário para as crianças!

Este calendário é seu. Mas ele está incompleto. Falta "aquela" ilustração que só você é capaz de criar. Isso mesmo, faça logo. Se você quiser recortar o calendário, é preciso colá-lo numa cartolina. Assim ficará mais firme. E... não esqueça de marcar o dia de seu aniversário...



1985

1985



JANEIRO
 D 6 13 20 27
 S 7 14 21 28
 T 1 8 15 22 29
 Q 2 9 16 23 30
 S 3 10 17 24 31
 S 4 11 18 25
 S 5 12 19 26

FEVEREIRO
 3 10 17 24
 4 11 18 25
 5 12 19 26
 6 13 20 27
 7 14 21 28
 1 8 15 22
 2 9 16 23

MARÇO
 3 10 17 24 31
 4 11 18 25
 5 12 19 26
 6 13 20 27
 7 14 21 28
 1 8 15 22 29
 2 9 16 23 30

ABRIL
 7 14 21 28
 1 8 15 22 29
 2 9 16 23 30
 3 10 17 24
 4 11 18 25
 5 12 19 26
 6 13 20 27

MAIO
 D 5 12 19 26
 S 6 13 20 27
 T 7 14 21 28
 Q 1 8 15 22 29
 S 2 9 16 23 30
 S 3 10 17 24 31
 S 4 11 18 25

JUNHO
 2 9 16 23 30
 3 10 17 24
 4 11 18 25
 5 12 19 26
 6 13 20 27
 7 14 21 28
 1 8 15 22 29

JULHO
 7 14 21 28
 1 8 15 22 29
 2 9 16 23 30
 3 10 17 24 31
 4 11 18 25
 5 12 19 26
 6 13 20 27

AGOSTO
 4 11 18 25
 5 12 19 26
 6 13 20 27
 7 14 21 28
 1 8 15 22 29
 2 9 16 23 30
 3 10 17 24 31

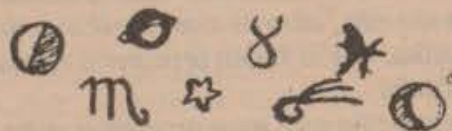
SETEMBRO
 D 1 8 15 22 29
 S 2 9 16 23 30
 T 3 10 17 24
 Q 4 11 18 25
 S 5 12 19 26
 S 6 13 20 27
 S 7 14 21 28

OUTUBRO
 6 13 20 27
 7 14 21 28
 1 8 15 22 29
 2 9 16 23 30
 3 10 17 24 31
 4 11 18 25
 5 12 19 26

NOVEMBRO
 3 10 17 24
 4 11 18 25
 5 12 19 26
 6 13 20 27
 7 14 21 28
 1 8 15 22 29
 2 9 16 23 30

DEZEMBRO
 1 8 15 22 29
 2 9 16 23 30
 3 10 17 24 31
 4 11 18 25
 5 12 19 26
 6 13 20 27
 7 14 21 28

Escreva correto



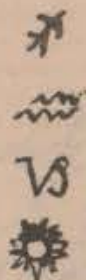
Saber escrever, lógico, todo mundo sabe. Mas acertar o **S** ou o **Z**, o **SS** ou o **C**... bem, às vezes a gente até fica em dúvida. Para testar seus conhecimentos aqui vai uma listinha de palavras que a gente escreve, lê, ouve a toda hora. Aproveite para ver se sabe direitinho como elas devem ser escritas: com c, z, s, x, ch etc. e tal.



- 1 - en . . . ada (serve para capinar)
- 2 - inelo (se usa nos pés)
- 3 - ave (abre a porta)
- 4 - firme . . . a (uma bela virtude)
- 5 - do . . . e (é uma dúzia)
- 6 - a a (quando vai para oforno)
- 7 - ca . . . orro (guarda da casa)
- 8 - rique . . . e (muita gente quer)
- 9 - ga . . . olina (pega fogo rápido)
- 10 - mi . . . a (o padre reza)
- 11 - o o (o cachorro roe)
- 12 - . . . ícara (serve café)
- 13 - li . . . a (alisa a madeira)
- 14 - amei . . . a (fruta gostosa)
- 15 - . . . ale (a vovó usa)



Resposta:
 enxada, chinelo, chave, doze, assa, cachorro,
 riqueza, gasolina, missa, osso, xícara, ameixa,
 xale.



O nome dos meses do ano e dos dias da semana

Vamos conhecer um pouco da história dessas palavras que servem para nomear os meses e os dias da semana.

O nome dos meses do ano do nosso calendário foram inventados em Roma, antes do nascimento de Cristo. Alguns têm nomes derivados dos deuses que eram adorados pelos romanos, outros, de festas importantes que aconteciam naquela época.

— **Janeiro**: vem do nome do deus Janus, que tinha duas faces e podia olhar ao mesmo tempo o passado (o ano que acabou) e o futuro (o ano que começa).

— **Fevereiro**: vem de Februa, nome de um festival de purificação, de limpeza da alma e do corpo.

— **Março**: vem de Marte, deus da vegetação e da guerra.

— **Abril**: que vem do verbo **abrir** (em latim Aprilis), porque nesse mês as flores abrem na

Europa — é primavera.

— **Mai**: vem de Maia, a deusa que cuidava do crescimento e da floração e era homenageada neste mês, para conseguirem boa colheita.

— **Junho**: vem de junius, significa palavra "jovens" em latim. Junho era o mês da Festa da Juventude.

— **Julho**: tem o nome do imperador Júlio César, que viveu há mais de dois mil anos e nasceu neste mês.

— **Agosto**: também em homenagem a um imperador chamado Augusto, que conquistou muitas vitórias para Roma.

— **Setembro**: vem da palavra septem, número sete, pois no calendário dos romanos ele era o sétimo mês do ano.

A mesma coisa acontece com **Outubro**, que vem de Octo e que significa oito.

— **Novembro** também vem de Novem, nove.

E **dezembro**, de Dexam, dez.

Agora sobre os dias da semana.

Os dias da semana tinham os nomes do sol, da lua e dos 5 planetas conhecidos na época: Marte, Mercúrio, Júpiter, Vênus e Saturno.

Mas a Igreja Católica mudou esses nomes. O dia do sol passou a Dominica, que quer dizer Dia do Senhor e Saturno passou a Sabbatum, que quer dizer Dia do Descanso Santificado. Dominica deu Domingo, em português, e Sabbatum deu sábado.

Os outros dias da semana, que homenageavam deuses pagãos, passaram a ser nomeados segundo sua ordem, tendo ao lado a palavra feria, que significa festa. Assim, para a Igreja, os dias passaram a chamar-se secunda feria, tertia feria, quarta feria, quinta feria, sexta feria. Foi desses nomes que se originaram as palavras, segunda-feira, terça-feira, etc.

